

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA**

CAROLINA CARNEIRO ROCHA

O QUE RESTOU DA INDIGNAÇÃO?

**Juventude e representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos após as
manifestações de junho de 2013.**

**RECIFE
2015**

CAROLINA CARNEIRO ROCHA

O QUE RESTOU DA INDIGNAÇÃO?

**Juventude e representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos após as
manifestações de junho de 2013.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito para
a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Renata Lira dos Santos Aléssio

**RECIFE
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

R672q Rocha, Carolina Carneiro.
O que restou da indignação? : juventude e representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos após as manifestações de junho de 2013 / Carolina Carneiro Rocha. – Recife: O autor, 2015.
151 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Lira dos Santos Aléssio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2015.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Juventude. 3. Cidades e vilas. 4. Manifestações públicas – Fortaleza (CE). 5. Representações sociais. I. Aléssio, Renata Lira dos Santos (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-33)

CAROLINA CARNEIRO ROCHA

O que restou da indignação? Juventude e representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos após as manifestações de junho de 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 23/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Profa^a. Dr^a. Renata Lira dos Santos Aléssio
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa^a. Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa^a. Dr^a. Mariana Bonomo
(Examinadora Externa)
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este esforço teórico a todos os jovens que, superando inúmeros desafios, realizam relevantes esforços práticos na construção de cidades e sociedades alinhadas a seus ideais.

Em especial à minha irmã, Camila, desafiadora fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

O poeta Vinícius de Moraes disse uma vez que “é impossível ser feliz sozinho”. Se a felicidade necessariamente vem acompanhada, o mesmo se aplica às vitórias. “É impossível concluir um mestrado sozinho”: esta é a frase que inspira minha tentativa de dimensionar a importância de toda a rede de apoio com a qual contei neste grande desafio chamado pós-graduação. Já que a ideia de abarcar as muitas pessoas que me apoiaram de diversas formas e dar a medida justa da contribuição de cada uma delas levaria talvez uma dissertação inteira em palavras, direcionarei minha gratidão a algumas figuras com participação mais ativa e direta, enviando meu afeto sincero, embora não explícito, a todas as outras. Se você faz parte desta rede, sinta meu abraço!

Agradeço, primeiramente, aos principais apoiadores e incentivadores de toda a minha longa trajetória estudantil que, talvez mais até do que eu, esperavam ansiosamente pela conquista do título de mestre. A eles devo o gosto pelo estudo, a confiança para encarar a academia e a estrutura para mudar de cidade e segurar um ano longe de casa, além de muito amor. Silvia e Airton, mãe e pai, este trabalho dedico especialmente a vocês (terminei!).

Uma pupila dedicada surge quando se faz presente uma mestra respeitável e confiável. Por isso, devo honras quase infinitas a minha querida orientadora, amiga e meio mãe Renata Lira, cuja motivação constante e o respeito pelo meu trabalho me proporcionaram o ambiente certo para criar e, muitas vezes, me impulsionaram além das forças que conhecia ter. Já disse isso em particular, mas, como primeira orientanda, faço gosto em registrar publicamente: você é uma orientadora brilhante! Desejo que muitos outros mestrandos perdidos possam ter a sorte que eu tive de, meio sem querer, esbarrar com uma joia como você pelo caminho.

O terceiro pilar fundamental da minha trindade-protetora começou essa jornada como namorada, superou a distância, acolheu a montanha-russa emocional típica dos mestrandos

com uma paciência e um carinho que eu não teria como retribuir, colocou a mão na massa mesmo sem entender o que fazia, celebrou cada etapa e ainda concluiu a história toda como esposa, topando a loucura de casar no meio do processo. À minha mulher, Ana Beatriz, agradeço por cada detalhe dos dias maravilhosos que construímos juntas (com ênfase para a dança da vitória mais divertida de todos os tempos!).

Agradeço também e fortemente à minha família, sempre envolvida e participante, e aos amigos de uma vida em Fortaleza. O carinho e apoio de vocês me motivam a ir sempre mais longe. Aos novos e grandes amigos que conquistei em Recife, pela acolhida generosa que me fez querer voltar sempre a essa cidade. Àqueles, em especial, que dispuseram tempo, neurônios e braços para o andamento do trabalho, minha citação especial: gratidão a Camila, Rudmila e Flávio.

Por fim, sou grata à generosa colaboração das professoras doutoras que dedicaram tempo à leitura deste trabalho e participaram das bancas de qualificação e defesa com grandes contribuições: Fátima Santos, Mariana Bonomo, Elaine Fernandez e Maristela Moraes.

É impossível concluir um mestrado sozinha. Que bênção ter feito isso muito bem acompanhada por todos vocês. Obrigada!

RESUMO

Recentemente, uma avalanche mundial de indignação protagonizada por jovens urbanos intrigaram estudiosos. No Brasil, o esfriamento das ações pôs em dúvida a implicação dos jovens. Com base na articulação psicossociológica de Doise, investigamos as representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos para 197 jovens de classe média de Fortaleza-CE. Utilizamos associação livre de palavras sobre cidade ideal, escala de posicionamentos em conflitos urbanos e levantamento de inserções e vivências sociais. A análise foi embasada no paradigma das três fases, realizada por Análises Fatoriais apoiadas nos *softwares* Trideux e SPSS. Os resultados sobre cidade ideal indicaram representações centralizadas em questões públicas e organizadas em quatro modelos de cidade: democrática, pacífica, organizada e ouvida. Variações intergrupais deram-se em função das representações do cidadão, dos problemas urbanos e das pertencas dos sujeitos. Os resultados sobre conflitos urbanos indicaram campo comum composto por princípios de gestão íntegra e transparente da cidade, coletividade e garantia de direitos. As representações foram organizadas em torno das minorias sociais, dos usos da cidade e do preço a pagar pela Copa do Mundo. Ancoraram-se em inserções educacionais, ocupacionais e de participação em ações sociais. Conclui-se que muitas das demandas levantadas em 2013 compõem o senso comum dos jovens de classe média urbana pós-manifestações, e que estes se posicionam com boa adesão aos princípios do direito à cidade, especialmente se provenientes da universidade pública e participantes de ações sociais.

Palavras-chave: Cidade ideal. Conflitos urbanos. Juventude urbana. Manifestações de junho de 2013. Articulação psicossociológica. Teoria das Representações Sociais.

ABSTRACT

Recently, a worldwide avalanche of indignation carried out by urban youth intrigued scholars. In Brazil, the action's cooling allowed questions about their involvement. Based on Doise's psychosociological articulation, social representations of ideal city and urban conflicts of 197 middle-class young adults were investigated. A free word association test on ideal city, a scale of opinions on urban conflicts and a survey of social insertions and experiences were used. The analysis was founded on the paradigm of three phases, carried out by Factor Analyses backed up by Trideux and SPSS softwares. The results on ideal city indicated representations focused on public affairs and organized into four city models: democratic, peaceful, organized and listened to. Intergroup variations occurred due to representations of citizen and urban problems, as well as due to subjects' sense of belonging. The results on urban conflicts indicated common field composed of principles of fair and transparent city management, community and right's guarantee. The representations were organized around social minorities, uses of city and the price to be paid for World Cup. They were anchored in educational, occupational and social participation insertions. It was concluded that demands raised in 2013 make up the common sense of middle class post-protests urban youth, and that they hold reasonable adherence to the principles of the right to the city, especially if they come from public universities and take part in social actions.

Keywords: Ideal city. Urban conflicts. Urban youth. June 2013 protests. Psychosociological articulation. Theory of Social Representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo de questões norteadoras, objetivos e hipóteses teóricas da pesquisa.	40
Quadro 2 – Modelo da escala de avaliação das situações de conflito.....	48
Quadro 3 – Indicadores de fatorabilidade da matriz de dados para Análise de Componentes Principais.....	54
Quadro 4 – Resumo da análise de dados.....	56
Quadro 5 – Categorização e frequência das evocações de Cidade Ideal.....	60
Quadro 6 – Categorização e frequência das evocações de Cidadão.....	63
Quadro 7 – Categorização e frequência das evocações de Fatores Contra.....	65
Quadro 8 – Situações de conflito mais homogeneamente avaliadas.....	69
Quadro 9 – Situações de conflito sem avaliação homogênea destacadas para análise.....	70
Quadro 10 – Organização das evocações de Cidade Ideal em fatores e polos.....	72
Quadro 11 – Distribuição das evocações de Cidadão pelos modelos de cidade da AFC....	87
Quadro 12 – Distribuição das evocações de Fatores Contra pelos modelos de cidade da AFC.....	89
Quadro 13 – Relação entre as inserções sociais e vivências urbanas e os modelos de cidade da AFC.....	91
Quadro 14 – Relação entre as inserções sociais e vivências urbanas e os princípios organizadores da ACP.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico sobre a distribuição do Campo Comum de Cidade Ideal.....	62
Figura 2 – Gráfico sobre a distribuição do Campo Comum de Cidadão.....	64
Figura 3 – Gráfico sobre a distribuição do Campo Comum de Fatores Contra.....	66
Figura 4 – Gráfico <i>Scree plot</i> resultante da ACP.....	75
Figura 5 – Síntese da relação entre todas as dimensões analisadas pela AFC.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores próprios e variâncias dos componentes da ACP.....	75
Tabela 2 – Matriz de componente rotativa.....	76
Tabela 3 – Estatísticas dos fatores da ACP.....	77
Tabela 4 – Detalhamento da distribuição dos itens componentes do fator 1.....	78
Tabela 5 – Detalhamento da distribuição dos itens componentes do fator 2.....	80
Tabela 6 – Detalhamento da distribuição dos itens componentes do fator 3.....	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÇÕES

- ACP – Análise de Componentes Principais
- AFC – Análise Fatorial de Correspondências
- AFE – Análise Fatorial Exploratória
- ANOVA – Análise de Variância
- CMDC – Carta Mundial pelo Direito à Cidade
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- CPF – Contribuição para o Fator
- DC – Direito à Cidade
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- FIFA – Federação Internacional de Futebol
- MFA – Movimento Fortaleza Apavorada
- MOC – Movimento Ocupe o Cocó
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PT – Partido dos Trabalhadores
- RS – Representações Sociais
- SM – Salário Mínimo
- SPSS – Statistical Package for the Social Sciences
- TRS – Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

PARTE I – UM CELEIRO DE NOVIDADES

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A NOVIDADE EM CONTEXTO.....	14
2.1	A indignação que movimenta.....	14
2.2	A cidade como direito.....	17
2.3	Um momento de virada para a juventude urbana brasileira?.....	20
2.4	Entre Fortalezas apavoradas e resistentes.....	26
3	A CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO E A PSICOLOGIA SOCIAL.....	29
3.1	Psicologia Social implicada, aberta e dialogada.....	29
3.2	Psicologia Societal: Doise e a equipe de Genebra.....	32
3.3	Abordagem Societal da Teoria das Representações Sociais.....	37

PARTE II – PREPARANDO O OLHAR

4	OBJETIVOS.....	41
5	PÚBLICO.....	42
6	CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	46
6.1	Procedimentos de construção de dados.....	46
6.2	Instrumento de construção de dados.....	47
6.3	Questões éticas.....	49
7	ANÁLISE DE DADOS.....	50
7.1	Procedimentos e instrumentos da análise de dados.....	53
7.2	Resumo da análise de dados.....	56

PARTE III – A ÁRVORE DA INDIGNAÇÃO

8	INTRODUÇÃO.....	57
9	TRONCO: O CAMPO COMUM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	59
9.1	Campo comum da Cidade Ideal.....	59
9.2	Campo Comum sobre os Conflitos Urbanos.....	68
10	GALHOS: TOMADAS DE POSIÇÃO E VARIAÇÕES INTERINDIVIDUAIS.....	72
10.1	Princípios Organizadores das tomadas de posição sobre a Cidade Ideal.....	72
10.2	Princípios Organizadores das tomadas de posição sobre os Conflitos Urbanos.....	74

11	RAÍZES: ANCORAGENS DAS TOMADAS DE POSIÇÃO.....	85
11.1	Ancoragens de posicionamentos sobre a Cidade Ideal.....	86
11.2	Ancoragens de posicionamentos sobre os Conflitos Urbanos.....	93
12	FLORES E FRUTOS: O QUE FICOU DA INDIGNAÇÃO?.....	100
	SEMENTES: CONCLUSÕES PARA NOVOS CICLOS.....	106
	REFERÊNCIAS.....	111
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	116
	APÊNDICE B – Instrumento de construção de dados	117
	APÊNDICE C – Médias das pontuações das situações de conflitos avaliadas.....	124
	APÊNDICE D – Dicionário de rótulos e evocações.....	125
	ANEXO A – Carta Mundial pelo Direito à Cidade.....	136
	ANEXO B – Parecer de aprovação da pesquisa.....	151

PARTE I – UM CELEIRO DE NOVIDADES

1. INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 geraram nas cidades uma explosão de emoções e ações que há anos movimentavam o caldeirão fervoroso das relações sociais no ambiente urbano. Foram debatidos e defendidos posicionamentos diversos, opostos e muitas vezes dispersos, gerando grande curiosidade de estudiosos na compreensão dos anseios da população. Em especial, chamou sua atenção a expressiva participação de jovens provenientes de classes médias (SECCO, 2013; MARICATO, 2013), crescidos com direitos básicos garantidos e chances de vida facilitadas.

Como parte de um grupo que realizou seus primeiros atos políticos relevantes neste período, senti-me tocada pela necessidade de compreender um pouco mais sobre o fenômeno que nos desacomodou do sofá e nos levou às ruas em conjunto, sem necessariamente saber ao certo a dimensão do efeito que aquilo provocaria. Meses após os eventos, instigou-me identificar o que ainda permaneceu vivo entre as demandas de jovens como eu. Passadas as emoções iniciais, como esta parcela da população, com participação cada vez mais ativa e controversa nos espaços de debates políticos, deseja construir sua cidade ideal? Que temas mais a mobilizam? Como compreendem e se posicionam ante os atuais conflitos urbanos?

Estas são apenas algumas perguntas que semeiam o terreno deste estudo. Mas, antes de explorá-las, faz-se importante situar alguns aspectos que o demarcam. Realizada com as glórias e os pecados de uma espécie de auto-observação, esta pesquisa exigia o apoio de uma pessoa mais externa à situação investigada, sendo este encontrado na figura de minha orientadora, sempre presente e participativa. Por isso, em muitos trechos a leitura flutua do “eu” para o “nós”, respeitando os momentos de reflexão e ação particular e em conjunto.

Isto posto, cabe-nos apresentar como se encontra estruturada a leitura que se segue. Inicialmente, situamos nosso olhar no contexto mundial, nacional e local dos conflitos urbanos e na participação da juventude dentro deles. Em seguida, diante da complexidade e da novidade provocada pelo tema, introduzimos o debate acerca de uma possível abordagem da Psicologia Social sobre o momento presente, as grandes questões sociais e mesmo o cotidiano dos indivíduos em suas relações sociais, explorando as contribuições de Willem Doise e outros autores que trabalham dentro de uma perspectiva psicossociológica. A segunda parte do estudo traz sua construção metodológica detalhada para cada objeto abordado. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa pela metáfora de uma árvore, a árvore da indignação, como forma de facilitar a compreensão do método seu vínculo com os resultados construídos.

2. A NOVIDADE EM CONTEXTO

2.1. A indignação que movimenta

Movimentos sociais são, antes de qualquer enquadramento teórico, uma sociedade em ação. Movimentos organizados têm objetivos bem estruturados, mas o que presenciamos em 2013 no Brasil foram atos de multidões, espontâneas em sua maioria, e sem demandas claras, ou com tantas demandas que tornou difícil o esforço de simplificá-las e categorizá-las. Para observar e tentar compreender seu contexto, precisamos antes enxergar que foram feitos por indivíduos, sujeitos com motivações próprias que se ligaram em redes a outras motivações próprias de outros sujeitos. E assim, sem hierarquia ou comando central que dissesse por eles o que sentiam, jovens foram às ruas bradar suas demandas, que são significativamente emocionais e particulares, mas que, em conjunto, falam muito da sociedade e de seus atuais movimentos.

A insurgência, antes de partir de um programa ou estratégia política, inicia-se por emoções postas em ação. Em se tratando de comportamento político, a indignação, expressão extrema da raiva, é o principal estopim que inicia mobilizações sociais. Mas, para que ela aconteça, é necessário que haja comunicação e consonância de sentimentos, levando indivíduos antes isolados a formarem redes de apoio em que superam o medo e fortalecem sua esperança no futuro que desejam. Dadas estas condições – que vimos presentes no atual contexto de redes virtuais e problemas urbanos que abordaremos adiante – está aberto o espaço para que indivíduos que se sintam prejudicados unam-se e, indignados, transformem sua raiva em ação (CASTELLS, 2013).

O que presenciamos atualmente é a indignação emanando da juventude, mirando a cidade e estimulando diálogos sobre direitos, conflitos e ideais. Nos últimos anos, acompanhamos movimentos em diversos países que têm lançado questionamentos às suas

estruturas econômica, política e social e que se aproximam a aspectos do contexto urbano. Um aspecto interessante deste fenômeno chama atenção: o fato de ocorrer não só nos “pontos fracos” do sistema, os países menos desenvolvidos, mas especialmente em países ditos promissores, “histórias de sucesso” do sistema capitalista, como Turquia e Brasil. Que motivos teriam os habitantes destes “paraísos” em plena ascensão para se indignar? (ŽIŽEK, 2013).

Três genealogias de manifestações podem ser identificadas entre as que têm acontecido desde 2010¹. Ao norte da África, os movimentos que compuseram a Primavera Árabe iniciaram-se na Tunísia e se espalharam por outros cinco países islâmicos, motivados de início pelo autoritarismo político, conflitos religiosos e sociais e crise econômica no primeiro deles, havendo caminhos e reflexos diferentes em cada um (GOHN, 2014). Nos Estados Unidos, as consequências da crise econômica e as desigualdades sociais incentivaram protestos contra o capitalismo financeiro num movimento denominado “Occupy Wall Street”, mobilizando várias cidades em ocupações de símbolos do capitalismo. A terceira genealogia é identificada nos indignados europeus (Grécia, Espanha, entre outros) motivada pela insatisfação com as decisões tomadas para contornar a crise do euro, que gerou forte desemprego e descrença na democracia. Os manifestantes demandavam uma democracia “real”, com respeito aos direitos sociais (GOHN, 2014).

Além de terem em comum a forte presença de jovens, estes movimentos “ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões” (CASTELLS, 2013, p. 12). Em seu centro estão estudantes, jovens desempregados, semiempregados, membros precários da classe média, que vivem uma

¹ Divisão formulada por Boaventura de Sousa Santos na palestra “Teoria Sociojurídica da Indignação Social”, proferida na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará em 25 de outubro de 2013.

“era de exclusão” por não terem mais chances de ter uma “posição estável de exploração” (BURAWOY apud GOHN, 2014, p. 129).

Algo importante que este contexto reflete é a necessidade urgente de revisão de noções profundamente incrustadas na cultura dos países capitalistas, para que se possa compreender o sentido dos movimentos e as transformações pretendidas de uma maneira geral. Estamos acostumados a encarar o “desenvolvimento” como algo positivo, e tudo fazer em nome dele e do “progresso”. Porém, é um risco deixar-se levar pela etimologia positiva destas palavras, já que estão diretamente ligadas ao modelo capitalista, podendo seus efeitos ser bastante destrutivos. O mesmo vale para o “paraíso”: os ditos países promissores deixam muito a desejar na garantia de direitos sociais e do bem-estar da população (ŽIŽEK, 2013).

Os movimentos populares na Turquia e no Brasil têm em comum, além de características compartilhadas com outros indignados – juventude, internet, demandas generalizadas, o ponto de partida dado por questões relativas ao direito à cidade. Na Turquia, a gota d’água que levou o povo às ruas foi a ideia do governo de destruir um dos poucos espaços verdes do centro da cidade para construir um *shopping center*, desencadeando protestos ambientalistas, mas também contra decisões políticas e corrupção do governo (GOHN, 2014). No Brasil, o estopim da insatisfação deu-se com protestos contra aumentos nas tarifas de ônibus. Em ambos, as motivações aparentemente pequenas apenas trazem à tona a reivindicação por uma dignidade perdida, querendo as pessoas se sentir reconhecidas como tal e também como cidadãs (CASTELLS, 2013).

O tema do direito à cidade é algo relativamente novo, e essencial para compreendermos o chão onde pisam os manifestantes. Ainda que, para muitos deles, este não surja como um direcionamento teórico ou ideológico claro, a cidade e o direito de usufruí-la com dignidade alimentou suas demandas.

2.2. A cidade como direito

Do que é feita uma cidade? O que é mais importante para a vida urbana? O que é qualidade de vida na cidade? Essas são apenas algumas das perguntas que, ao se tentar responder, está-se pensando na cidade ideal. Considerando que, em 2010, 50% da população mundial (FUNDO DAS POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011) e 84,4% da brasileira (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011) já estava nas cidades, pensar sobre a vida dentro delas é olhar para o cotidiano da maioria das pessoas. É lidar com um ambiente múltiplo, repleto de possibilidades e não menos de problemas. Cada habitante urbano rotineiramente idealiza a cidade que deseja, em atos e pensamentos mais ou menos conscientes. Viver na cidade é viver a cidade, e essa experiência está distribuída em nossos movimentos, dos íntimos aos públicos, individuais e coletivos, ativos e passivos. Projetamos o contexto urbano enquanto desfrutamos dos múltiplos e contrastantes modos de vida que ele nos proporciona. Desta forma, qual o valor de se tentar compreender o que a população de uma cidade pensa sobre a mesma, como idealiza a cidade que gostaria de viver e a partir de que bases tais processos se dão?

A ebulição dos movimentos em grandes cidades se justifica: estas centralizam as transformações que ocorrem no mundo, sendo o epicentro da fase histórica iniciada no fim do século XX. Se por um lado concentram as funções mais avançadas do capitalismo, tornando-se núcleos da sua nova estrutura em rede, por outro viram alvo de intensos fluxos populacionais e de profunda redistribuição de renda. A cidade socialdemocrata que se produziu no segundo pós-guerra é ameaçada em suas bases, já que as pressões sofridas pelo tecido social levam a uma crescente ampliação das desigualdades. A gritante diferença na estrutura e valorização dos bairros destinados a ricos e pobres é consequência direta dessa situação, resultando em insatisfação e medo generalizados (BAUMAN, 2009). A cidade torna-se uma mercadoria, resultante da combinação do liberalismo pelo qual ela se torna

objeto da acumulação privada de riquezas e da permissividade de uma política tolerante com todas as formas de apropriação do solo (RIBEIRO, [2007]), agravadas pela “crescente inclusão de interesses de grandes corporações internacionais, articuladas pelo capital financeiro. [...] A demanda de grandes capitais por solo urbano para realização de uma variada sorte de negócios vem gerando forte valorização imobiliária” (RIBEIRO [2007], p. 1).

Muitos dos embates que vemos acontecerem nas ruas em torno da questão urbana relacionam-se aos usos sobre a cidade, especialmente se ela é vista como valor de uso – espaço de convívio e moradia; ou como valor de troca – uma mercadoria; sendo este, no Brasil, claramente mais valorizado do que aquele. Esta visão atende especialmente ao Estado associado às elites econômicas, incorrendo no uso da lei como moeda de negociação (PEREIRA, 2012). A cidade-mercadoria atende a interesses individuais e é defendida pela necessidade de se vender uma imagem de desenvolvimento para atrair investimentos. Porém, a quem interessa a exploração do espaço urbano voltada para a valorização do consumo? O seu aproveitamento pela maioria da população é prejudicado, a verba pública é investida na melhoria de uma pequena parte da cidade e a renda gerada é desigualmente distribuída, agravando os problemas sociais.

A realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo FIFA no Brasil foram as expressões mais recentes do uso mercadológico da cidade, amplificando os efeitos destrutivos do capitalismo global no cotidiano da população. Porém, fez com que a população se movesse, mesmo que relativa e controvertidamente, em torno de uma ou mais causas. O direito à mobilidade misturou-se fortemente ao tema dos megaeventos contra sua lógica de gentrificação e limpeza social, e a outras pautas da questão urbana (ROLNIK, 2013a), levando a uma revolta conjunta contra o “padrão FIFA” de tratamento da sociedade.

Por outro lado, o projeto de cidade como espaço de convívio prima pela redução das distâncias sociais e pela ocupação do espaço público, pautando-se no direito à cidade, sendo este:

[...] o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. [...] não é o direito de ter [...] as migalhas que caem da mesa dos ricos. Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. [...] não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. (HARVEY, 2011)

O direito à cidade, termo cunhado por Lefebvre (1969), chamou a atenção para o direito dos habitantes das cidades à vida urbana, transformada, renovada e diferente de uma vida campestre. O direito à cidade não tenta retomar o meio urbano inicial, repleto das tradições do campo, mas valoriza a cidade como lugar de encontro, com prioridade do valor de uso, fomentando um movimento de diminuição das desigualdades urbanas e de busca de novos usos e sentidos para a vivência nas cidades através de mudanças nos investimentos públicos e privados e facilitação das relações entre seus habitantes.

Portanto, o direito à cidade, bem mais do que a questão da mobilidade à que por vezes é reduzido, pressupõe espaços de negociação acessíveis a toda a população, espaços de participação em que sejam discutidos os projetos de cidade que se deseja realizar. Porém, o capitalismo não permite acesso ilimitado ou negociação horizontal, e sua relação com a construção das cidades é estreita e histórica, limitando o poder de ação dos cidadãos (HARVEY, 2011). O aumento da tarifa do transporte público em São Paulo foi apenas a fagulha que incendiou uma pradaria que estava em condições de queimar a qualquer momento (VAINER, 2013). Há anos os movimentos sociais travavam lutas diversas e ainda dispersas. O que propiciou sua conversão? A Copa do Mundo de Futebol no Brasil aparece como um fator determinante. Além do contexto gerado pelos grandes investimentos e pelas transformações que provocam, os megaeventos atualizam com intensidade o papel das cidades consequente do neoliberalismo, sendo vistas como empresas em competição, servindo

a necessidades de acumulação e circulação do capital. Neste modelo, o Estado não deve interferir na cidade nem na sociedade e deve atender a um planejamento voltado ao mercado².

Podemos apostar que o direito à cidade é a principal liga do conjunto dos protestos e arriscamos, em consonância com outros autores, sugerir que esta seja a principal bandeira de lutas daqui em diante para que o processo de abandono seja revertido e as cidades possam de fato ser ocupadas, utilizadas e vivenciadas pela população. Cabe a nós, neste momento, compreender os esforços recentes de luta, focando-nos nas lutas da juventude e apoiadas em uma visão de Psicologia Social engajada em um projeto de transformação, na tentativa de alinhar vozes por um processo real de conquista destes direitos.

2.3. Um momento de virada para a juventude urbana brasileira?

As manifestações de junho de 2013 mobilizaram as atenções de todo o país e levaram milhares de pessoas às ruas, em protestos e movimentos que se estenderam por meses. Diversas pautas foram bradadas em “um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, aliás presentes na própria sociedade brasileira” (ROLNIK, 2013a), gerando uma guerra de sentidos dentro das manifestações. Dentre os diferentes grupos presentes, chamou a atenção de muitos estudiosos a participação de jovens de classe média³, sujeitos com chances de vida facilitada (SCALON; SALATA, 2012) e cujos direitos básicos vêm sendo historicamente garantidos. O teor de suas pautas e as motivações para o seu envolvimento ainda dividem opiniões dos críticos, uns identificando-os, por exemplo, no Movimento Passe Livre e apontando-os como a grande base dos movimentos que permitiu uma aproximação das classes populares (BOITO JR., 2013), enquanto outros os consideram como parte de um grupo alienado que massificou

²Ibid.

³ Autores como Secco (2013) e Boito Jr. (2013) utilizam o termo “classe média”, que iremos adotar para facilitar a referência ao público. Mais à frente (p. 19) delimitaremos o público pesquisado com mais detalhes.

as manifestações e diluiu suas pautas, ou de um grupo ligado à ideologia dominante que queria desvirtuar o propósito do movimento (OLIVEIRA, 2013). Como se pode ver, há ainda muito a ser compreendido.

A classe média é um setor social heterogêneo, atuando de forma desintegrada no processo político (BOITO JR., 2013). Além disso, atualmente há diferentes classificações para este grupo. Por isso, é coerente que nos foquemos em um público mais específico, apesar de ultrapassar as determinações de classe, ao se estudar os ideais de cidade. Escolhemos, assim, lançar nosso olhar para as frações da sociedade que historicamente tiveram seus direitos básicos garantidos, e que agora parecem estar incomodados com as mudanças políticas que afetam seu cotidiano. A descrição da fração da classe média que puxou as manifestações em São Paulo e o entendimento da evolução de sua situação social recente nos aproximam um pouco mais do grupo que queremos abordar. Vejamos a seguir:

A fração da classe média que puxou as manifestações tem alta escolaridade para os padrões brasileiros e viu a sua formação escolar ser depreciada pelos rumos do capitalismo em nosso país. Essa fração não se integrou ao modelo capitalista neoliberal e tampouco se viu contemplada pela reforma que o neodesenvolvimentismo do PT promoveu nesse modelo. Em dez anos de governos petistas, foram criados cerca de 20 milhões de empregos, mas a maioria foram postos de trabalho que requerem pouca formação e oferecem remuneração entre um e dois salários mínimos. O PT afastou-se dessa fração da classe média. Em primeiro lugar, quando, no final da década de 1990, engavetou o seu programa de implantação de um Estado de bem-estar social. Ora, nesse modelo de capitalismo, os diplomas universitários são muito valorizados – propiciam emprego público que remunera e prestigia os profissionais de classe média. Em segundo lugar, o PT afastou-se desse setor quando, aproveitando a oportunidade oferecida pelo chamado boom das commodities, o governo Lula decidiu engavetar também o seu programa de revitalização da indústria interna. O neodesenvolvimentismo do PT era, na sua concepção inicial, industrializante. Porém, diante da janela chinesa, os governos do PT decidiram deslocar para a mineração, para o agronegócio e para a construção civil a política de crescimento. A baixa remuneração dos postos de trabalho criados são o resultado dessa decisão. (BOITO JR., 2013)

Chegamos, assim, a um ponto crucial que interfere na relação das classes médias com o governo, com as classes baixas e com o espaço público. As mudanças de rumo da economia nos governos petistas geraram significativas “perdas de terreno” desta parcela da população, em vários sentidos. Suas marcas de identidade ou *status* foram mitigadas: o diploma

universitário não é mais garantia de boa colocação no mercado de trabalho nem sinônimo de estabilidade financeira; a relação entre patrões e empregados, especialmente no âmbito doméstico, reestruturou-se pelo aumento de direitos trabalhistas e do poder de consumo das classes baixas. Enfrentam ainda cada vez mais dificuldades em substituir os equipamentos públicos de educação, saúde, lazer e transporte, de baixa qualidade, por serviços e espaços privados, estratégia que até pouco tempo garantia seu conforto sem comprometer seu orçamento. Este sofreu redução relativa também devido a não correspondência entre o aumento de tributos e inflação e o aumento dos salários, que não costumam seguir o salário mínimo.

Poderíamos seguir com diversas mudanças na vida das classes médias urbanas nos últimos anos, mas destacaremos uma “perda de terreno” literal e significativa em várias cidades brasileiras, ligada à expansão da violência, que contribui para o esvaziamento das ruas, o incremento do aparato de segurança particular – com o conseqüente aumento da sensação de insegurança – e que é motivo de insatisfação e divisões de posicionamentos. Porém, a relação entre violência e insegurança não é direta. A violência deve ser compreendida como fenômeno de difícil definição, vinculado a uma rede de valores, crenças, normas e significações que orientam práticas dos indivíduos. É pertinente, portanto, olhá-la a partir da interação entre atores (SANTOS; ALÉSSIO; SILVA, 2009). O decorrente contraste nas condições de vida do povo não se dá de modo pacífico, gerando um cenário social fragmentado e conflituoso. Assim, “violência real e representação da violência como [...] manifestação de exclusão, simbólica e material, são fenômenos interdependentes e se constituem em fatores orientadores da ação (ou da sua ausência)” (PORTO, 1999, p. 131).

Neste conjunto, um ator demanda atenção especial: a mídia. Os veículos locais noticiam, com frequência, fatos que dão ainda mais visibilidade à violência e funcionam como retratos concretos que alimentam representações sociais (RS) sobre o tipo de violência

existente, quem a pratica e como as pessoas “de bem” podem se proteger, se defender – o que pôde ser presenciado também nas coberturas das manifestações. Em uma sociedade fragmentada (PORTO, 1999), as múltiplas sociabilidades existentes levam a múltiplas representações, nem todas sendo difundidas com a mesma ênfase pela mídia, tornando necessária uma análise cuidadosa de seu papel enquanto difusora e formadora de RS em estreita relação com as diversidades e desigualdades sociais. Um ramo ainda mais complexo aponta o foco de novas análises: o das mídias sociais, muito utilizada pelos jovens e por onde aconteceu boa parte da movimentação em torno das manifestações. A liberdade de acesso a informações e opiniões e o novo lugar do leitor como participante da rede de autores-leitores-compartilhadores formam um espaço frutífero de circulação de RS, sendo a insegurança um grande foco de atenção também nestes espaços.

A questão da insegurança é relevante não só por motivar algumas das principais queixas atuais do público que estudamos, mas por engajar em sua constituição uma série de fatores que dizem muito da realidade social das metrópoles capitalistas, especialmente nos países ditos “em desenvolvimento”, e que ilustram a relação das classes médias e altas com a cidade.

Historicamente⁴, os processos de individualização, perda de vínculos comunitários, desregulamentação estatal e substituição das relações de solidariedade pelas de competição fragilizaram a experiência cotidiana dos sujeitos. O mundo vem sendo organizado em função da busca de proteção e segurança, contudo não é a perda total desta que gera a insegurança moderna, mas a não compreensão de seu objetivo, sentindo-se as pessoas isoladas e perdidas.

⁴ Traçaremos um diálogo com as ideias de Bauman sobre o medo na cidade (2009, cap. 1), em articulação com alguns exemplos da realidade local de Fortaleza e das metrópoles brasileiras.

O mundo é organizado globalmente por relações de mercado⁵, que detêm poder e criam condições de vida locais⁶. As cidades tornaram-se depósitos dos problemas da globalização, espaços de fluxo de mercado em constante competição por investimentos, tornando o espaço físico fragmentário, circunscrito e desprovido de poder. O limite de atuação da política é local, apenas sobre efeitos das grandes questões mundiais, cabendo aos cidadãos uma tarefa quase impossível: encontrar soluções locais para problemas globais. O mundo virtual criado pela globalização das relações soma-se à deterioração das cidades motivando a desvinculação dos mais ricos dos espaços públicos (ou mesmo de fuga, real ou desejada, das cidades), sua não identificação com o lugar de moradia e um conseqüente desinteresse por seus problemas. Estes acabam, muitas vezes, tornando-se cidadãos globais, com vínculos virtuais, cujas casas devem lhes proteger ao invés de integrar, fechados também em locais de trabalho e de socialização. A paisagem urbana denuncia “espaços de valor” que se conectam a outros em cidades e países distantes e afastam os frequentadores dos espaços e das pessoas fisicamente próximas, mas social e economicamente distantes. Sem vínculos comunitários, depositam sua confiança na vigilância do ambiente, gerando uma paranoia securitária fortemente explorada pelos setores imobiliário e de segurança particular. Restavam ao já restrito contato com a cidade os percursos pelas ruas, mas os engarrafamentos e a violência extravasada da periferia aos bairros nobres têm feito do carro um local inseguro, que precisa ser também isolado⁷.

Esta segregação não se pode entender do modo tradicional, pois não é apenas espacial. Os muros que levantados separam os que os habitam de uma realidade difícil de lidar. Tal processo forma descartes como espaços abandonados e desmembrados aos que se destinam

⁵ Um adendo à reflexão: segundo Boaventura de Sousa Santos, em palestra na Universidade Federal do Ceará, em 22/10/2013, o mercado é atualmente o grande opressor dos países em desenvolvimento, uma entidade difícil de lidar, pois é amorfa e anônima à maioria da população.

⁶ A relação entre o global e o local e o isolamento dos mais ricos são também discutidos Bauman (2009, cap. 1).

⁷ Uma reportagem na televisão local de Fortaleza mostrou a explosão na procura por serviços de blindagem para carros de todos os tipos, mesmo populares. Uma loja que atendia 7 clientes por mês bateu um recorde de 200 atendimentos em um único mês do segundo semestre de 2013.

peças expulsas das áreas de circulação das classes abastadas. A polarização social cresce, intensificando redes de trocas globais típicas das classes altas e redes locais fragmentárias das classes baixas. A configuração cada vez mais perversa do sistema capitalista, voltada à otimização dos recursos da produção, gera excedentes humanos, pessoas inativas economicamente cuja situação de exclusão é crescentemente vista como irreversível. Sem chances imaginadas de “reabilitação” à normalidade da vida social, viram supérfluos que junto aos criminosos formam as novas “classes perigosas”, que devem ser impedidos de criar problemas e mantidos à distância⁸.

Estranha seria tal situação se nos focássemos apenas no aspecto mais atrativo da vida urbana: a mixofilia, ou interesse pela mistura. As cidades, celeiros de oportunidades e de possibilidades de ser e estar no mundo sempre atraíram intenso fluxo populacional. Porém, junto a este processo está a mixofobia, o medo do outro desconhecido, cujos atos são difíceis de prever. O que torna este convívio ainda mais complexo é o fato de que, embora os ricos possam se afastar virtualmente dos espaços e problemas públicos, é na realidade do compartilhamento da vida que se dá a experiência humana, é nela que as pessoas dão sentido à existência e buscam sua identidade. Esta necessidade não pode ser ignorada.

Baseadas nesta premissa, cremos que tudo o que foi discutido, mesmo que em um tom relativamente pessimista, sobre a relação da classe média, por fim acaba fomentando também suas iniciativas de transformação da realidade local, que têm crescido e tomado parte do cotidiano, especialmente nos últimos meses. É a partir deste ponto que podemos visualizar uma maior amplitude nas demandas dos jovens manifestantes. O fato de se situarem no meio da polarização urbana coloca-os em uma posição de conflito ideológico. Apesar de virem de classes médias e sofrerem com o encolhimento das oportunidades de crescimento econômico e ocupacional que este público tem enfrentado, muitos deles assustados com a violência e

⁸ Seguimos o diálogo com Bauman (2009, cap. 1) na discussão sobre os excluídos e a mixofilia/mixofobia.

inseguros, grandes parcelas destes jovens têm se mobilizado fortemente pela dificuldade de encontrar na cidade o espaço de realização de sua vocação positiva de diversidade e aprendizado com a diferença. Na consciência de que a cidade deve ser um local prioritariamente voltado ao convívio, tomam-na por direito e requerem participação nas decisões sobre um espaço que consideram seu e de todos, chamando a população para este debate.

Aqui se encontra um possível ponto de virada na relação da juventude urbana com o mundo que os cerca, e certamente um terreno não consensual sobre o qual diversos posicionamentos têm entrado em disputa.

2.4. Entre Fortalezas apavoradas e resistentes

Os acontecimentos nas metrópoles pelo mundo e no Brasil refletem-se também em Fortaleza, cidade desigual⁹, violenta¹⁰ e que sente “na carne os efeitos fragmentadores desta nova lógica da acumulação urbana” (RIBEIRO, [2007], p. 3), de facilitação de empreendimentos voltados ao turismo e desvalorização de outros espaços da cidade, resultado da política de tolerância total, cuja continuidade “está sob a pressão dos processos de ocupação ilegal, invasão e favelizações dos territórios mais centrais das metrópoles [...] resultantes da combinação da precarização e informalização do trabalho e da crise da mobilidade urbana”¹¹.

Neste contexto, a novidade de manifestações oriundas de pessoas de classe média também pôde ser percebida na cidade, pelas ruas e nas redes sociais virtuais. As pessoas mostram-se como apoiadores de uma causa específica, como opositores claros de outras ou

⁹ Segundo Neri (2009), o coeficiente de Gini na cidade é de 0,5684 e a Classe E representa 20,57% da população total.

¹⁰ Segundo Waiselfisz (2014), entre 2004 e 2012 a taxa de homicídios em Fortaleza subiu de 28,5 para 76,8 por 100 mil habitantes, um aumento de 169% em oito anos que a coloca na 2ª colocação entre as capitais, atrás apenas de Maceió-AL.

¹¹ Ibid., p. 4.

por diversos posicionamentos intermediários e confusos. Além disso, pautas relacionadas às demandas da cidade fazem parte da rotina dos habitantes, sendo fácil presenciar, nos primeiros minutos de quase todas as conversas cotidianas, queixas específicas diretamente relacionadas ao sofrimento pela transformação nas condições de vida no meio urbano.

Os reflexos da insatisfação popular puderam ser sentidos para além de junho, com manifestações e outros movimentos que agregaram multidões. Em comum haviam queixas direcionadas diretamente ao governo do Estado e à prefeitura, que mostram posturas concernentes com a concepção de cidade-mercadoria. Aparentemente, as queixas se converteram em duas vertentes que puderam ser identificadas em movimentos que consideramos representativos delas e ilustrativos da situação local: o Movimento Fortaleza Apavorada (MFA) e o Movimento Ocupe o Cocó (MOC).

Pouco antes da explosão das manifestações de junho, o MFA surgiu da iniciativa de mulheres de classe média que, através de uma rede social¹², agregaram pessoas que quisessem dar “basta” à violência. Esta motivação¹³ partiu do aumento vertiginoso da violência na cidade sentido em 2013. Com rápido crescimento de adesões virtuais (que no momento desta publicação ultrapassavam 77 mil) e tendo realizado uma passeata em junho de 2013 que contou com cerca de 10 mil participantes, o MFA mostrou-se relevante por envolver grande quantidade de pessoas e marcar uma tomada de posição de parte da população. Descrevendo-se como “movimento civil organizado e apartidário em prol da priorização e efetivação das políticas de segurança pública em Fortaleza e no Ceará, para o benefício de todos indistintamente”, foi acusado de movimento de classe, com visão estreita de segurança pública como sinônima de aumento do efetivo policial nas ruas e pouca discussão sobre as questões estruturais da violência. Sua atuação se voltou principalmente ao mapeamento dos assaltos na cidade e a mobilizações virtuais, tendo diminuído consideravelmente em 2014.

¹² Os dados e citações foram retirados da página do MFA na rede social Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FortalezaApavorada?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em 11/12/2013.

¹³ As informações sobre as motivações iniciais do movimento são provenientes de conversas com moradores.

Convergingo movimentos em torno da preservação e legalização do Parque do Cocó, a maior extensão da reduzida área verde da cidade, o Ocupe o Cocó teve início após a derrubada de árvores do parque para a construção de um viaduto, poucos dias após as grandes manifestações em junho. Pouco a pouco, pessoas de diversas regiões foram acampando no local, entre desocupações forçadas e reocupações, por mais de 80 dias. Dado que o trânsito e a dificuldade de mobilidade são motivos de insatisfação entre os habitantes, o MOC foi criticado por quem acreditava ser o viaduto uma medida necessária e desejava a continuidade das obras. Na ocupação foram realizadas atividades de educação ambiental e promovidas discussões sobre mobilidade urbana, participação popular, direcionamento de investimentos, entre outras questões do direito à cidade¹⁴.

Essa mobilização mostra que a população [...] está questionando fortemente o modelo de desenvolvimento urbano da cidade e não aceita mais projetos que impactam a vida de todos, mas que não são discutidos com ninguém. Como tantas das manifestações que vimos no Brasil nos últimos meses, e mesmo no mundo, me parece que também neste caso estamos diante de uma reivindicação pelo direito à cidade, pelo direito de participar ativamente das decisões sobre em que cidade queremos viver. (ROLNIK, 2013b)

Em 2014, a página virtual do MOC conta com 3 mil adeptos, que seguem compartilhando denúncias e mobilizando eventos de menor proporção em torno de causas ambientais e de mobilidade urbana, principalmente. Outros grupos virtuais no mesmo sentido também surgiram desde as ocupações. O viaduto foi construído e o governo segue com outras propostas semelhantes.

Para além dos movimentos citados, a situação de Fortaleza em 2013 foi de grande insatisfação popular com sua gestão e de certa “guerra” de posicionamentos e opiniões, ora sutil, ora explícita, que alterou os ânimos da população e expôs suas divergências. Em 2014, o clima foi amenizado pela realização da Copa do Mundo FIFA, mas o debate e as posições opostas mantiveram-se refletidos, desta vez, na polarização em torno das eleições presidenciais.

¹⁴ Estas informações circularam entre a população e foram divulgadas em diversos jornais na cidade.

3. A CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO E A PSICOLOGIA SOCIAL

Todas estas disputas alimentam um interessante campo para se estudar o jogo de consensos e dissensos que compõem a construção de ideais de cidade por seus habitantes. A relevância do estudo deste tema se explicita na mobilização que provoca, visto que indivíduos da cultura ocidental capitalista, apontados como materialistas e egoístas e acusados de estar há muitos anos afastados de grandes questões políticas e sociais (JUDT, 2011), estão saindo de sua paralisia. O Brasil passa por mudanças sociais e cabe também aos psicólogos sociais tentar compreender o rumo que tomarão, devendo estar ativos em todo este processo, discutindo suas possibilidades de alcance não só na compreensão dos eventos, mas na intervenção sobre eles. Há verdadeiras batalhas de sentidos e objetivos entre os atuais movimentos em torno da questão urbana e internamente a eles (ŽIŽEK, 2013), refletindo disputas e conflitos que atravessam toda a população urbana. Buscar tais conteúdos sobre as cidades é entrar na intimidade de seus habitantes, no intuito de iluminar os debates presentes e necessários para a melhoria de sua condição.

Diante dos eventos e conflitos apresentados, faz-se necessário adotar um olhar sensível ao cotidiano e engajado com as transformações necessárias, transpondo as barreiras de uma observação para um ideal de proposição e contribuição com a realidade. É a partir desta premissa que apresentaremos os percursos trilhados na decisão da opção teórico-metodológica desta pesquisa.

3.1. Psicologia Social implicada, aberta e dialogada

Pouco antes de iniciar os estudos de mestrado que resultaram nesta pesquisa, estive presente em um importante evento internacional¹⁵ que reuniu um grupo seletivo de

¹⁵ 2º Simpósio Internacional de Psicologia Social, realizado na Universidade de Brasília, em 2012.

pesquisadores para dialogar sobre o campo da Psicologia Social. Nesta ocasião, em que eu era uma humilde e curiosa observadora, atraí-me pelos amplos debates motivados pela importância de um diálogo entre posturas diferentes que provoque uma abertura ao conhecimento, olhando-se para o “hífen” na relação indivíduo-sociedade, ou seja, para a relação em si, considerando todos os seus aspectos, sem reduzir as chances de explicação ao nível do indivíduo ou da sociedade, sendo esta postura o grande desafio em se integrar aspectos psicológicos e sociológicos da experiência. Mas como alcançá-la se mantivermos restrições ao método?

A afirmação do paradigma experimental e do método quantitativo na Psicologia Social vem sendo, ao longo da história, reforçada ou negada e quase sempre conflituosa, a depender do contexto local de desenvolvimento do campo e da visão particular da relação indivíduo-sociedade. A abordagem desta relação diferencia-se em torno de uma Psicologia Social de cunho mais psicológico e outra de cunho mais sociológico, tendendo a primeira a “ênfatar principalmente os processos intraindividuais responsáveis pelo modo pelo qual os indivíduos respondem aos estímulos sociais” (FERREIRA, 2010, p. 51), e a segunda a “privilegiar os fenômenos que emergem dos diferentes grupos e sociedades”¹⁶.

Percebe-se atualmente um movimento de reflexão sobre a divisão que se instaurou no campo da Psicologia Social, questionando sua pertinência. Quanto aos métodos, o debate pró/contra o uso da estatística pelas ciências humanas é considerado simplista, por pouco acrescentar à formação e à prática dos pesquisadores da área. Desta forma, fornecer subsídios para se refletir sobre riscos e ganhos da utilização de métodos quantitativos no seu âmbito faz-se um esforço mais frutífero (FALCÃO; RÉGNIER, 2000). Outra crítica se direciona à supervalorização do método frente aos objetivos e perguntas intrínsecas à pesquisa. O princípio da ciência está nas perguntas que são feitas, uma pergunta inicial precedendo as

¹⁶ Ibid.

demais e fomentando a escolha dos métodos, não o contrário (TOOMELA, 2010). Desta forma, são as questões e os objetivos da pesquisa que devem iluminar o percurso metodológico, estando o pesquisador aberto a dialogar com os tipos qualitativos e quantitativos e os combinar da forma mais adequada a dar conta do tipo de questões que se faz.

Willem Doise, que estava presente no evento citado e endossou os debates, apontou, em artigo produzido a partir deste (DOISE, 2013), desafios para a Psicologia Social no Brasil, uma comunidade acadêmica frutífera, mas, segundo ele, que pouco dialoga. O autor, que é um defensor da integração de visões e métodos, comentou estar impressionado com a variedade das abordagens em Psicologia Social desenvolvidas no Brasil na atualidade e ressaltou o quanto a colaboração entre departamentos pode enriquecer a comunidade acadêmica. Esta colaboração deve ser feita pela exposição das fronteiras, dos encontros e inclusive dos desentendimentos que ocorrem, indo do não dito que separa a uma postura de aprendizado com o outro.

Seu lugar de experimentador é o do curioso que não se contenta com simples postulações, rejeita a idolatria ao método e busca ampliar a compreensão dos fenômenos complexos que se dispõe a estudar, recorrendo a análises quali/quantitativas e tirando proveito de triangulações metodológicas coerentes. Inspira-se ainda nas teorias sociológicas, que só funcionam recorrendo de modo mais ou menos explícito a conjecturas sobre o funcionamento individual ou interindividual, para afirmar que, no sentido inverso, também as teorias da Psicologia Social devem ser completadas por análises sociológicas, a fim de melhor se compreenderem os jogos sociais. Traz Moscovici como base para colocar a Psicologia Social no lugar de ponte entre a Psicologia e as Ciências Sociais, sem a subordinar a nenhuma das outras, e apontar a necessidade de que seus métodos a extrapolem. Tal definição supera a

clivagem entre análises centradas no indivíduo ou na sociedade, estimulando a proposta de Doise de articulação psicossociológica¹⁷.

Para ele, é a necessidade de mudanças sociais que deve produzir psicólogos sociais, não o contrário. Isto é dificultado pela adesão de pesquisadores a uma visão de mundo determinista que limita sua atuação sobre o social. Incentiva-os a aderirem a concepções mais societais e a iluminarem a lacuna entre as expectativas e a realidade social para gerar conflitos cognitivos e assim fomentar mudanças sociais. Para ele, este é o principal papel de se considerar o social na psicologia. Para mim, esta concepção tornou-se uma motivação inspiradora para pesquisar. Tal lição aprendeu com seus mestres Piaget, Tajfel e Moscovici (DOISE, 2002a), principais inspiradores e dialogantes das pesquisas do laboratório de Genebra, seu grupo de trabalho, a cuja história nos remeteremos, a fim de situar o posicionamento de Doise e fundamentar as escolhas teóricas e metodológicas desta pesquisa.

3.2. Psicologia Societal: Doise e a equipe de Genebra

Um dos grandes autores em Psicologia Social, Willem Doise é reconhecido por propor a abordagem societal das representações sociais, em que aborda metassistemas de regulação social articulados aos sistemas cognitivos dos indivíduos no momento em que pensam e agem sobre o mundo. Além das RS, vai da Psicologia Social à Psicologia Societal, centrada na articulação psicossociológica e no retorno do olhar aos sistemas societais, que, segundo ele, vinham sendo esquecidos pela psicologia (CAMINO; TORRES, 2013). Percorreremos um pouco da história da equipe de Genebra, junto à qual Doise desenvolveu seus estudos, em diálogo com a história da Psicologia Social e com discussões sobre seus métodos, a fim de compreender o diferencial da proposta do grupo quanto ao papel do social para a psicologia e quanto ao “lugar de experimentador” do qual dizem partir.

¹⁷ Ibid.

Os primeiros encontros formais do grupo deram-se no início da década de 1970. A partir dos protestos de maio de 1968 e da organização do ensino de psicologia na Suíça francesa, a Psicologia Social passou a compor o programa do curso em Genebra. Para ensiná-la, Piaget convidara Flament e Moscovici, que indicou Doise, ficando este à frente da disciplina até 1972, quando assumiu como professor de Psicologia Social Experimental. Flament ficou à frente de um grupo de pesquisas o qual Mugny já integrava, contando logo depois com a entrada de Sinclair, Perret-Clermont, Deschamps e Zavalloni, que dali expandiram fronteiras na Suíça e pela Europa, sendo considerados o tronco da Psicologia Social na Suíça francesa. Moscovici apoiou Doise no início da carreira e mantém forte contato com grupo, compondo seu espírito internacionalista (DOISE; MUGNY, 1991).

Os pesquisadores de Genebra trabalham a partir do marco de uma grande teoria da inteligência, e, junto a outros, afirmam que coordenações cognitivas individuais devem ser estudadas também enquanto coordenações sociais. O grupo firma bases em teóricos que, em seus contextos específicos, desenvolveram o postulado da intervenção da interação social no desenvolvimento cognitivo, nas dimensões social e histórica (DOISE; MUGNY, 1991, *passim*). Da etologia apreendem a consequência do postulado do comportamento como “produto e instrumento do processo de evolução através de seleção natural” (CARVALHO, 1989, p. 2): que a principal função dos instrumentos cognitivos é a de adaptação ao meio¹⁸. Porém questionam, junto a Smedslund, de que meio se fala, ampliando sua compreensão à interação social. Citam as teorias de Mead e interacionistas sobre o pensamento e a ação provirem da interpretação individual de interações sociais, as descobertas de Piaget sobre a relação entre o desenvolvimento de operações cognitivas e certas formas de cooperação social nas crianças e o postulado de Vygotsky sobre as funções superiores iniciarem-se como

¹⁸ Na etologia, este meio é o ambiente natural, e a adaptação, como modificações genéticas, não pode ser considerada do ponto de vista da história individual, apenas da história da espécie.

relações entre indivíduos humanos, na transformação de um processo interpessoal em intrapessoal (DOISE; MUGNY, 1991).

Contudo, tecem críticas a estes autores por se contentarem em afirmar a importância do social sem verificar suas teses empiricamente. Por isso, posicionam-se pela perspectiva do experimentador, partindo da Psicologia Social e multiplicando os paradigmas experimentais para exemplificar modelos explicativos mais delimitados, como os referentes à coordenação de ações interdependentes, ao conflito sociocognitivo e à marcação social, bem como para ilustrar empiricamente as correlações específicas existentes entre variáveis independentes (causas) e dependentes (efeitos)¹⁹.

Doise (2002a) apresenta Piaget, Tajfel e Moscovici como principais inspiradores e interlocutores dos trabalhos do grupo de Genebra, cujas quatro linhas básicas apresentaremos em costura com as ideias destes autores.

Sobre Piaget, enfatiza a importância dada a análises de tipo societal em sua obra “O julgamento moral”, em que defende a livre confrontação de ideias como motor para o desenvolvimento moral, expandindo esta concepção quando Hitler assume o poder e alertando sobre os riscos do conhecimento isolado num mundo relacional (DOISE, 2002a, p. 28). Porém, o contexto de guerras abortou este debate, levando Piaget a abordar um pensamento descontextualizado socialmente. Mesmo assim, o grupo de Genebra dialogou diretamente com suas ideias em pesquisas sobre a construção social dos instrumentos cognitivos da criança (DOISE; MUGNY, 1991), pelas quais puderam concluir não só que estes instrumentos se constroem nas interações sociais, mas que a interação é estruturante graças à coordenação de conflitos sociocognitivos. Ou seja, o aprendizado, para além da imitação, é mais forte em situações de interação com contrastes de ideias que devem ser integradas pelo aprendiz, efeito potencializado pelo livre diálogo e pela marcação social da situação. A partir

¹⁹ Ibid.

do conflito sociocognitivo e da marcação social, fica para eles muito claro que reduzir a atividade cognitiva a uma propriedade puramente individual – como fazem frequentemente os psicólogos – é uma abstração reducionista que deve ser combatida.

Outro diálogo frutífero aconteceu com Tajfel no estudo das relações entre grupos. Doise alega que este adotou conceitos de tipo societal ao destacar a comparação intergrupo como motor da construção de identidade social positiva, relacionando-a a questões ideológicas (DOISE, 2002a). Um dos primeiros estudos intergrupais feitos por Doise e colaboradores confluía duas problemáticas: a polarização coletiva e o processo de categorização na elaboração das relações entre grupos. Tinham como objetivo desenvolver o trabalho de Tajfel sobre categorização e dinâmicas intergrupais, considerando que a categorização dá conta de um sistema de interações sociais e possibilita ao indivíduo organizar sua experiência subjetiva do meio social. Seu maior avanço é tratar da dimensão comportamental deste processo, pois consideram que os comportamentos em função de pertencas compartilhadas ou opostas dos indivíduos estruturam e transformam a realidade social. Por isso, Doise salienta que as condições que possibilitam a categorização dependem também de análise ao nível interindividual (situações do encontro entre indivíduos) e posicional (assimetria de status entre duas categorias). O grupo estendeu então o modelo de Tajfel ao estudo de minorias (inspirado em Moscovici), chegando ao conceito-chave de identificação psicossocial (DOISE; MUGNY, 1991).

Nos estudos de influência social, sua terceira linha de pesquisas, tiveram como ponto de partida a crítica de Moscovici à forma equilibrada de enxergar o social do modelo funcionalista de Durkheim, o que possibilitou estudar os processos de influência pelo conflito e o construtivismo social. Para esta equipe, o estudo da influência social é importante por se ligar aos “processos pelos quais os indivíduos e grupos configuram, mantêm, difundem e

modificam seus modos de pensar e de atuar, no contexto de suas interações sociais diretas ou simbólicas”²⁰ estando em jogo neles o próprio funcionamento das sociedades e sua evolução.

Compreendem, assim, a influência social como uma via para a construção mental da realidade e propõem uma epistemologia social baseada no estudo da mediação daquela sobre as formas do saber (opiniões, atitudes, RS, ideologias). Ao invés de olharem a conformidade e a obediência, focavam na mudança social, destacando mecanismos de transformação das normas pelas minorias em situações de conflito. A influência, tal como o desenvolvimento cognitivo, ocorreria mais pelo conflito gerado por ideias novas e consistentes do que pela concordância com elas.

Por fim, Moscovici inspira os estudos da equipe a partir também das Representações Sociais, que configuram, segundo ele, um “sistema de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientarem-se no contexto social e material” (1978, p. 79), sendo “a finalidade de todas as representações sociais [...] tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (2010, p. 54).

Para Doise, o trabalho com as RS é o que fornece “o quadro mais estimulante para construir uma psicologia societal imbricando o estudo dos sistemas cognitivos no nível do indivíduo no estudo dos sistemas relacionais e societais” (DOISE, 2002a, p. 30), tarefa que já havia sido dada por Moscovici aos psicólogos sociais. Jodelet conecta-se a Doise ao afirmar que se devem estudar RS

articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações sociais e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir (apud SANTOS, M. F., 2005, p. 26).

As RS nascem da comunicação, sendo necessário entender os processos básicos deste fenômeno ao articular investigações das dinâmicas das relações, comunicações e RS com o estudo dos processos psicológicos que as acompanham, tarefa que torna a definição das RS

²⁰ Ibid., p.14.

um desafio, devido à diversidade de enfoques e significados do conceito. Doise defende que uma definição de RS deve se referir aos múltiplos processos individuais, interindividuais, intergrupais e ideológicos que as constituem, entendendo as RS como princípios geradores de tomadas de posição vinculadas a localizações específicas no conjunto de relações sociais, que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações (DOISE, 2002a).

Aprofundando-se nas relações de comunicação, Doise (2011) retoma a relação tecida por Moscovici entre dois sistemas cognitivos que operam na atividade do pensamento natural: o sistema operacional, que associa, deduz, inclui e discrimina; e os metassistemas que retrabalham a matéria do primeiro, controlando, verificando e selecionando a partir de regras embasadas nas relações normativas sociais; para afirmar que o estudo propriamente dito das RS se constitui da compreensão das regulações destes sobre aquele – a articulação psicossociológica –, explicitando-se as ligações das RS com posições específicas em um conjunto de relações sociais. A partir desta perspectiva, desenvolve seus estudos na Abordagem Societal da Teoria das Representações Sociais.

3.3. Abordagem Societal da Teoria das Representações Sociais

Passamos agora à apresentação do marco teórico-metodológico a partir do qual esta pesquisa foi realizada. Toca-nos, a este ponto, elucidar sua estrutura e pontos fundamentais, a fim de orientar os procedimentos executados e esclarecer os objetivos da pesquisa.

Esta abordagem parte da articulação psicossociológica, que objetiva:

[...] articular explicações de ordem individual com explicações de ordem societal; [...] mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos. (DOISE, 2002a, p. 28)

Tal objetivo, que direciona o foco de nossa pesquisa, pressupõe a integração de quatro níveis de análise ao se estudar RS (DOISE, 2002a). O primeiro deles focaliza processos

intraindividuais, e busca observar como as pessoas pensam, compreendem, interpretam, analisando o modo como organizam suas experiências com o meio ambiente. O segundo nível, dos processos interindividuais e situacionais, parte do entendimento de que os indivíduos são seres intercambiáveis e vai buscar em seus sistemas de interação os princípios explicativos das dinâmicas sociais de que fazem parte. No terceiro nível, dos processos intergrupais, considera-se que os múltiplos papéis sociais de cada indivíduo atuam conjuntamente, interferindo na forma como se dão as dinâmicas relacionais e na forma pela qual eles pensam sobre o mundo. Portanto, levam-se em conta as diferentes posições que as pessoas ocupam no tecido das relações sociais características de uma determinada sociedade e se analisa como essas posições modulam os processos do primeiro e do segundo níveis. No quarto nível, societal, parte-se do pressuposto de que os princípios gerais que regem as produções culturais e ideológicas típicas de cada grupo e sociedade não só dão sentido aos comportamentos dos indivíduos que deles fazem parte como criam ou embasam suas diferenciações sociais. Assim, enfocam-se os metassistemas de crenças, normas, avaliações e representações sociais para entender como ocorrem tais processos.

Resumidamente, podemos entender os quatro níveis atuando em conjunto da seguinte forma: os metassistemas culturais e ideológicos significam, definem e embasam comportamentos e diferenciações sociais; estas modulam a interação interpessoal e a organização individual das experiências com o meio, que se constituem em interdependência. Desta forma, “a proposta de análise das RS a partir desses quatro níveis pauta-se na noção de RS como princípios geradores de tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais” (ALMEIDA, 2009, p. 724).

Tal proposição exige um tipo de estudo em que se articulem diferentes percursos metodológicos. Portanto, seguimos a tradição da abordagem, realizando uma pesquisa do tipo

multimetodológico, em que se inserem instrumentos qualitativos e quantitativos, pautado na perspectiva tridimensional desenvolvida por Doise e colaboradores, que ficou conhecida como “paradigma das três fases” (DOISE, 2002a, p. 30-33).

Esta perspectiva é interpretada como uma crítica de Doise à insistência dos estudos em RS em se concentrar nos aspectos consensuais do fenômeno, exigindo uma abordagem mais completa das RS, que considere também os dissensos, as tomadas de posição variadas de indivíduos e grupos em relação ao campo simbólico comum que compartilham. É necessário, segundo ele, que se estude a função das RS na dinâmica das comunicações e das relações sociais, articulando estudos destas últimas com pesquisas sobre os processos psicológicos que as acompanham.

As três fases, que apresentamos a seguir, fundamentam-se em três hipóteses (ALMEIDA, 2009):

1) Campo comum das representações sociais: pressupõe que os membros de um grupo estudado partilham certas crenças comuns sobre um dado objeto social, formando RS em suas dinâmicas comunicacionais a partir de tais referentes;

2) Variação das tomadas de posição individuais: parte da hipótese de que estes indivíduos diferenciam-se entre si nas relações que mantêm com as RS, sendo as diversas tomadas de posição organizadas de uma maneira sistemática;

3) Ancoragem das variações individuais: entende que estas posições se ancoram em realidades simbólicas coletivas, como experiências sociais partilhadas, hierarquias de valores e percepções sobre relações entre grupos e categorias, em função de sua pertença e posição.

Estas hipóteses, diretamente vinculadas aos quatro níveis de análise, direcionam os objetivos de pesquisas na abordagem societal, assim como os objetivos específicos deste estudo. Abaixo, apresentamos o Quadro 2, que resume questões norteadoras, objetivos e hipóteses teóricas desta pesquisa:

Quadro 1 – Resumo de questões norteadoras, objetivos e hipóteses teóricas da pesquisa.

<i>Questões de pesquisa</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Hipóteses</i>
Questão de fundo	Objetivo Geral	Hipóteses Teóricas
Como jovens de classe média urbana representam a cidade ideal e os conflitos urbanos após as manifestações de 2013?	Investigar a articulação entre sistemas cognitivos e metassistemas sociais nas RS de cidade ideal e conflitos urbanos para jovens de classe média urbana.	(a) Partilha de crenças comuns (b) Diferenciações interindividuais e grupais (c) Ancoragens das tomadas de posição
Questões norteadoras	Objetivos Específicos	Hipóteses Empíricas
(a) Quais conteúdos sobre a cidade ideal e os conflitos urbanos são amplamente partilhados pelos jovens?	(a) Identificar o campo comum das RS sobre a cidade ideal e os conflitos urbanos;	(a) Os jovens de classe média de Fortaleza partilham crenças sobre a cidade ideal e os conflitos urbanos;
(b) É possível identificar variações interindividuais na forma como os jovens idealizam a cidade e avaliam os conflitos urbanos?	(b) Examinar as possíveis variações de posicionamento em torno de princípios organizadores;	(b) Estes sujeitos diferenciam-se entre si nas relações que mantêm com estas RS, sendo as diversas tomadas de posição organizadas de uma maneira sistemática;
(c) Que tipos de inserções culturais, sociais e urbanas podem explicar diferenças na relação dos jovens com a cidade ideal e os conflitos urbanos?	(c) Compreender as ancoragens das variações nas pertenças sociais dos sujeitos.	(c) As inserções sociais e vivências urbanas dos sujeitos, bem como suas RS sobre cidadão e conflitos urbanos, oferecem elementos de ancoragem para as RS estudadas.

PARTE II – PREPARANDO O OLHAR

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Investigar a articulação entre sistemas cognitivos e metassistemas sociais nas representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos para jovens de classe média urbana.

Objetivos Específicos:

- a) Identificar o campo comum das RS sobre a cidade ideal e os conflitos urbanos;
- b) Examinar possíveis variações de posicionamento em torno de princípios organizadores das RS de cidade ideal e conflitos urbanos;
- c) Compreender as ancoragens das variações nas pertencas sociais dos sujeitos em função das RS de cidade ideal e conflitos urbanos.

5. PÚBLICO

Participaram da pesquisa mais de 300 jovens abordados em locais de circulação diversos como universidades públicas e particulares e *shoppings* e através de divulgação pelas redes sociais. Desta forma, buscávamos atingir mais participantes da faixa socioeconômica esperada, devido à escolha dos locais, mas facilitando uma maior variabilidade nas outras variantes de seu perfil. Para isso, os critérios iniciais de participação eram abrangentes, bastando apenas ter mais de 18 anos e morar em Fortaleza há pelo menos 5 anos.

A fim de aproximar a amostra ao perfil socioeconômico dos jovens manifestantes de 2013, definimos critérios de corte posteriores que aproveitassem ao máximo o material já construído, resultando em um número final de 197 participantes. Os critérios de corte foram:

1. Ter idade entre 18 e 29 anos, seguindo classificação etária do IPEA (MOSTAFA; ANDRADE, 2011) que define esta faixa como “jovens”, sendo de 18-24 anos os “jovens-jovens” e de 25-29 anos os “jovens-adultos”;
2. Morar em Fortaleza há 5 anos ou mais, buscando um período mínimo de vivência urbana;
3. Ter cursado o Ensino Fundamental e o Ensino Médio exclusivamente em escolas particulares;
4. Não depender de transporte público;
5. Possuir plano de saúde há pelo menos 10 anos, não dependendo do sistema público de saúde por um grande período da vida;
6. Possuir renda familiar mínima de 2 salários mínimos (SM).

O conjunto dos critérios buscou nos aproximar das classes média e alta, sem fazê-lo tomando a renda como ponto de partida (retiramos do estudo apenas jovens com renda familiar abaixo de 2 SM), mas focando-nos em um perfil que reflete jovens com chances de vida facilitadas (como os critérios 3, 4 e 5). Do ponto de vista sociológico, dividir a sociedade

pela renda não é adequado (SCALON; SALATA, 2012), pois não retrata características da composição de cada classe e, principalmente, não contempla desigualdades nas chances de vida – perspectivas de acesso a oportunidades, direitos efetivos, entre outros.

Desta forma, tomamos como ponto de partida a classificação da sociedade em estratos socio-ocupacionais (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO, 1979 apud. SCALON; SALATA, 2012), considerando as chances de vida geralmente oportunizadas àqueles cujos direitos básicos lhes são garantidos, para definir o público de nosso estudo. Esta divisão lança especial atenção à forma como a educação e a ocupação profissional se configuram como marcantes critérios diferenciais na população. Por exemplo, a partir da categoria “Profissionais e Administradores” desta classificação, composta por pessoas em posições de alto nível como dirigentes, especialistas e profissionais de *status* elevado em geral, ocorre um destaque do corpo da classe média em características estruturalmente fundamentais. Em 2009, por exemplo, os homens entre 24 e 60 anos de idade desta categoria compunham 28% da população total de classe média, declarando-se 71,7% brancos, com renda média de 3616 reais (48% maior do que a do segundo seguimento com maior renda), e possuindo mais bens de consumo (27% a mais de lava-roupas; 33% de carros e 47% de computadores). Se cruzados com a categorização por renda, este grupo constitui 30% da classe AB e apenas 5,5% da C e 2% da DE (SCALON; SALATA, 2012).

Um quesito que chama atenção, considerado uma grande barreira de divisões dentro da classe média é o tempo de estudo: entre os profissionais e administradores, 71,8% pelo menos iniciaram o ensino superior, enquanto a segunda categoria contém apenas 28,5% nesta faixa. Desta forma, certas características vinculadas às chances de vida permitem também diminuir a possibilidade de participação de jovens recentemente inseridos nas camadas médias, concentrando nosso estudo em um público intrigante por não ter as demandas tradicionais dos movimentos sociais.

Segundo Gohn (2014), em manifestações de massa torna-se difícil caracterizar o público participante, especialmente quando elas fogem ao padrão das realizadas por movimentos sociais, como foram aquelas sobre as quais nos interessamos. Segundo pesquisas e informações de artigos de jornais compiladas pela autora, os manifestantes de 20 de junho de 2013 pelo país tinham idade entre 14 e 29 anos (63%); no mínimo ensino básico completo (92%), sendo 43% formados no ensino superior; renda familiar mínima de 2 salários mínimos (SM – 85%), tendo metade deles renda acima de 5 SM. Além disso, eram usuários das novas mídias, convocando outras pessoas para os protestos pelas redes sociais (75%). Quase metade deles (46%) participavam pela primeira vez de uma manifestação de rua, sendo este seu “batismo na política” (p. 41). Apesar disso, declararam-se interessados por política (89%), mas não se sentiam representados por políticos (83%) ou partidos (86%) e não estavam filiados a estes (96%) ou a sindicatos, entidades de classe ou de estudantes (86%).

Um ano após os eventos, abordamos um grupo com muitas similaridades ao que participou das manifestações. Apresentamos a seguir as características pesquisadas que se mostraram mais homogêneas na composição deste grupo. Este era formado majoritariamente por pessoas do sexo feminino (68%), heterossexuais (89%); universitárias (69%) e com papel ocupacional principal de estudante (75%), que estão satisfeitas com sua ocupação (72%) e não dispõem ou dispuseram de financiamentos ou bolsas para estudar (81%); sendo dependentes financeiramente (89%) em famílias com renda entre 5 e 30 SM (77%); usuárias frequentes de internet (90%) e de redes sociais (75%) e leitoras de moderados a frequentes de sites de notícias (74%); que não estão vinculados a partidos políticos (84%) e não participam de atividades de promoção social ou de movimentos sociais organizados (84%); que viveram a maior parte de suas vidas em metrópoles (90%) e habitam residências próprias (90%) em condomínios (68%) situados nas áreas mais ricas e desiguais da cidade (Regionais II e VI-

72%); tendo o carro como meio de transporte principal (87%) e realizando suas atividades de lazer fora de casa (70%), em locais privados (85%) e fechados (72%).

É válido registrar a grande participação de jovens que tiveram experiência no ensino básico público, totalizando 88 pessoas, o que mostra uma forte entrada destes estudantes no ensino superior a partir das políticas de acesso. Cogitamos realizar uma análise paralela deste grupo, porém a falta de homogeneidade em relação a outras características inviabilizou estudos estatísticos consistentes.

6. CONSTRUÇÃO DE DADOS

6.1. Procedimentos de construção de dados

A construção dos dados junto aos participantes foi realizada através de respostas a um questionário, entre junho e setembro de 2013. Iniciada de maneira virtual e com um instrumento longo, o que gerou pouca adesão, a forma de construção precisou ser modificada para o formato presencial, em abordagem direta, com o instrumento resumido e impresso em papel. Este foi o formato predominante e que gerou mais de 80% das respostas.

Desta forma, a construção dos dados esteve concentrada no mês de setembro de 2014, apenas dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais e passado pouco mais de um mês do final da Copa do Mundo, um período em que os dois temas estavam muito presentes e geravam diversos debates. Inspiradas em 2013, intencionamos realizar esta fase da pesquisa no início da Copa, mas o evento pareceu esfriar os ânimos, concentrando atenções na torcida pela seleção. Por este motivo, decidimos aguardar o resultado do torneio e a proximidade das eleições, na esperança de ocorrerem novos protestos. Mesmo que estes não tenham acontecido fervorosamente como no ano anterior, vale destacar que o fraco desempenho da seleção²¹, que desfez o encanto produzido pela Copa, e a grande disputa eleitoral entre PT e PSDB²², que levou a uma polarização da opinião pública, fomentaram um interessante campo de debates, favorecendo o momento escolhido para a construção dos dados.

Além disso, o fato das grandes manifestações não terem se repetido nos permitiu avaliar a permanência de suas demandas no senso comum compartilhado pelos jovens passado o calor do momento, permitindo explorar o questionamento da alienação dos manifestantes, ponto sobre o qual consideramos muito instigante nos debruçarmos.

²¹ A seleção brasileira masculina de futebol terminou a disputa em 4º lugar, após derrota vexatória para a seleção alemã por 7x1 na semifinal.

²² A acirrada eleição presidencial terminou com vitória de Dilma Rousseff (PT) no segundo turno, com 52% dos votos válidos, contra 48% do concorrente Aécio Neves (PSDB).

Os participantes foram abordados em praças de alimentação, pátios, corredores, livrarias, auditórios, bibliotecas e salas de aula, individualmente ou em grupos. Eram questionados sobre os critérios mínimos para participação e instruídos sobre o teor da pesquisa e diretrizes básicas para o preenchimento do questionário. Como ele fora construído para preenchimento virtual, as instruções mais detalhadas constavam no próprio instrumento. Os participantes eram orientados ainda a não compartilharem respostas, porém não houve controle rigoroso sobre este aspecto.

Vale pontuar que o projeto de pesquisa submetido ao Comitê de Ética e por ele aprovado previa duas fases de construção de dados, a primeira por meio de questionário (mais simples do que a versão final) e a segunda, de aprofundamento, a ser realizada em grupos focais que debateriam os temas mais relevantes surgidos na primeira fase. Estes grupos seriam compostos por pessoas com características dos perfis representativos dos diferentes posicionamentos em torno dos princípios organizadores das RS. Porém, após nova reflexão sobre os objetivos da pesquisa e considerando o tempo de execução, optamos por manter apenas a primeira fase, mas ampliando e tornando mais complexo o instrumento a fim de valorizar o caráter de mapeamento que decidimos dar ao estudo. Fica a sugestão de realização de grupos focais de aprofundamento a futuros trabalhos.

6.2. Instrumento de construção de dados

Utilizamos como instrumento um questionário composto de três fases, cuja apresentação era precedida pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e pela coleta de alguns dados iniciais de corte, posteriormente modificados. A versão final, utilizada com a maioria dos participantes e apresentada integralmente no Apêndice B, trouxe na primeira fase um teste de associação livre de palavras (NÓBREGA; COUTINHO, 2011), cujos indutores eram a palavra “cidadão” e as perguntas “o que é preciso para se construir a

cidade ideal?” e “que fatores mais contribuem para NÃO vivermos na cidade ideal?”. O fato de utilizarmos duas perguntas, ao invés de outras duas palavras, geraram frases e explicações mais longas, que tiveram que ser tratadas antes de analisadas, como explicaremos adiante.

A segunda fase do questionário trazia uma escala de posicionamento em relação a conflitos urbanos relacionados a princípios do direito à cidade, inspirada em estudo realizado por Doise (2002b) e formulada e testada de acordo com as direções fornecidas por Pasquali (1999). Os itens da escala foram construídos com base em um documento norteador de estudos e ações sobre o tema, a Carta Mundial do Direito à Cidade (CMDC), apresentada no Anexo A. Apesar de não ser uma legislação oficial, a CMDC é fruto de um processo coletivo de construção e influencia em escala mundial debates sobre o tema.

Após sucessivas reduções nos artigos da CMDC, agrupados segundo os princípios aos quais respondiam, chegamos a diretrizes principais às quais foram relacionadas 24 situações fictícias de conflito inspiradas em notícias que circularam nos noticiários e redes sociais durante o ano de 2013. Os participantes foram expostos a estas situações, resumidas em afirmativas sucintas em relação às quais eles teriam que se posicionar seguindo uma escala de 1 (totalmente contra) a 6 (totalmente a favor). Apresentamos no Quadro 1 uma das afirmativas como modelo da escala.

Quadro 2 – Modelo da escala de avaliação das situações de conflito.

Aldeia indígena situada na região metropolitana de uma grande cidade é removida de seu lugar de origem para a duplicação de uma rodovia federal.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

A terceira parte do instrumento consistia em um questionário de inserções sociais e vivências urbanas do sujeito, com dois objetivos. O primeiro era conseguir informações

suficientes para caracterizar o grupo participante através do levantamento de dados relevantes para a temática e que se mostrassem homogêneos no grupo, já que os critérios iniciais eram bastante amplos. Além disso, características que se mostraram não homogêneas foram utilizadas na análise para testar que tipos de inserções e vivências poderiam contribuir mais para organizar posicionamentos diferentes em relação aos conflitos abordados.

6.3. Questões éticas

O estudo conforma-se às regras do Conselho Nacional de Saúde (CNS)²³, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e foi realizado apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (protocolo de aprovação CAAE 27146414.7.0000.5208 – Anexo B). A participação na pesquisa teve como principal marca seu aspecto voluntário, propiciado pelo tipo de construção de dados que dava total liberdade de aceite ou recusa aos participantes. Todos foram informados sobre os detalhes e riscos do procedimento através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), cuja aceitação era necessária para se iniciar. A todos foi oferecido, como única recompensa, o envio por email de um relatório resumido dos resultados da pesquisa.

²³ Resolução N° 196/96 (BRASIL, 1996), de 10 de outubro de 1996.

7. ANÁLISE DE DADOS

7.1. Procedimentos e instrumentos da análise de dados

Para atender aos objetivos da pesquisa, realizamos diferentes tipos de Análise Fatorial Exploratória (AFE). A AFE consiste em

[...] um conjunto de técnicas multivariadas que tem como objetivo encontrar a estrutura subjacente em uma matriz de dados e determinar o número e a natureza das variáveis latentes (fatores) que melhor representam um conjunto de variáveis observadas [...]. Ao analisar a estrutura das inter-relações de um determinado número de variáveis observadas, a AFE define o(s) fator(es) que melhor explica(m) a sua covariância [...]. (DAMÁSIO, 2012, p. 214)

As análises fatoriais oferecem-nos: os conteúdos mais presentes entre os participantes, formando o campo comum referente a cada objeto estudado; os fatores latentes, que podem ser traduzidos em princípios organizadores das variações nas tomadas de posição, em RS com função de articulação entre sistemas cognitivos e metassistemas sociais; e as relações entre fatores e variáveis independentes (inserções sociais e vivência urbana), que indicam as ancoragens das RS.

Nas análises realizadas para cada objeto de representação, testamos onze variáveis pertencentes a três eixos – educação (1-3), inserções sociais (4-9) e vivência urbana (10 e 11).

São elas:

- 1) Escolaridade: Ensino Superior Incompleto ou Completo;
- 2) Experiência universitária: com ou sem passagem pela universidade pública;
- 3) Área principal de formação: tecnologia, humanas ou saúde;
- 4) Sexo: feminino ou masculino;
- 5) Idade: jovem-jovem, entre 18 e 24 anos ou jovem-adulto, entre 25 e 29 anos;
- 6) Religião: para o primeiro objeto dividimos em três grupos – praticante de religião cristã, espiritualista ou descrente (o único participante que se declarou praticante

de religião não cristã foi incluído no grupo dos espiritualistas); para o segundo objeto dividimos em dois grupos – crentes (cristãos e espiritualistas) e descrentes;

- 7) Preferência política: esquerda, direita ou outra/sem preferência;
- 8) Participação em ações sociais: participa diretamente, apenas se interessa ou não se interessa (nesta variável foram compilados os resultados das variáveis “participação em movimentos sociais organizados” e “participação em atividades de promoção social, ambiental ou da cidade”);
- 9) Participação nas manifestações de junho de 2013: participou ou não participou;
- 10) Área de moradia: a cidade de Fortaleza é dividida em 7 Secretarias Executivas Regionais (SER), que distribui as ações da prefeitura aglutinando bairros próximos e semelhantes. De acordo com as características das “Regionais”, como são conhecidas as áreas demarcadas pelas SER, reunimos os bairros em três variáveis – Área A (Regionais II e VI, compostas pelos bairros mais ricos e desiguais); Área B (Regionais IV e Centro, compostas por bairros tradicionais, com desenvolvimento médio e menos desigualdade); Área C (Regionais I, III e V, compostas por bairros periféricos e com menor desenvolvimento econômico).
- 11) Atividades de lazer: realizadas principalmente em locais públicos ou privados.

Realizamos diferentes procedimentos de análise para cada fase do instrumento de construção, buscando as mais adequadas para os tipos de dados construídos. A cidade ideal, captada de forma mais espontânea por evocações livres, teve seus dados processados pelo *software* Trideux, versão 5.1. Trata-se de um *software* livre que, no campo de estudo das representações sociais, permite o exame dos conteúdos representacionais em função de variáveis previamente controladas (DESCHAMPS, 2003). Para esta pesquisa, foi realizada uma análise fatorial de correspondência (AFC) dos três campos léxicos produzidos a partir dos indutores supracitados – que para simplificar denominaremos Cidadão, Cidade Ideal e

Fatores Contra –, cruzando as evocações com as onze variáveis de inserções sociais e vivência urbana. A AFC mostra estruturas formadas por elementos do campo representacional, destacando eixos que explicitam as modalidades de resposta (COUTINHO; NÓBREGA; ARAÚJO, 2011).

Associado à AFC, o uso do Trideux auxilia na identificação de variações de composição e organização dos campos léxicos a partir da análise das associações entre palavras e variáveis. Esta técnica

permite representar os resultados em eixos fatoriais que definem relações de proximidade e distância entre universos semânticos, os grupos que os produzem e os estímulos a que se referem, que são ainda interpretáveis em termos de dimensões de diferenciação (COUTINHO, NÓBREGA e ARAÚJO, 2011, p. 133).

Porém, os dados precisam ser tratados antes de serem inseridos no banco de dados do programa. Para isto, foi criado um dicionário de evocações para cada termo indutor, contendo todas as variações das palavras evocadas em ordem alfabética. Constituído o dicionário, realizamos um procedimento misto de redução dos termos iguais a um rótulo padronizado para entrada no programa e de categorização de algumas evocações semelhantes, mas não iguais, em um mesmo rótulo. Apesar do risco de criar vieses interpretativos, consideramos válida a categorização prévia tendo em vista que termos importantes teoricamente foram evocados poucas vezes diretamente, mas apareciam em frases e outras expressões. O resultado deste tratamento pode ser visto no Apêndice D.

Após a AFC, foi realizado o cálculo da contribuição média de cada palavra e de cada variável para cada fator obtido. Baseado na proposta de Deschamps (2003) dividiu-se a soma de todas as contribuições para o fator (que por construção é sempre igual a 1000) pela soma de elementos retidos no fator, primeiro para as palavras e em seguida para as variáveis de cada termo indutor, encontrando o valor mínimo de contribuição para o fator (CPF) para que o elemento pudesse ser utilizado na análise. Este procedimento seleciona as palavras e

variáveis que possuem forte contribuição para os fatores, e descarta da análise aquelas que apresentam contribuições menores que a respectiva média.

Mesmo após esse procedimento, o número de dimensões encontradas ainda foi alto, dificultando a interpretação. Decidimos, então, reduzir o número de variáveis e evocações, visando tornar mais clara a interpretação final. O primeiro teste foi feito com onze variáveis, e optamos por manter apenas as que marcaram oposições em relação a fatores encontrados nos campos léxicos de pelo menos dois dos termos indutores. Assim, restaram seis para a análise final: Escolaridade (Ensino Superior Incompleto X Ensino Superior Completo); Experiência Universitária (exclusiva em universidade privada X com passagem pela universidade pública), Área de formação (tecnologia X humanas), Ações Sociais (prática X não se interessa), Manifestações 2013 (participou X não participou). As variáveis descartadas foram: sexo, idade, religião, preferência política e área de moradia.

Quanto às evocações, decidimos aumentar o limite mínimo do CPF a partir da visualização do plano fatorial, na intenção de permanecer com um número reduzido de termos evocados com alta contribuição para o sentido dos fatores. Dentre os 87 termos evocados, aumentamos o CPF de 11 para 15, chegando a um número válido de 46 evocações distribuídas entre os três campos léxicos.

Nosso outro objeto de representação, conflitos urbanos, teve dados provenientes das escalas de posicionamento sobre as situações de conflito. Estas escalas tinham um intuito de testar posicionamentos dos sujeitos, sendo seus resultados menos espontâneos e numéricos. Estes foram processados pelo *software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* (DANCEY; RIDEY, 2006; FIELD, 2009), iniciando-se por uma Análise Exploratória de Dados. Após esta análise, são necessários alguns procedimentos de limpeza e tratamento: retirada de casos com muitos dados ausentes e substituição de pequenas ausências pelas respostas típicas a cada questão. Seguimos com a análise de distribuição de frequência, para

verificar a normalidade das variáveis, cujos resultados, não normais para a maioria delas, orientaram procedimentos e escolhas nos passos posteriores.

Passamos, então, à Análise de Componentes Principais (ACP), utilizada para reduzir um grande número de variáveis numéricas – as opiniões sobre situações de conflito, combinando-as em fatores que expressam uma lógica subjacente de organização, facilitando a interpretação do conjunto dos dados. Com a ACP, foram verificados indicadores que demonstram a fatorabilidade da matriz de dados (PASQUALI, 2002 apud PAIXÃO, 2008; FIGUEIREDO; SILVA, 2010). Estes indicadores são exibidos no Quadro 3, inspirada no trabalho de Paixão (2008):

Quadro 3 – Indicadores de fatorabilidade da matriz de dados para Análise de Componentes Principais

Indicador	Descrição	Constatação de Fatorabilidade
Teste de Esfericidade de Barlett	Testa a hipótese de que a matriz de covariâncias é uma matriz identidade, o que indicaria que nenhum fator se relacionaria com outro. Para ser fatorável, essa hipótese deve ser rejeitada.	Nível de significância inferior a 0,05 ($p < 0,05$)
Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)	Testa a força das correlações parciais das variáveis. Para ser fatorável, a matriz antiimagem (que contém as relações parciais) deve ser próxima de zero, o que gera um KMO próximo de 1.	Maior que 0,90: excelente; entre 0,80 e 0,89 bom; entre 0,70 e 0,79 mediano; entre 0,60 e 0,69 medíocre; entre 0,50 e 0,59 ruim e entre 0 e 0,49 inadequado.
Determinante	Testa se o determinante (escalar associado à matriz de covariâncias) se aproxima do valor zero, o que indica a fatorabilidade da matriz.	Nível de significância inferior a 0,05 ($p < 0,05$)

Testamos a consistência interna dos itens, pelo coeficiente alfa de Cronbach, sendo bom o valor de alfa maior do que 0,75. Testamos ainda indicadores de proximidade dos itens entre si, avaliando: visualmente o gráfico *Scree plot* resultante; a variância explicada por cada fator e o valor próprio de cada um deles (que deve ser maior do que 1). Tivemos também que eliminar paulatinamente alguns itens da escala que mostravam pouca covariância com os demais ou baixa comunalidade. A combinação destes critérios (PASQUALI, 2002 apud PAIXÃO, 2008; FIGUEIREDO; SILVA, 2010) auxilia na decisão de quantos fatores serão retidos na solução final, buscando-se o número mínimo de fatores que maximiza a quantidade de variância total explicada.

A solução final retida foi composta por 16 itens organizados em 3 fatores. Para cada fator foi construído um indicador, somando a média de cada item e dividindo esta soma pelo número de itens do fator, para reter assim uma medida de centralidade única que traduz a média dos posicionamentos no fator. Esta média do indicador foi então cruzada com as onze variáveis selecionadas para os testes em uma Análise de Variância (ANOVA), uma análise comparativa entre médias que visa verificar influências das características dos participantes nos fatores encontrados. Para cada indicador foram calculadas as médias relativas às características dos participantes. Dada a não normalidade da amostra, que não garantia uma homogeneidade entre as variâncias de cada conjunto de comparações, foi efetuado o teste de Levène, “projetado para verificar a hipótese nula de que as variâncias dos grupos são iguais, [...] testando se as variâncias dos [...] grupos são significativamente diferentes” (FIELD, 2009, p. 328-329). Portanto, para ser válida, a análise deveria ter $p > .05$ no teste de Levène, respeitando a condição da ANOVA de que as variâncias entre os grupos não sejam significativamente diferentes, e ter $p < .05$ para a ANOVA, sendo retidas na solução final apenas as variáveis cujo teste atendesse a esses critérios.

7.2. Resumo da análise de dados

A fim de facilitar a compreensão da relação entre objetivos, instrumentos e técnicas utilizadas, construímos o Quadro 4, apresentado a seguir.

Quadro 4 – Resumo da análise de dados

Objeto	Objetivo Específico	Construção dos dados	Análises realizadas	Softwares utilizados
Cidade Ideal	Identificar o campo comum das RS	Teste de evocação livre de palavras com termos indutores: Cidade Ideal, Cidadão e Fatores Contra	a) Rotulação das evocações; b) Análise de Frequência; c) Organização em Categorias.	Trideux
	Examinar possíveis variações de posicionamento em torno de princípios organizadores	Teste de evocação livre de palavras com termo indutor: Cidade Ideal	Análise Fatorial de Correspondência entre evocações	
	Compreender as ancoragens das variações nas pertenças sociais dos sujeitos	a) Teste de evocação livre de palavras com termos indutores: Cidadão e Fatores Contra. b) Dados de inserções sociais e vivência urbana dos participantes	Análise Fatorial de Correspondência entre os diferentes campos léxicos e entre estes e os dados de inserções sociais e vivência urbana	
Conflitos Urbanos	Identificar o campo comum das RS	Escala de posicionamento sobre situações de conflito	Análise de Frequência	SPSS
	Examinar possíveis variações de posicionamento em torno de princípios organizadores		Análise de Componentes Principais	
	Compreender as ancoragens das variações nas pertenças sociais dos sujeitos	a) Escalas de posicionamento sobre situações de conflito; b) Dados de inserções sociais e vivência urbana dos participantes.	Análise de Variância	

PARTE III – A árvore da indignação

8. INTRODUÇÃO

A indignação que vimos brotar nas ruas do Brasil em 2013 foi cultivada em um terreno com nutrientes e raízes diversas, que se uniram em um tronco comum e se desdobraram em diferentes galhos. Pudemos visualizar, no auge dos acontecimentos, as flores que despontavam desta árvore em múltiplas cores, e buscamos enxergar também que tipos de frutos cresceram e amadureceram mais de um ano após os eventos principais. A tentativa de compreender um momento de transformações, simbolizando-o em uma árvore, parte do entendimento de que os movimentos humanos, mesmo os urbanos, podem ter seu funcionamento comparado aos ciclos de vida e morte da natureza. Partindo do questionamento sobre quais são os elementos desta árvore e se ela de fato gerou frutos ou apenas flores passageiras, visamos, em última análise, perceber a possível existência de sementes, indicando a abertura de novos ciclos.

Conforme a imagem criada, apresentaremos nesta seção o corpo da árvore – os desdobramentos da pesquisa – desde números e resultados teóricos a discussão temática e conclusões. Iniciaremos pelo detalhamento das análises realizadas, organizadas segundo os níveis de análise da abordagem societal da TRS que tomamos por base. Nos capítulos 2, 3 e 4 encontram-se, respectivamente, o campo comum das RS (tronco), os princípios organizadores das variações individuais (galhos) e as ancoragens das variações (raízes), divididos em um subcapítulo por objeto estudado – cidade ideal e conflitos urbanos.

Seguimos buscando compreender, em conjunto, as flores e frutos do processo, através da discussão dos resultados, compilados não mais metodologicamente, mas tematicamente, de acordo com os assuntos que mais se destacaram entre tudo o que foi abordado pelos jovens.

Por fim, apontamos as sementes que podem estar sendo espalhadas entre a juventude urbana a partir deste processo, e indicamos alguns possíveis caminhos a serem tomados por pesquisadores na tentativa de aprofundar este ciclo e ajudar na abertura de outros.

9. TRONCO: O CAMPO COMUM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Abordagem Societal da TRS, como vimos, propõe um método de estudo em três níveis referentes a hipóteses teóricas. Retomando o tema, apresentaremos as análises do primeiro nível, o campo comum das RS, cuja hipótese teórica pressupõe que os membros de um grupo estudado partilham certas crenças comuns sobre um dado objeto social, formando RS em suas dinâmicas comunicacionais a partir de tais referentes (ALMEIDA, 2009).

9.1. Campo comum da Cidade Ideal

A fim de compor o quadro geral das RS de cidade ideal, utilizamos evocações sobre qual o caminho para se chegar à cidade ideal (Cidade Ideal), quem é o cidadão (Cidadão) e que fatores contribuem para não vivermos a cidade ideal (Fatores Contra).

No total, foram evocadas 842 expressões diferentes organizadas em 354 rótulos (ver Apêndice D), sendo a relação expressões/rótulos de 334/128 em Cidade Ideal, 223/115 em Cidadão e 285/111 em Fatores Contra. A dimensão Cidadão foi a mais homogênea, seguida dos Fatores Contra e aparecendo a Cidade Ideal como a que gerou uma maior variedade de evocações. Considerando-se o total de 1713 evocações, ocorreu uma variabilidade de 49% nas expressões, o que entendemos justificar a rotulação realizada que reduziu este nível para 21%, minimizando a perda de expressões importantes referentes a um mesmo tema que se encontravam separadas.

Percebemos, em uma análise integral das três dimensões, que as evocações poderiam ser organizadas em três grandes categorias: *Questões Individuais*, em que se apresentam evocações relativas a aspectos mais particulares e valorativos da experiência urbana; *Questões Coletivas*, que dizem respeito a aspectos relacionais da sociedade; e *Questões Públicas*, que lançam seu foco sobre as esferas política e governamental. Utilizaremos esta organização

como um recurso facilitador na visualização e compreensão das dimensões, que serão apresentadas separadamente e, ao final, em conjunto.

Na dimensão **Cidade Ideal**, ao serem questionados sobre o que seria necessário para construir esta cidade, os participantes referiram-se, em sua maioria, a assuntos relacionados a *Questões Públicas* (66%), destacando-se o planejamento como uma ação/atitude a ser adotadas pelos governantes e educação e segurança pública como as principais áreas de atenção, seguidas por infraestrutura e mobilidade. Em segundo lugar vieram as *Questões Individuais* – valores, atitudes e sentimentos – (18%), com ênfase no tema respeito como valor preponderante. Por fim, as *Questões Coletivas* (16%), agregadas em temas como integração, democracia e justiça social, em que se destacam evocações referentes à participação e à igualdade. No Quadro 5 é possível visualizar em detalhes esta análise.

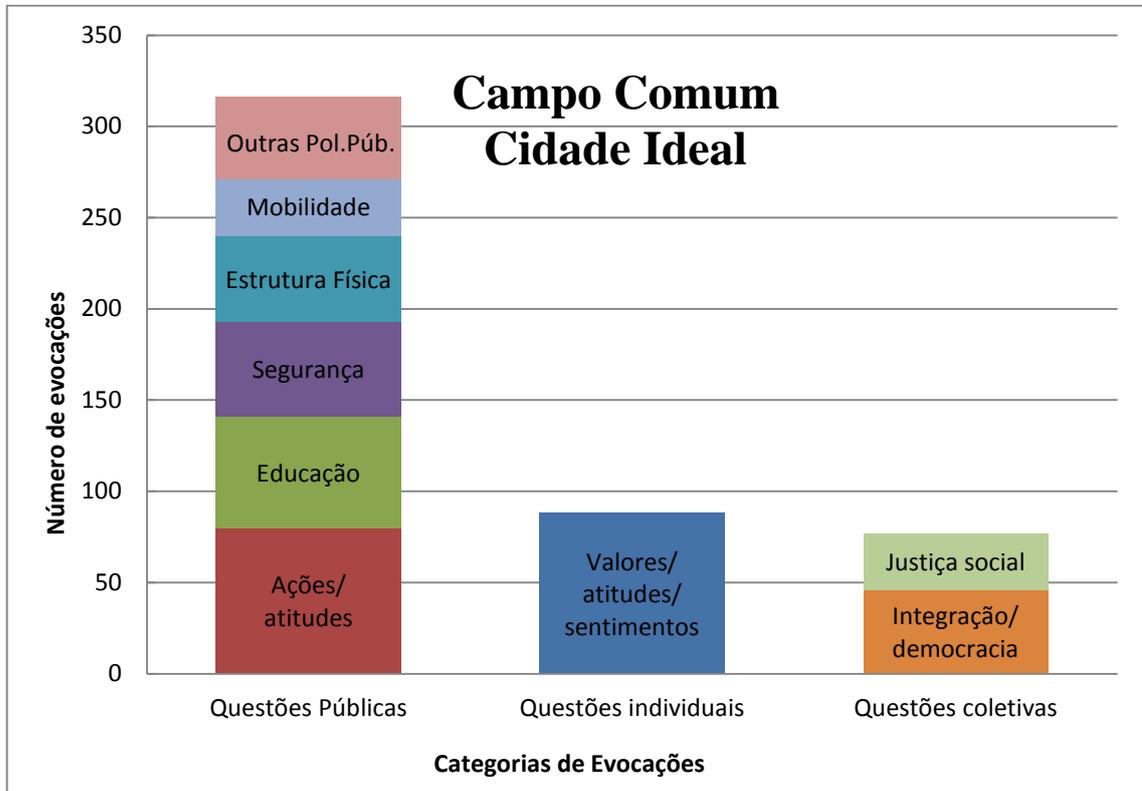
Quadro 5 – Categorização e frequência das evocações de Cidade Ideal.

Categorias	Subcategorias	Rótulos de análise	Frequência de Evocações
Questões Públicas (n=316)	Ações/ atitudes do governo (n=80)	planejamento	20
		organização	9
		governo	9
		compromisso	8
		investimento	7
		vontade	7
		foco nas pessoas	6
		diálogo	5
		políticos honestos	5
		leis	4
	Educação (n=61)	educação	48
		educação de qualidade	9
		educação para todos	4
	Segurança (n=52)	segurança	48
		controle da violência	4
Estrutura física (n=47)	infraestrutura	10	
	meio ambiente	9	
	espaços públicos	9	

		áreas verdes	8
		urbanismo	6
		limpeza	5
	Mobilidade (n=31)	mobilidade	15
		transporte	11
		menos carros	5
	Outras Políticas Públicas (n=45)	saúde	17
		lazer	7
		moradia digna	6
		saúde de qualidade	6
		políticas públicas	5
		saneamento	4
Questões Individuais (n=88)	Valores/ atitudes/ sentimentos (n=88)	respeito	23
		solidariedade	10
		honestidade	9
		empenho	8
		consciência	7
		ética e moral	6
		paz	5
		tolerância	5
		cidadão	4
		cidadania	4
		amor	4
		responsabilidade	4
Questões Coletivas (n=77)	Integração/ democracia (n=46)	participação	20
		coletividade	7
		democracia	5
		união	5
		convivência	4
		cooperação	4
	Justiça social (n=31)	igualdade	17
		justiça	10
menos desigualdade		4	

A Figura 1 facilita a visualização do conjunto dos resultados para este indutor.

Figura 1 – Gráfico sobre a distribuição do Campo Comum de Cidade Ideal



Este quadro nos leva a perceber que os jovens participantes enxergam o percurso para a cidade ideal partindo, principalmente, de mais empenho e ações bem planejadas do governo, especialmente focadas na educação e na segurança pública. Porém, este caminho não pode ser construído sem envolver os indivíduos, que devem guiar-se por valores como o respeito e a solidariedade; e a sociedade, no enfrentamento das distâncias sociais, com participação de todos e igualdade.

A dimensão do **Cidadão** trouxe evocações sobre valores do indivíduo, sua relação no coletivo e na esfera pública e política. As *Questões Públicas* (43%) formaram a principal categoria de evocações, em que se incluem direitos, deveres, voto e cidadania. As *Questões Individuais* (34%) vieram em segundo lugar, destacando-se os valores respeito e responsabilidade, além de educação e consciência como características do cidadão. Por fim, a

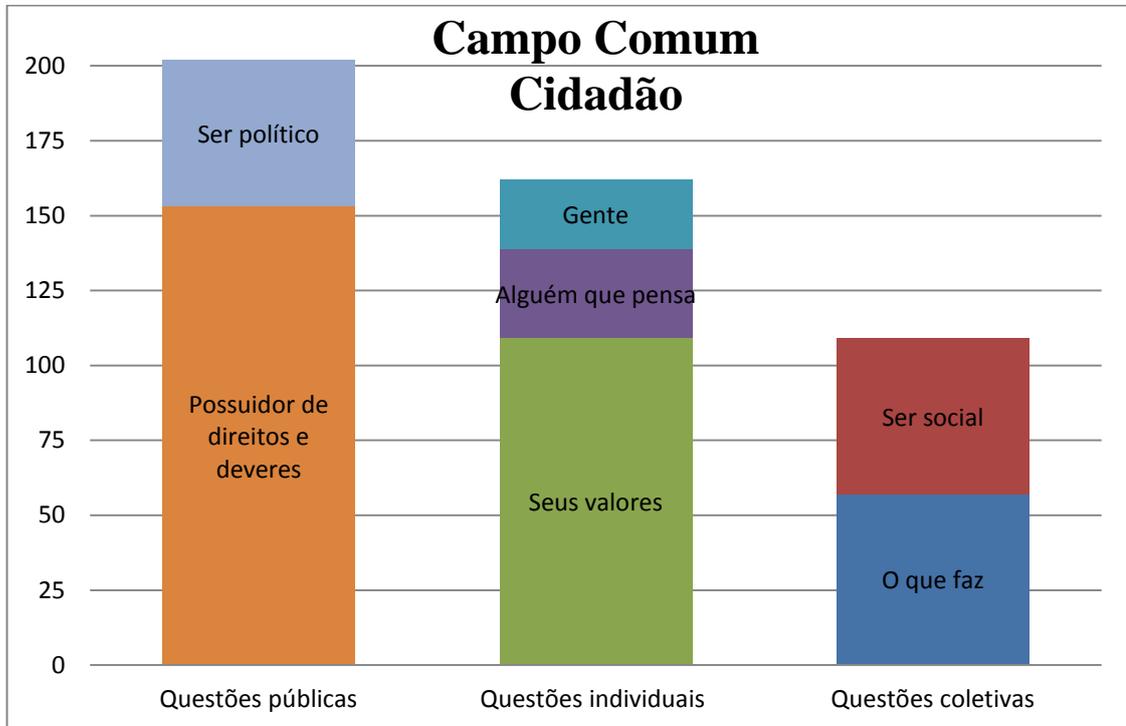
categoria *Questões Coletivas* (23%) destaca participação e cidade como termos atrelados à concepção de cidadão. O detalhamento dos dados pode ser visualizado no Quadro 6.

Quadro 6 – Categorização e frequência das evocações de Cidadão.

Categorias	Subcategorias	Rótulos de análise	Frequência de Evocações
Questões públicas (n=202)	Possuidor de direitos e deveres (n=153)	direitos	87
		deveres	54
		direitos e deveres	12
	Ser político (n=49)	voto	16
		cidadania	13
		democracia	10
		política	6
Questões individuais (n=162)	Seus valores (n=109)	leis	4
		respeito	31
		responsabilidade	30
		liberdade	15
		honestidade	10
		ética	6
		compromisso	5
		cuidado	4
	Alguém que pensa (n=30)	solidariedade	4
		peessoa boa	4
	Gente (n=23)	educação	17
		consciência	13
		peessoa	13
Questões coletivas (n=109)	O que faz (n=57)	humano	5
		morador	5
		participação	26
		obrigação	10
		trabalhador	7
		trabalho	5
	Ser social (n=52)	ajudar	5
		ação social	4
		cidade	16
		sociedade	13
		comunicação	11
coletivo	7		
conviver	5		

A Figura 2 visa facilitar a visualização da distribuição de categorias e subcategorias.

Figura 2 – Gráfico sobre a distribuição do Campo Comum de Cidadão.



A partir destes dados, podemos entender que, para os jovens, o cidadão é visto como um sujeito político, especialmente como possuidor de direitos e deveres. O cidadão também é uma pessoa com consciência e valores, principalmente respeito e responsabilidade, e um integrante da cidade e da sociedade, tendo a participação como uma característica marcante do seu ser social. Em resumo, a vivência de direitos e deveres com respeito e participação na sociedade é o marco do cidadão para a juventude urbana estudada.

A dimensão **Fatores Contra**, baseada no questionamento sobre que fatores mais contribuem para não vivermos a cidade ideal, trouxe como principal categoria a de *Questões Públicas* (39,4%), com destaque para os problemas na educação, na estrutura física urbana e na organização da gestão pública, tendo como principais termos evocados a falta de educação, e o trânsito. Praticamente empatada está a categoria *Questões Coletivas* (39,2%), em que sobressaíram a violência/insegurança, a corrupção e a desigualdade. Por fim, a categoria

Questões Individuais (21,3%) destaca o desrespeito, o egoísmo e o individualismo como principais atitudes que atuam contra a cidade ideal. A análise detalhada pode ser vista no Quadro 7.

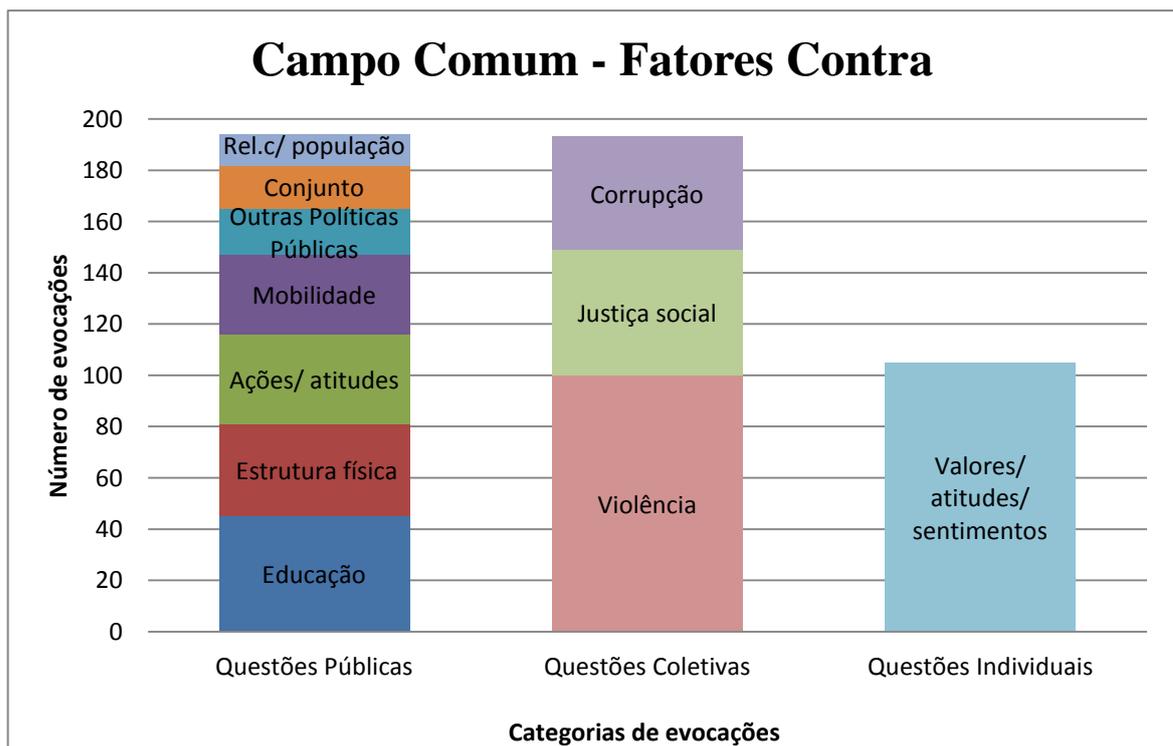
Quadro 7 – Categorização e frequência das evocações de Fatores Contra

Categorias	Subcategorias	Rótulos de análise	Frequência de Evocações
Questões Públicas (n=194)	Educação (n=45)	falta de educação	33
		educação ruim	8
		cultura	4
	Estrutura física (n=36)	falta de estrutura	10
		espaços públicos ruins	9
		poluição	6
		sujeira	6
		meio ambiente	5
		descaso	11
	Ações/ atitudes (n=35)	desorganização	8
		falta de planejamento	7
		má gestão	5
		falta de compromisso	4
		trânsito	17
	Mobilidade (n=31)	transporte ineficiente	6
		mobilidade	4
		carros	4
		saúde precarizada	8
	Outras Políticas Públicas (n=18)	políticas públicas	5
		serviços públicos ruins	5
políticos		5	
Conjunto (n=17)	governo	4	
	administração ruim	4	
	política	4	
	falta de participação	8	
Relação com população (n=12)	falta de informação	4	
	violência	49	
Questões Coletivas (n=193)	Violência (n=100)	insegurança	38
		drogas	5
		segurança	4
		medo	4

Questões Individuais (n=105)	Justiça social (n=49)	desigualdade	26
		segregação	7
		injustiça	6
		má distribuição de renda	5
		especulação imobiliária	5
	Corrupção (n=44)	corrupção	44
		desrespeito	26
		egoísmo	22
		individualismo	16
		ganância	8
		preconceito	7
		falta de consciência	6
		descrença	4
		irresponsabilidade	4
Valores/ atitudes/ sentimentos (n=105)	ignorância	4	
	comodismo	4	
	falta de interesse	4	

O gráfico a seguir (Figura 3) exhibe a distribuição das categorias e suas subcategorias referentes a este indutor.

Figura 3 – Gráfico sobre a distribuição do Campo Comum de Fatores Contra



Esta dimensão trouxe à tona, de forma mais direta, dois temas que afetam fortemente o cotidiano da população brasileira: a violência e a corrupção. Para uma melhor compreensão do leitor, esclarecemos que, na dimensão Cidade Ideal, estes temas podem estar implícitos nas subcategorias “segurança” (dentro de Questões Públicas) e “honestidade” (dentro de Questões Individuais). Porém, ao virem explicitados e fortemente evocados nesta análise, foram tratados dentro do conjunto das Questões Coletivas, pois entendemos que, apesar da segurança ter surgido como tema público e a honestidade como valor individual, a violência e a corrupção, como problemas que impedem a vivência da cidade ideal, são compreendidos de maneira transversal, estando mais ao nível da sociedade do que dos indivíduos ou da gestão.

A corrupção é um problema sério em nossa sociedade, e não pode ser vista separada de atitudes como o desrespeito, o egoísmo e o individualismo, também bastante enfatizados pelos participantes na dimensão individual. Os problemas com a educação e com as desigualdades sociais, em que se diminuem também as oportunidades de transformação da situação pelos indivíduos, é outro ponto que nos afasta da cidade ideal, podendo ser determinante para o crescimento da violência, outro sério problema destacado pelos jovens, e para formação de uma população pouco coletivista, honesta ou participativa, o que parece ter contribuição direta nos fatores citados anteriormente.

A **análise integral** das três dimensões nos levou às expressões mais referidas:

- Direitos e Deveres como expressões do cidadão;
- Segurança e Educação como caminhos para a cidade ideal;
- Violência, Corrupção, Insegurança e Falta de Educação como principais fatores que dificultam este caminho.

Atrelada a elas, o termo respeito, também muito citado, auxilia na interpretação deste campo comum. Os jovens compartilham representações sobre a cidade ideal como esta sendo construída pelos caminhos da *segurança* (combatendo a *violência* e a *insegurança*), da

educação (que está em *falta*) e do *respeito*, podendo este ser entendido como um valor importante que permeia todas as dimensões, valendo para cidadãos, sociedade e governantes e tendo a *corrupção* como a expressão de um problema valorativo e prático que atravessa todos estes atores. Destacou-se entre os participantes o entendimento do cidadão como sujeito de *direitos* e *deveres*, um binômio classicamente atrelado ao conceito de cidadania e que, ao iluminar as outras dimensões, aponta para o entendimento de segurança e educação como direitos requeridos pelo cidadão e respeito como dever de todos.

9.2. Campo Comum sobre os Conflitos Urbanos

Partir de uma escala de posicionamento com itens fechados não é a maneira canônica de se visualizar o campo comum das RS. Porém, sendo possível inferir parcialmente este tema a partir das evocações livres e tendo a presente análise um intuito de teste a respeito dos princípios do direito à cidade, julgamos válido partir das escalas e compreender os resultados aqui apresentados mais como o *campo comum dos posicionamentos em relação aos conflitos urbanos referentes ao direito à cidade*. Com isto em mente, visualizaremos como os jovens se posicionaram em relação às situações propostas, destacando àquelas cujos conflitos geraram posturas mais homogêneas e avaliando, assim, quais princípios do direito à cidade parecem estar mais difundidos entre os participantes.

As 24 situações de conflito foram criadas a partir de artigos da CMDC (Anexo A). No Quadro 8, é possível visualizar as situações mais homogêneas entre os jovens, tomando como referência um desvio padrão pequeno e uma média de pontuação situada mais aos extremos da escala, que demonstram posições mais definidas. A observação do conjunto das médias (Apêndice C) e das análises posteriores (ACP e ANOVA) ajudou na definição do limite ($DP < 1,41$ e $3,5 > M < 2,5$), lembrando que as pontuações vão de 1 (totalmente contra) a 6 (totalmente a favor). Foi considerado um total de 198 jovens como participantes válidos.

Quadro 8 – Situações de conflito mais homoganeamente avaliadas

Média e D.Padrão	Situação de Conflito	Princípio de Referência
M=1,06 DP=0,30	Candidatos a cargos políticos não prestam contas de todos os financiamentos que recebem de empresas privadas durante a campanha.	A cidade deve ser gerida de forma íntegra e transparente, com combate à corrupção, prestação de contas à sociedade e aplicação da lei.
M=1,32 DP=0,73	Um hospital não concede atendimento prioritário a uma mulher grávida que teve sangramento após usar crack.	A cidade deve promover a saúde física e mental de todos os habitantes por meio de ações nos setores econômico, cultural, social e urbanístico; deve ainda garantir o acesso da população aos serviços básicos de saúde.
M=1,76 DP=1,15	Profissionais são expulsos da Assembleia Legislativa no dia da votação de uma pauta importante para sua categoria por fazerem protestos no local.	A cidade deve ser gerida democraticamente, com participação dos habitantes nas decisões políticas e abertura de espaços públicos para encontros da população.
M=1,46 DP=1,18	Campanha veiculada em metrô sugere que horários de lotação no transporte podem ser aproveitado pelos homens para “xavecar” as mulheres.	A cidade deve promover a solidariedade e o convívio pacífico entre os habitantes.
M=2,11 DP=1,21	Aldeia indígena situada na região metropolitana de uma grande cidade é removida de seu lugar de origem para a duplicação de uma rodovia federal.	A cidade deve preservar a memória e identidade de todos os seus habitantes, mantendo sua riqueza e diversidade cultural, garantindo e protegendo sua liberdade e integridade física e espiritual e criando
M=2,01 DP=1,25	Motoristas de ônibus em greve são hostilizados pela população revoltada pela falta de transporte público.	tentar achar algo pra cá
M=2,00 DP=1,37	A entrada no processo para conseguir casas no programa Minha Casa Minha Vida é recusada a moradores de rua por lhes faltarem documentos.	Nas cidades devem-se realizar todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, assegurar a dignidade e bem estar coletivo a todas as pessoas, garantir condições de igualdade, equidade e justiça. Qualquer pessoa que não desfrute desses direitos pode acionar recursos administrativos e judiciais para exigi-los.
M=2,27 DP=1,40	A administração de um <i>shopping center</i> proíbe a entrada de moradores de rua no mesmo.	A cidade deve priorizar o interesse social e cultural sobre o individual, por meio do controle do desenvolvimento urbano e do controle da propriedade e utilização de espaços públicos e privados. A apropriação do território urbano deve ser democrática, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

São posicionamentos fortemente homogêneos: ser totalmente contra a não prestação de contas por candidatos e ser bastante contrário à negação de atendimento prioritário a uma mulher grávida, mesmo que esta tenha feito uso de drogas. Outros pontos foram também homogêneos em posicionamentos contrários à situação exposta, embora menos extremados (pontuações concentradas entre 1 e 3). Como resultado, vemos que os jovens são moderadamente contrários à: expulsão de profissionais que protestem na Assembleia; veiculação de campanhas machistas no transporte público; remoção de aldeia indígena para construção de rodovia; hostilidade contra motoristas em greve; recusa de entrada de moradores de rua no programa Minha Casa Minha Vida e expulsão de morador de rua de um *shopping center*.

É válido contrastar estas situações com as que não geraram posicionamentos tão homogêneos, para entendermos os limites da adesão aos princípios do direito à cidade. Destacamos, para a discussão: a não discordância com o fechamento da casa de candomblé e com a extinção dos sistemas de cotas e duas situações envolvendo adolescentes em que estes não foram considerados merecedores de proteção, apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 – Situações de conflito sem avaliação homogênea destacadas para análise

Situação de Conflito	Média e D.Padrão
A justiça fecha casa de candomblé acusada por vizinhos de matar animais para consumo dos frequentadores.	M=3,69 DP=1,92
Os sistemas de cotas para acesso à universidade pública são extintos, voltando-se ao ingresso exclusivo por concorrência direta no vestibular.	M=3,82 DP=1,88
Adolescente com perfil suspeito é amarrado a um poste por grupo que o acusa de assalto.	M=2,01 DP=1,43
Rapaz de 17 anos é preso em cadeia comum por matar um cidadão.	M=3,96 DP=1,99
Pessoas são presas em protestos acusadas de vandalismo	M=4,08 DP=1,88

Estes resultados indicam uma **forte adesão** dos jovens às concepções de gestão íntegra e transparente da cidade, desde as campanhas políticas e da garantia de acesso a serviços de saúde, especialmente da mulher. A mulher em questão pode ser vista como “grávida” ou como “usuária”, apontando o resultado da escala para uma visão em que a “grávida” se sobrepõe, podendo os jovens perceber a “usuária” como uma mulher como outra ou até merecedora de mais atenção, por sua condição de vulnerabilidade. Porém, este é apenas um indicativo que merece maior aprofundamento.

As médias apontam também para uma **possível adesão** dos jovens às ideias de gestão democrática da cidade; promoção de solidariedade e convívio pacífico; direito de livre manifestação; proteção especial a vulneráveis, especialmente mulheres; defesa da memória e identidade e proteção das minorias culturais, especialmente indígena; garantia de dignidade e bem estar e de equidade e justiça social, destacando os moradores de rua.

Porém, a adesão a estes princípios pode ter alguns **limites**, pois os jovens parecem: desconsiderar praticantes de candomblé como uma minoria cultural a ser respeitada, diminuindo a defesa do convívio multicultural em relação a uma minoria religiosa; ser contrários ao sistema de cotas, mostrando um limite à equidade e justiça social quando estas tocam o disputado universo do ensino superior; rejeitar a livre manifestação, quando se torna violenta; não enxergar adolescentes em conflito com a lei como seres vulneráveis merecedores de proteção especial, contrariando as diretrizes não só do direito à cidade, mas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais posicionamentos chamam atenção também para um limite possivelmente motivado por preconceitos contra a população negra, visto que este público é majoritário nas religiões de matriz africana, é o principal foco das políticas de cotas e constitui a maior parte da população carcerária no país. Além disso, a violência parece ser um tema que, quando presente, concentra o foco dos posicionamentos, aparecendo o direito à convivência pacífica mais relevante do que outros direitos.

10. GALHOS: TOMADAS DE POSIÇÃO E VARIAÇÕES INTERINDIVIDUAIS

Após visualizarmos o campo comum das representações sociais sobre a cidade ideal e os conflitos urbanos, entendendo os aspectos consensuais entre os jovens acerca destes objetos, nos debruçaremos sobre os dissensos existentes entre eles. Este nível de análise parte do pressuposto de que objetos polêmicos como os desse estudo geram diferenças nas relações que os indivíduos mantêm com as RS, e que estas variações são sistematicamente organizadas em princípios em relação aos quais se diferenciam as tomadas de posição.

10.1. Princípios Organizadores das tomadas de posição sobre Cidade Ideal

Para esta análise, utilizamos as evocações livres de 197 sujeitos em resposta à pergunta “o que é preciso para se construir a cidade ideal?”. Na Análise Fatorial de Correspondência foram retidos 2 fatores, compostos por evocações agregadas sob os rótulos exibidos no Quadro 10, juntamente ao valor de sua Contribuição para o Fator (CPF). Elas se organizaram em um polo positivo e um polo negativo para cada fator. A análise explicou 58% da variância total resultante, sendo 36% devidos ao fator 1 e 22% ao fator 2. Lembramos que o conjunto de evocações que compõem cada rótulo pode ser consultado no Apêndice D.

Quadro 10 – Organização das evocações de Cidade Ideal em fatores e polos.

	Positivo	CPF	Negativo	CPF
Fator 1	espaco	43	saude	16
	partic	43	paz	15
	conviv	35		
	democr	20		
	uniaio	17		
	vontad	15		
Fator 2	leis	30	tolera	33
	vontad	34	violen	31
	organiza	21	partic	23
	respei	19	dialog	19

Fator 1/ Princípio Organizador: “A cidade construída pela união e boa vontade”

A partir da disposição das evocações no primeiro fator, podemos inferir um princípio que organiza concepções de que a cidade ideal pode ser construída pela união e boa vontade entre os cidadãos. Neste princípio, a relação da população com o governo seria mais livre, cabendo a este a garantia de condições mínimas para que a sociedade caminhe rumo à cidade ideal. Este princípio volta-se mais para aspectos individuais e coletivos e sugere uma visão de confiança na capacidade de organização da sociedade. Os posicionamentos em torno deste princípio dividem-se em:

1.a) Cidade Democrática (polo positivo): A cidade ideal pode ser construída com união e vontade popular e governamental, a partir da prática da democracia. Esta é exercida com a participação popular nas decisões coletivas, incentivada através de espaços públicos voltados para a convivência. Neste polo, a coletividade é enfatizada e o governo tende a aparecer na posição de facilitador das relações sociais.

1.b) Cidade Pacífica (polo negativo): Para chegarmos à cidade ideal é necessário cuidado com a saúde da população e que ela desfrute de paz. Neste polo, são enfatizados o bem estar individual e social e o governo tende a aparecer de modo mais paternalista.

Fator 2/ Princípio Organizador: “A cidade construída por um governo estruturado e em diálogo com a sociedade”.

A disposição das evocações no segundo fator nos leva a inferir um princípio que organiza concepções de que a cidade ideal pode ser construída através da existência de um governo estruturado e em diálogo com a sociedade. Este princípio se volta mais sobre questões coletivas e públicas e indica uma necessidade de atuação mais direta da administração pública para que alcancemos a cidade ideal. Sugere ainda uma visão de

sociedade mais tendente a conflitos, sendo enfatizados o respeito e a tolerância como valores essenciais para este percurso. Os posicionamentos em torno deste princípio dividem-se em:

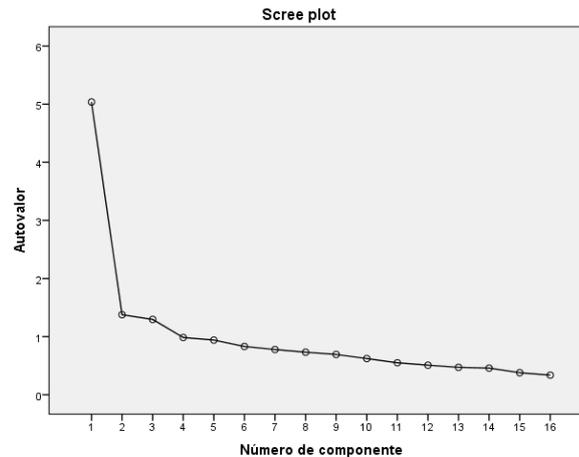
2.a) Cidade Organizada (polo positivo): A cidade ideal é construída pelo caminho da lei e da ordem, ou seja, pelo cumprimento das leis, pela vontade e organização do governo e por atitudes de respeito aos outros e à ordem por parte do governo e da população. Neste polo, o mais importante para o ordenamento é estar de acordo com as regras políticas e sociais.

2.b) Cidade Ouvida (polo negativo): A cidade ideal é construída pela facilitação das relações: entre os cidadãos, pela via da tolerância e não violência; na relação governo-sociedade, pela via da participação popular nas decisões e da abertura do governo ao diálogo com a população, além deste dever atuar no controle da violência. Neste polo, o mais importante para o ordenamento é uma postura de diálogo e a construção conjunta entre governo e sociedade.

10.2. Princípios Organizadores das tomadas de posição sobre os Conflitos Urbanos

No intuito de identificar as diferentes tomadas de posição sobre as situações de conflito baseadas no direito à cidade, realizamos uma Análise de Componentes Principais (ACP). Foi testada a relação entre os itens, chegando a um resultado de 16 itens com bom nível de correlação e consistência interna (Alfa de Cronbach = 0,818), o que indica que os fatores extraídos a partir deles também estão correlacionados. A matriz de dados é fatorável segundo os indicadores observados (Determinante = 0,003; KMO = 0,867; Bartlett = 812,773, com $p < 0,001$).

Três fatores foram retidos na solução final, a partir da observação do gráfico *Screeplot* (Figura 4) e do balanço entre a máxima variância total explicada (48%) e o mínimo número de fatores (Tabela 1).

Figura 4 – Gráfico *Scree plot* resultante da ACP**Tabela 1 – Valores próprios e variâncias dos componentes da ACP**

Componente	Valores próprios iniciais		
	Total	% de variância	% cumulativa
1	5,037	31,481	31,481
2	1,377	8,608	40,089
3	1,296	8,101	48,190

A composição de cada fator pode ser visualizada na matriz de componente (Tabela 2), em que são exibidos os itens pertencentes a cada fator juntamente ao valor de sua saturação que, quanto mais forte, mais mostra contribuição do item para o sentido do fator em questão. Elevadas ao quadrado, as saturações apontam a proporção da variância do item que é explicada pelo fator (DOISE; CLÉMEENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992). Em relação ao primeiro item (17 anos), por exemplo, podemos dizer que o fator 1 explica cerca de 47% de sua variância. Os termos em destaque serão as formas reduzidas pelas quais nos referiremos às situações quando necessário.

Tabela 2 – Matriz de componente rotativa

	Componente		
	1	2	3
Rapaz de 17 ANOS é preso em cadeia comum	,685		
Casa de CANDOMBLÉ é fechada	,634		
CASAL homossexual é orientado a não se acariciar	,613		
Os sistemas de COTAS são extintos	,601		
Adolescente suspeito é amarrado a POSTE	,570		
Pessoas são presas VANDALISMO	,570		
Morador de rua é expulso de SHOPPING		,658	
ALDEIA indígena é removida		,655	
PROFISSIONAIS são expulsos da Assembleia		,636	
Moradores de COMUNIDADE ocupada são removidos		,496	
Moradores de rua não entram no MINHA CASA Minha Vida		,481	
ÁRVORES são derrubadas para construção		,423	
FERIADO em dias de Copa			,790
PREFEITURA investe em áreas de turismo			,606
JORNAIS noticiam greves durante a Copa			-,504
POLÍCIA repreende manifestação			,486

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.^a

a. Rotação convergida em 8 iterações.

A organização dos fatores permitiu-nos inferir três princípios organizadores das RS sobre os conflitos urbanos. São eles:

Fator 1) Princípio Organizador: Direitos e espaços das minorias

Fator 2) Princípio Organizador: Democratização do espaço urbano

Fator 3) Princípio Organizador: Usos da cidade em megaeventos

Abaixo podemos visualizar algumas estatísticas relacionadas a cada fator (Tabela 3).

Ao observá-las, percebemos que, de modo geral, os jovens se aproximam dos princípios do direito à cidade ao avaliarem os conflitos urbanos, mostrando forte adesão a estes no segundo

fator (espaço), visto os valores baixos de sua média e desvio padrão, posições mais medianas no terceiro fator (megaeventos) e indicadores que apontam para uma maior variação nas respostas sobre itens do primeiro fator (minorias).

Tabela 3 – Estatísticas dos fatores da ACP

	MINORIAS	ESPAÇO	MEGA- EVENTOS
Média	3,28	2,18	2,99
Mediana	3,33	2,00	3,00
Modo	4,17	1,33	2,50
Desvio Padrão	1,21	0,89	1,12
Variância	1,46	0,80	1,25

Seguiremos com o detalhamento de cada fator, tornando possível enxergar mais claramente as nuances dos comportamentos apresentados.

Fator 1) Princípio Organizador: Direitos e espaços das minorias

Este fator diz respeito a minorias sociais que cada vez mais ocupam espaços até então não destinados a elas ou que possuem práticas geralmente condenadas por grupos dominantes, tocando questões de direitos humanos e do conflito entre direitos privados e sociais. Centraliza-se aqui uma discussão de como lidar com estas minorias, entendendo este conceito não numericamente, mas no sentido de grupos social e culturalmente marginalizados.

Homossexuais e cotistas avançam em espaços anteriormente restritos. Práticas religiosas de matrizes africanas foram sendo historicamente restringidas, e relacionam-se ainda mais delicadamente quanto mais crescem as religiões de base cristã. Adolescentes aparecem no espaço público como estando cada vez mais envolvidos em infrações e manifestantes como menos pacíficos. Em especial, a população negra se destaca neste grupo, seja pela religião, pelo estudo (são o maior público das cotas) e pela sua juventude,

concretizada no “perfil suspeito” que marca as representações sobre o jovem “marginal”. Outro tema é o avanço da violência, que gera insegurança no julgamento de que(m) deve ser criminalizado.

Anteriormente, constatamos que este foi o fator com menor adesão aos princípios do DC, o que pode ser comprovado no detalhamento dos itens. Porém, no que tange ao lugar das minorias, vemos posicionamentos diferentes a depender do tema específico que é tratado, merecendo uma atenção especial a cada um deles. A Tabela 4 traz os detalhes de cada item.

Tabela 4 – Detalhamento da distribuição dos itens componentes do fator 1

	Média do item	Média do Fator	DP	Polo principal* P1 (1-3); P2 (4-6)	Posição mais frequente
PROTESTOS	4,09	3,28	1,89	P2 – 63%	6 (40%)
17 ANOS	3,97	3,28	1,99	P2 – 61%	6 (39%)
COTAS	3,83	3,28	1,88	P2 – 58%	6 (32%)
CANDOMBLÉ	3,68	3,28	1,93	P2 – 54%	6 (29%) / 1 (23%)
CASAL	2,11	3,28	1,58	P1 – 79%	1 (57%)
POSTE	2,01	3,28	1,44	P1 – 79%	1 (58%)

*Sendo a escala composta por 6 graus, podemos dividi-la em dois polos: P1, com os graus de 1 a 3; e P2, com graus de 4 a 6.

A partir destes dados, vemos que, entre os jovens, um tema parece estar se consolidando: a liberdade de afeto público entre homossexuais (casal), com 57% dos participantes sendo totalmente contrários à orientação dada pelo garçom na situação criada. Este item, juntamente ao item sobre o adolescente suspeito amarrado ao poste, compõe um **polo** do fator em que a minoria em questão é vítima de uma situação explicitamente discriminatória. Neste polo, 80% dos participantes mostraram-se contrários às situações expostas, evidenciando uma forte adesão ao princípio da igualdade e não discriminação de nenhum habitante da cidade.

Porém esta adesão não se faz sem **limites**, trazidos pelo polo oposto deste fator, em que as minorias podem estar sendo consideradas não mais como vítimas, mas como protagonistas de situações condenáveis. Os itens “protestos” e “17 anos”, com alta pontuação, trazem situações de violência, como o vandalismo e o homicídio. O fato de terem liderado este polo em oposição ao outro mais uma vez nos mostra que, para os participantes, a segurança é um tema bastante caro, que se sobrepõe a qualquer outro nas avaliações a serem feitas, limitando o apoio às manifestações e pondo de lado as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ainda neste polo encontra-se a extinção das cotas de ingresso às universidades, situação em relação à qual os jovens se mostraram majoritariamente favoráveis. Muitos motivos podem justificar tal posicionamento, porém, a inclusão deste tema no fator que trata das minorias e no polo em que estas seriam mais algozes que vítimas, nos leva a entender que o tratamento do tema parece estar mais ligado a dinâmicas de preconceito e de resistência contra a entrada no ensino superior facilitada por políticas afirmativas. Reforça esta ideia o fato de os participantes tenderem a não aderir ao princípio de proteção a vulneráveis tão fortemente quando estes lhes causam perdas de terreno.

Por fim, o candomblé situa-se no centro do fator. A polarização dos posicionamentos nos leva a crer que esta minoria foi julgada ora sob uma ótica da não discriminação, sendo defendida, ora como uma possível ameaça a uma maioria religiosa cristã presente na sociedade e igualmente representada em nossa amostra. Este tema também pode se agregar a um preconceito contra a população negra que permanece surgindo nas entrelinhas das estruturas constituídas neste estudo, como antes observado.

Fator 2) Princípio Organizador: Democratização do espaço urbano

Este fator aglomera itens que, por construção, contrastam visões sobre os usos da cidade e a necessidade de sua democratização: a visão capitalista e liberal em que a cidade tem valor de troca, tendo como produto a cidade-mercadoria cujos espaços devem servir a interesses de mercado; em oposição a uma visão ecológica e afirmativa, que prioriza a sustentabilidade ambiental e a equidade social e que dá um valor de uso à cidade, cujos espaços devem servir a interesses democráticos.

Este fator teve médias baixas e alta frequência de marcações no polo inferior da escala (1), mostrando que os jovens aderem fortemente à visão de cidade com valor de uso e aos princípios do DC que defendem o uso democrático do espaço urbano, servindo a interesses sociais e visando favorecer a equidade e a justiça (Tabela 5).

Tabela 5 – Detalhamento da distribuição dos itens componentes do fator 2.

	Média do item	Média do Fator	DP	Polo principal* P1 (1-3); P2 (4-6)	Posição mais frequente
ÁRVORES	2,64	2,18	1,89	P1 – 68%	1 – 43%
OCUPAÇÃO	2,28	2,18	1,99	P1 – 76%	1 – 43%
SHOPPING	2,28	2,18	1,88	P1 – 76%	1 – 43%
ALDEIA	2,11	2,18	1,93	P1 – 85%	1 – 42%
MINHA CASA	2,00	2,18	1,58	P1 – 86%	1 – 52%
PROFISSIONAIS	1,75	2,18	1,44	P1 – 92%	1 – 59%

*Sendo a escala composta por 6 graus, podemos dividi-la em dois polos: P1, com os graus de 1 a 3; e P2, com graus de 4 a 6.

Visto que não há polarizações neste fator, avaliaremos os itens como parte de um mesmo conjunto, apenas destacando suas peculiaridades. Os participantes mostram-se favoráveis a protestos de profissionais, o que nos indica que a contraposição às manifestações no fator anterior (item protestos), provavelmente se dá à sugestão de violência por “vândalos”. Moradores de rua surgem em dois itens, mas seu aparecimento neste fator e não no que se

refere às minorias sugere que os jovens tomaram como referência na avaliação destas situações o tema da democratização do espaço urbano, não o dos moradores de rua como vulneráveis passíveis de proteção, como suspeitamos no exame do campo comum, embora não se mostrem opostos a essa ideia. O solo urbano deve, por este prisma, servir à promoção de equidade social, sendo apoiada sua ocupação por pessoas pobres, mesmo que o tenham tomado ilegalmente e que não tenham documentos suficientes para requerer moradia pelos meios legais. A mesma compreensão pode ser lançada aos indígenas, em que a terra surge como questão mais relevante do que a diversidade cultural.

O tema do uso do espaço urbano é concretizado nos diversos conflitos ocorridos na cidade de Fortaleza e em outras cidades-sede da Copa do Mundo tomadas por obras de mobilidade que dividiram a opinião dos habitantes e mobilizaram diversas manifestações. O posicionamento contrário dos jovens sobre a remoção de comunidade ocupada, de aldeia indígena e de árvores para a realização de obras sugere que, nos conflitos ocorridos em 2013, a polarização da população possa ter se dado entre faixas etárias diferentes, confirmando o lugar da juventude como principal ator social nos protestos contra a Copa do Mundo.

Lembramos que o item que teve média mais alta (árvores) diz respeito ao acirrado conflito que se instaurou em Fortaleza em torno da derrubada de árvores para a construção de viadutos, situação polêmica e recente – à época da aplicação dos questionários as obras nem haviam sido concluídas – o que justifica a ocorrência de posições distribuídas sobre este item.

Fator 3) Princípio Organizador: Usos da cidade em megaeventos

Esta pesquisa encontra-se situada em um momento histórico específico, o da ocorrência da Copa do Mundo da FIFA no Brasil, tendo Fortaleza como uma de suas cidades-sede, em estreito vínculo com a ocorrência das eleições presidenciais. A soma destes dois fatores – um megaevento de repercussões contraditórias e um disputado período eleitoral –

resultou em uma discussão forte e específica, descolando um terceiro fator da discussão sobre a democratização da cidade pertinente ao segundo fator, que aprofunda a relação entre os usos da cidade e a ocorrência de megaeventos.

Fortaleza há muito tempo se destaca como forte destino turístico, atualmente tem ampliado seu turismo de negócios e, com a Copa, passou por diversas intervenções em sua infraestrutura a fim de atender à demanda gerada pelo evento. Porém, se a “essência turística” da cidade já é assunto controverso entre os habitantes, o preço cobrado pelo título de cidade-sede à população local é motivo de debates mais acirrados, levados às ruas e a embates físicos. Afinal, a cidade deve servir ao turista ou ao cidadão? O investimento em turismo é revertido no cidadão? Este preço compensa ser pago?

Visualizamos os detalhes da distribuição dos itens a seguir, na Tabela 6.

Tabela 6 – Detalhamento da distribuição dos itens componentes do fator 3.

	Média do item	Média do Fator	DP	Polo principal** P1 (1-3); P2 (4-6)	Posição mais frequente
FERIADO	3,72	2,99	1,78	P2 – 56%***	6 – 22%
JORNAIS*	3,06	2,99	1,55	P1 – 66%	3 – 29%
PREFEITURA	2,62	2,99	1,40	P1 – 74%	2 – 27%
POLÍCIA	2,55	2,99	1,68	P1 – 71%	1 – 41%

*O item Jornais teve suas pontuações invertidas para padronizar a interpretação das médias, pois o sentido da situação expostas era inverso ao dos outros itens.

**Sendo a escala composta por 6 graus, podemos dividi-la em dois polos: P1, com os graus de 1 a 3; e P2, com graus de 4 a 6.

***Apesar de uma leve concentração no polo 2, este item teve distribuição homogênea nas pontuações.

Quando enfocamos o tema da Copa, é interessante perceber que, mesmo que os jovens ainda tendam a se mostrar mais próximos às ideias do direito à cidade, suas posições se tornam mais distribuídas, diferentemente do fator 2, em que se concentraram fortemente no polo pró-DC. Pode-se aventar que o posicionamento dos jovens tenha sido modulado pela representação da Copa como estado de exceção, imagem incentivada pelo governo e por

instituições que visam facilitar a ocorrência do evento, dado que, nas questões que envolvem especificamente este evento, eles tenderam a ser menos expressivamente aderentes ao DC. O período eleitoral vigente provavelmente foi também um fator diferenciador, por levar a discussão de um nível ideológico, como visto no segundo princípio organizador, a um nível concreto dos conflitos políticos entre situação e oposição.

Vemos que este tema não chegou a dividir, mas distribuiu as opiniões dos jovens, levando a uma diversidade de posições mais ou menos radicais em ambos os lados da questão. Observando cada item, o que mais gerou esta distribuição diz respeito à ocorrência de feriados durante os jogos da Copa, talvez por esta questão não afetar gravemente a rotina dos participantes, em sua maioria universitários em período de férias. Um tema pouco marcante gera posicionamentos menos marcados.

Dois itens foram homogeneamente distribuídos dentro das posições de adesão ao DC (1-3). O primeiro mostra posicionamentos favoráveis à exibição de apoio às greves durante a Copa por jornais, no qual o direito de manifestação é mais uma vez evidenciado. O segundo aponta que os jovens são contrários à concentração de investimentos da Prefeitura áreas de turismo e negócios, mesmo que esta corresponda à região de moradia da maioria deles. Este ponto é interessante, pois evidencia a adesão dos jovens à ideia de democratização dos investimentos urbanos, ainda que isto os desfavoreça em particular. Entendemos que outro tema volta a surgir neste fator, o da priorização do público em detrimento do privado.

O único item que concentrou pontuações no polo pró-DC referia-se à repreensão violenta de protestos pela polícia. Os jovens mostraram-se bastante desfavoráveis a essa prática, mesmo que em sua maioria não tenham participado diretamente das manifestações. Isto fortalece nossa hipótese de que os participantes tendem a ser favoráveis à ocorrência de protestos e manifestações, mas desfavoráveis ao envolvimento de atos violentos, independente de quem os faça. Segundo o direito à cidade, as forças de segurança devem usar

força de acordo com as previsões legais e ter seu exercício controlado e avaliado com a participação democrática dos cidadãos, porém, neste caso, a avaliação da postura da polícia é submetida ao desejo de segurança. Porém, esta relação não foi suficientemente explorada pela falta de itens que trouxessem a polícia fora do contexto das manifestações.

11. RAÍZES: ANCORAGENS DAS TOMADAS DE POSIÇÃO

A compreensão de como se organizam as variações de tomadas de posição entre os jovens implica um novo questionamento: que elementos influem nesta organização? É no intuito de responder a esta pergunta que o terceiro nível de análise da abordagem societal se debruça sobre as ancoragens das variações individuais, partindo da hipótese de que os posicionamentos se ancoram em realidades simbólicas coletivas, como experiências sociais partilhadas, hierarquias de valores e percepções sobre relações entre grupos e categorias, em função de sua pertença e posição (ALMEIDA, 2009). Segundo Trindade, Santos e Almeida (2011, p.113), “Doise (2010) propõe três tipos diferentes de ancoragem que condicionam as tomadas de posição individuais no campo das RS”. Na interpretação dos resultados desta pesquisa, trabalharemos com dois destes três tipos, que apresentamos a seguir.

A ancoragem psicológica apoia-se em valores, atitudes e opiniões individuais dos sujeitos e permite visualizar, na análise, a articulação entre os níveis individual e ideológico das RS. As percepções dos participantes sobre o cidadão (entendido como um ideal de cidadão para cada ideal de cidade construído por eles) e sobre a cidade real (aprendidas a partir das evocações dos fatores contra), esta última formando um par de oposição temática ideal-real, oferecem-nos um fértil campo de ancoragem que nos permite aprofundar o sentido da cidade ideal.

Além desta, temos a ancoragem sociológica, modulada pela pertença social dos indivíduos e que pode ser compreendida a partir do cruzamento dos princípios organizadores de cidade ideal e dos conflitos urbanos com as inserções sociais e vivências urbanas dos participantes. Este tipo de ancoragem articula os níveis posicional e ideológico de análise.

Restaria a uma análise completa a articulação destes três níveis de análise, dada pela compreensão da ancoragem psicossocial, que se apoia na percepção de relações sociais e

inserções assimétricas na sociedade. Porém, esta requereria um esforço metodológico que não nos foi possível no momento, voltado para o aprofundamento da percepção dos sujeitos sobre seus papéis e relações sociais em relação com as RS de cidade ideal e conflitos urbanos.

Neste estudo, portanto, nos debruçaremos sobre como os ideias de cidade construídos pelos jovens ancoram-se: psicologicamente, em suas percepções sobre quem seria o cidadão ideal para estas cidades e sobre o contraste entre a cidade ideal-real; e socialmente, a partir de suas inserções sociais e vivências urbanas.

11.1. Ancoragens de posicionamentos sobre a Cidade Ideal

A partir da AFC, visualizamos as correspondências entre as evocações sobre a cidade ideal e os outros aspectos analisados:

- a) Expressões evocadas a partir do indutor “Cidadão”;
- b) Expressões evocadas em resposta à pergunta: “que fatores mais contribuem para não vivermos a cidade ideal?” (Fatores Contra);
- c) Inserções sociais e vivências urbanas dos sujeitos (variáveis independentes – VI).

Dada a grande quantidade de material, a análise foi realizada inicialmente pela rotação separada de cada um dos três campos léxicos, estudando-se sua composição e sua relação com as VI. Conforme afirmado anteriormente, após uma primeira análise dos dados, optou-se por manter apenas seis VI: Escolaridade (Ensino Superior Incompleto X Ensino Superior Completo); Experiência Universitária (exclusiva em universidade privada X com passagem pela universidade pública), Área de formação (tecnologia X humanas), Ações Sociais (prática X não se interessa), Manifestações 2013 (participou X não participou). Rodamos, então, o material completo dos três campos léxicos com as seis VI e retivemos na solução final as evocações cujo CPF era maior ou igual a 15.

Apresentaremos os resultados integrais da influência de cada dimensão analisada sobre os princípios organizadores discutidos nos tópicos a seguir e resumidos na Figura 5 (p. 94).

Influência das percepções de Cidadão (Ideal) no posicionamento dos jovens.

Antes de iniciarmos, é importante esclarecermos que, embora as evocações trabalhadas partam do indutor “cidadão”, na medida em que estas aparecem vinculadas a ideais de cidade construídos pelos participantes podemos considerá-las evocações sobre um “cidadão ideal” para cada modelo proposto. É, portanto, sob este prisma que trabalharemos a partir deste ponto.

Vimos anteriormente que a compreensão mais comum sobre o cidadão aponta para este como um sujeito político, possuidor de direitos e deveres, que tem o respeito e a responsabilidade como principais valores e que integra a cidade e a sociedade, tendo a participação como uma característica marcante.

Os aspectos não consensuais sobre a visão de cidadão compuseram o pano de fundo das diferentes tomadas de posição em torno dos princípios organizadores das visões de cidade ideal, configurando modelos de cidadão vinculados aos modelos de cidade. O Quadro 11 evidencia as evocações sobre cidadão ideal que compõem cada modelo de cidade construído.

Quadro 11 – Distribuição das evocações de Cidadão pelos modelos de cidade da AFC

Fator 1	Cidade Democrática	CPF	Cidade Pacífica	CPF
Cidade construída pela união e boa vontade	Cidadão: conviv	37	Cidadão: pessoa	24
Fator 2	Cidade Organizada	CPF	Cidade Ouvida	CPF
Cidade construída por um governo estruturado e em diálogo com a sociedade	Cidadão: cddnia partic coletiv pessoa	41 22 15 15	Cidadão: consci pesboa ativid	26 18 18

Se a vivência de direitos e deveres com respeito e participação na sociedade é o marco do cidadão para a juventude urbana estudada, a visão de cidadão ligada ao **primeiro princípio** evidencia seu aspecto coletivo. Para a Cidade Democrática, construída por espaços de integração e participação, o cidadão ideal é aquele que convive, reforçando a ideia de que a cidade ideal deve ser construída por uma sociedade integrada. Na Cidade Pacífica, qualquer pessoa é vista como cidadão, sendo possuidora de direitos e merecendo ter garantida sua saúde e paz. Esta é uma visão menos atuante do cidadão que corresponde ao entendimento de governo paternalista sugerida na análise deste polo do princípio organizador.

Já as evocações vinculadas ao **segundo princípio** apontam para o cidadão como sujeito político, evidenciando seus deveres, valores e atuação. A Cidade Organizada é construída idealmente por pessoas que exerçam a cidadania, participando das decisões e pensando na coletividade. A Cidade Ouvida, em que o governo deve estar em diálogo com a população, está ancorada na representação de cidadão ideal como aquele que tem bons valores, consciência e atua na sociedade.

Influência das percepções de Fatores Contra (Cidade Real) no posicionamento dos jovens.

Assim como reinterpretemos as evocações sobre o cidadão quando vinculadas aos modelos de cidade, podemos compreender que as evocações sobre os “fatores que mais contribuem para não vivermos a cidade ideal” dizem respeito a aspectos da cidade real vivida e enxergada pelos sujeitos que, ao comporem os princípios organizadores das RS de cidade ideal, ancoram estas RS em uma oposição ideal-real que nos permite compreender, por contraste, mais nuances da cidade idealizada pelos sujeitos.

Os jovens entendem, de maneira comum, que o ideal de cidade é dificultado pela corrupção generalizada e pela violência, juntamente às atitudes individualistas e à falta de

respeito, somando-se a isso problemas com a educação e desigualdades sociais. Os aspectos não consensuais sobre a cidade real compuseram o pano de fundo das diferentes tomadas de posição em torno dos princípios organizadores da cidade ideal e podem ser vistos abaixo. O Quadro 12 evidencia as evocações sobre a cidade real (fatores contra) que participam de cada modelo de cidade construído.

Quadro 12 – Distribuição das evocações de Fatores Contra (Cidade Real) pelos modelos de cidade da AFC

Fator 1	Cidade Democrática	CPF	Cidade Pacífica	CPF
Cidade construída pela união e boa vontade	Fatores Contra:		Fatores Contra:	
	precon	39	sujeir	28
	medo	28	violen	26
	especu	28	insegu	20
	egoism	26	corrup	20
	segreg	26		
Fator 2	Cidade Organizada	CPF	Cidade Ouvida	CPF
Cidade construída por um governo estruturado e em diálogo com a sociedade	Fatores Contra:		Fatores Contra:	
	faresp	40	disren	25
	irresp	24	corrup	23
	segreg	24	servic	19
	injust	17	descas	18
	pltpub	15	trinef	16
			fespub	16
		pltcos	15	

O **primeiro princípio**, que enfatiza questões coletivas, ancorou-se nos conflitos sociais e interesses individuais como principais aspectos da cidade real que dificultam o alcance da cidade ideal. Quando esta é a Cidade Democrática, os sujeitos entendem que sua construção é dificultada por atitudes individualistas, refletidas: nos sujeitos, através do preconceito, medo e egoísmo; na sociedade e governo, através da especulação imobiliária e da segregação social e espacial. Quando o ideal em questão é o da Cidade Pacífica, a barreira encontra-se na falta de responsabilidade e cuidado do povo e do governo com as próprias

pessoas e com a cidade, que resulta em problemas em diversas dimensões: ambiental, refletido na sujeira; social, refletido na violência e sensação de insegurança; e político, refletido na corrupção.

O **segundo princípio** tem ancoragens aparentemente semelhantes ao anterior, porém estas se encontram enfatizadas mais nas esferas políticas e governamentais da cidade real do que no convívio social. O ideal de Cidade Organizada tem suas barreiras ancoradas na percepção da cidade real tomada pela falta de respeito e responsabilidade, especialmente da parte do governo, que, com políticas públicas mal planejadas e executadas gera segregação e injustiça sociais. Já as dificuldades no percurso para a Cidade Ouvida ancoram-se em uma visão de governo corrupto e negligente com a população, postura refletida na má distribuição de renda; na precarização dos serviços públicos, especialmente do transporte; e na falta de espaços públicos para convívio e participação.

Influência das inserções sociais e vivências urbanas no posicionamento dos jovens.

A maneira pela qual os sujeitos organizam suas RS também sofre influência dos papéis exercidos por eles, dos grupos em que estão inseridos, de sua formação educacional, das formas como vivencia a cidade, entre outros.

Estes aspectos foram testados na AFC, exercendo influência significativa sobre as variações nas tomadas de posição dos jovens acerca da cidade ideal as seguintes variáveis: experiência no ensino superior; papel profissional; área de formação; participação em ações sociais e participação nas manifestações de junho. Estes aspectos se desdobravam em 14 dimensões, cujo CPF mínimo para consideração na análise era 72, conforme relação convencionada por Deschamps (2003). Os resultados podem ser visto no Quadro 13.

Quadro 13 – Relação entre as inserções sociais e vivências urbanas e os modelos de cidade da AFC

Fator 1	Cidade Democrática	CPF	Cidade Pacífica	CPF
Cidade construída pela união e boa vontade	Inserções relevantes:		Inserções relevantes:	
	Univ. Pública - sim	207	Univ. Pública - não	205
	Manifestações - sim	116	A. Social - não interessa	101
	Ação Social - participa	114	Manifestações - não	72
	Área - Tecnologia	114		
Fator 2	Cidade Organizada	CPF	Cidade Ouvida	CPF
Cidade construída por um governo estruturado e em diálogo com a sociedade	Inserções relevantes:		Inserções relevantes:	
	Área - Tecnologia	218	Papel - Profissional	262
	Papel - Estudante	112	Área – Humanas	244
	A.Social - não interessa	75		

Alguns detalhes devem ser esclarecidos ou retomados acerca destas variáveis. A área de tecnologia é composta quase totalmente por estudantes ou profissionais de Arquitetura e Urbanismo (85%), a área de humanas tem maioria proveniente do curso de Direito (55%), seguido de Psicologia (21%). As ações sociais referem-se ao conjunto de variáveis “participação em movimentos sociais organizados” e “participação em atividades de promoção social, ambiental ou da cidade”, que aqui foram testadas em três modalidades (participação direta/, interesse sem participação/ desinteresse), sendo significativas apenas duas delas (participação direta/ desinteresse). O papel profissional refere-se à conclusão do ensino superior: os que o têm concluído foram considerados profissionais, ainda que não atuem; os que não o têm concluído foram considerados estudantes, mesmo que trabalhem. Esta decisão foi tomada pelo cruzamento de várias inserções declaradas pelos participantes e se pauta na mudança de papel e de relação com o mercado de trabalho vivenciada ao se concluir o ensino superior.

Em relação ao **primeiro princípio**, de cidade ideal construída pela união e boa vontade, as ancoragens giraram em torno de aspectos culturais/educacionais e de atuação

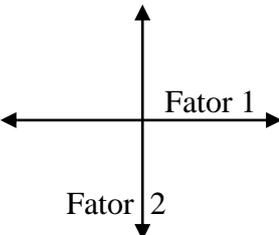
social. Para a visão de Cidade Democrática, centrada na participação e coletividade, foram relevantes a experiência em universidade pública, em especial na área de tecnologia (Arquitetura e Urbanismo), e ainda a participação direta em ações sociais e nas manifestações de junho de 2013. Já a Cidade Pacífica, centrada na garantia de saúde e paz, está ancorada na formação exclusiva em universidade privada (sem especificação de área), no desinteresse sobre ações sociais e na não participação nas manifestações.

Sobre as variações em torno do **segundo princípio**, que organiza visões de cidade ideal mais direcionadas às relações entre governo e sociedade, destacaram-se características ocupacionais. A Cidade Organizada, que entende a construção desta pelo cumprimento da lei e da ordem pública, ancora-se na vivência do papel de estudante e na formação superior na área de tecnologia, além do desinteresse em ações sociais. A Cidade Ouvida, que cobra uma postura de diálogo e atenção do governo, está ancorada na vivência do papel de profissional e na formação superior na área de humanas (a ação social não foi relevante).

Resumo das ancoragens de posicionamentos sobre a Cidade Ideal

Baseando-nos em resultados estatísticos e plano fatorial produzidos a partir da análise, construímos a Figura 5 inspirada em Deschamps (2003) que sintetiza a relação entre todas as dimensões analisadas. Os quadros escuros correspondem às quatro RS de Cidade Ideal encontradas a partir da AFC. Os quadros brancos representam cruzamentos entre estas RS, reorganizando as evocações a partir das inserções sociais dos sujeitos.

Figura 5 – Síntese da relação entre todas as dimensões analisadas pela AFC

Universidade Privada Tecnologia	Cidade Organizada	Universidade Pública Tecnologia
Cidade Ideal: organização*		Cidade Ideal: vontade/espacos
Cidadão Ideal**: pessoa/ cidadania		Cidadão Ideal: coletividade
Cidade Real**: irresponsabilidade		Cidade Real: segregação
Cidade Pacífica		Cidade Democrática
Universidade Privada Humanas	Cidade Ouvida	Universidade Pública Humanas
Cidade Ideal: paz*/ tolerância*/ controle da violência*		Cidade Ideal: participação/ diálogo
Cidadão Ideal: pessoa boa*		Cidadão: conviver
Cidade Real: corrupção		Cidade Real: falta de espaços públicos*

*estas evocações tiveram CPF pouco abaixo do limite, sendo incluídas nesta figura para facilitar o cruzamento das RS.

**neste ponto da análise, consideramos as evocações sobre o cidadão como RS do “cidadão ideal” e as evocações dos fatores contra como RS da “cidade real”.

11.2. Ancoragens de posicionamentos sobre os Conflitos Urbanos

A fim de investigar que dimensões sociais poderiam ancorar os posicionamentos dos jovens sobre os conflitos urbanos, testamos em uma Análise de Variância (ANOVA) nove variáveis de inserções sociais e vivências urbanas que não foram homogêneas entre os participantes, gerando subgrupos cujas diferenças poderiam ser testadas. Vale informar que, para esta análise, os fatores da ACP foram transformados em indicadores a partir de suas médias reais, uma ação necessária à realização da ANOVA que não prejudica o resultado por serem fatores e indicadores medidas equivalentes.

Das nove variáveis, duas não geraram resultados substanciais. O sexo dos participantes pôde ser avaliado apenas em relação aos indicadores 1 (minorias) e 3 (megaeventos), não resultando em diferenças significativas entre mulheres e homens. Para o

indicador 2, o teste de Levène foi significativo ($p < .001$), inviabilizando a análise. A região de moradia não teve variância homogênea entre os grupos (Levène: $p < .5$), invalidando seu teste.

A seguir, apresentaremos os resultados das variáveis que foram significativos e interessantes para a análise deste terceiro nível. Para cada um deles, apresentaremos os valores da ANOVA, pressupondo que os indicadores presentes na análise mostraram Levène não significativo ($p > .5$), portanto variância homogênea entre os grupos, e aplicando o entendimento contrário aos indicadores que não participaram da análise (Levène significativo em $p < .5$).

Porém, antes de passarmos aos resultados simples das análises, cabe apresentamos o conjunto de ancoragens que agem sobre as variações interindividuais gerando oposições em relação a cada princípio organizador encontrado. O Quadro 14 nos ajuda a visualizar esta relação, ficando o aprofundamento para a discussão geral dos resultados.

Quadro 14 – Relação entre as inserções sociais e vivências urbanas e os princípios organizadores da ACP

Elementos de ancoragem	Influência na variação das tomadas de posição sobre os princípios organizadores			Adesão ao DC facilitada por:
	Qual o lugar das minorias?	Cidade para que(m)?	Quanto vale uma Copa?	
Experiência no Ensino Superior	X	X		Experiência no ensino público
Área de Formação		X	X	Área de tecnologia (Arq. e Urbanismo)
Crença religiosa/espiritual	X	-	-	Não crer em religião
Preferência Política	X	X	X	Preferência política de esquerda
Participação em Ações Sociais	X		X	Participação direta em ações sociais
Participação nas manifestações	X		X	Participação direta nas manifestações
Lazer	X	X	X	Lazer em locais públicos

Legenda: (X) influi; (-) não influi; (em branco) resultado inconclusivo.

Influência da variável experiência em universidade pública no posicionamento dos jovens.

O fato dos jovens terem sua formação completa ou parcial realizada em universidades públicas pôde ser testado em relação aos indicadores 1 e 2, gerando médias mais baixas do grupo com experiência em universidade pública.

Sobre o primeiro indicador, que teve posicionamentos distribuídos entre as duas parcelas da escala, verificou-se que a experiência no ensino público aproximou os participantes das ideias do direito à cidade ($M=2,73$), em contraposição à experiência exclusiva no ensino privado ($M=3,82$) que gerou respostas mais desfavoráveis aos direitos das minorias ($F(1,193)=49,13$; $p<.001$).

Com relação ao segundo indicador, ainda que ambos os grupos tenham se situado na primeira parcela da escala, os jovens com experiência no ensino público aderiram mais fortemente à visão de cidade com valor de uso do que os participantes com passagem exclusiva pelo ensino privado. ($F(1,193)=16,78$; $p<.001$; $M=1,92 < M=2,42$).

Desta forma, entende-se que o ambiente de realização do ensino superior ancorou posicionamentos acerca dos direitos e espaços das minorias e da democratização do espaço urbano, sendo a experiência no ensino público importante para aproximar os jovens de uma visão mais alinhada aos princípios do DC.

Influência da variável área de formação no posicionamento dos jovens.

A variável área de formação pôde ser testada nos indicadores 2 e 3, mas nem todas as diferenças entre grupos foram significativas. Destacou-se a área de tecnologia como a que obteve médias mais baixas, seguida do grupo de humanas e por último pelo grupo de saúde no indicador 2 ($F(2, 192)=6,91$; $p<.05$; $M=1,83 < M=2,27 < M=2,44$) e seguida apenas pelo grupo de saúde no indicador 3 ($F(2, 192)=5,05$; $p<.05$; $M=2,73 < M=3,45$), já que a

comparação com a área de humanas não foi significativa. É importante lembrar que a área de tecnologia é composta quase totalmente por estudantes de Arquitetura e Urbanismo (85%) e a de humanas tem maioria no curso de Direito (55%), seguido de Psicologia (21%).

Conclui-se que a área de formação no ensino superior ancorou posicionamentos sobre como a cidade deve ser utilizada e o quanto os megaeventos podem impactar em seu funcionamento, sendo a formação na área de tecnologia, mais especificamente no curso de Arquitetura e Urbanismo, relevante na geração de uma maior adesão aos princípios do DC.

Influência da variável religião/espiritualidade no posicionamento dos jovens.

A manifestação de crença religiosa/espiritual pôde ser avaliada em relação aos três indicadores, tendo diferença significativa entre os participantes apenas no indicador referente ao lugar das minorias, em que o grupo dos não crentes obteve média mais baixa do que o grupo dos praticantes e espiritualistas ($F(1, 194) = 5,93; p < .05; M = 2,79 < M = 3,37$). Nos temas relativos à democratização do espaço urbano e aos usos da cidade em megaeventos esta variável não influenciou significativamente nas diferenças entre os sujeitos.

Entende-se, portanto, que a variável religião/espiritualidade ancorou posicionamentos sobre temas relativos às minorias sociais, sendo que os jovens que declararam não acreditar em religiões mostraram-se mais aderentes aos princípios do DC neste tema (pró-direitos das minorias) do que os jovens que manifestaram prática religiosa ou crença espiritual.

Influência da variável preferência política no posicionamento dos jovens.

A preferência política foi uma variável significativa nas ancoragens de todos os indicadores, destacando os participantes que manifestaram preferências de esquerda como os que obtiveram médias mais baixas.

Detalhando cada indicador, temos as seguintes ordens de aderência ao DC:

- Indicador 1 ($F(2, 173) = 23,22; p < .001$): esquerda contra direita e sem preferência, estando a esquerda bem abaixo da média da escala, enquanto os outros grupos situaram-se acima ($M=2,52 < M=3,96; M=2,52 < M=3,67$), não se podendo testar a diferença entre direita e sem preferência.
- Indicador 2 ($F(2, 173) = 14,37; p < .001$): esquerda, seguida de sem preferência e direita ao final, todos abaixo da média da escala ($M=1,75 < M=2,29 < M=2,86$).
- Indicador 3 ($F(2, 173) = 14,95; p < .001$): esquerda contra direita e sem preferência, estando só a direita acima da média da escala ($M=2,45 < M=3,8026; M=2,45 < M=3,19$).

Com base nos dados elencados, concluímos que a preferência política é um aspecto muito importante nas ancoragens de posicionamentos sobre conflitos urbanos. Declarar preferência de esquerda é uma característica que gera maior adesão aos princípios do direito à cidade do que outras preferências ou a falta de uma.

Influência da variável participação em ações sociais no posicionamento dos jovens.

Participar em ações sociais, nesta avaliação, significa atuar diretamente em movimentos sociais organizados e/ou em atividades de promoção ambiental, social ou da cidade. A atuação direta, em contraposição ao conjunto de posturas de apoio, interesse sem participação ou desinteresse, marcou diferenças significativas no indicador 1 ($F(1, 194) = 16,84; p < .001$), e no indicador 3 ($F(1, 194) = 10,36; p < .05$), obtendo médias mais baixas em ambos ($M=2,55 < M=3,44; M=2,45 < M=3,11$).

Portanto, a participação em ações sociais se relaciona fortemente com os posicionamentos dos jovens sobre os espaços e direitos das minorias e os usos da cidade em megaeventos. A participação direta em ações sociais aparece bastante vinculada à maior

adesão ao direito à cidade do que o apoio, o simples interesse ou o desinteresse nestas atividades.

Influência da variável participação nas manifestações no posicionamento dos jovens.

Uma questão importante para se compreender o impacto das manifestações de 2013 na relação dos jovens com a cidade é compreender se a participação direta nestes eventos influenciou nos posicionamentos dos jovens ou se podemos entender que estar presente nas manifestações não fez diferença para suas representações sobre a cidade em relação a outros jovens que não participaram.

Os resultados dos testes realizados indicam que esta variável, assim como a anterior, influenciou nos posicionamentos dos jovens acerca do indicador 1 ($F(1, 189) = 40,08; p < .001$), e do indicador 3 ($F(1, 189) = 29,73; p < .001$), com médias mais baixas alcançadas pelo grupo que participou das manifestações, ativa ou pontualmente ($M = 2,67 < M = 3,70; M = 2,47 < M = 3,32$). Desta forma, poderíamos concluir que a participação nas manifestações foi significativa para gerar maior adesão aos princípios do DC entre os jovens.

Contudo, dado que os resultados para esta variável mostram-se muito semelhantes aos da anterior, fica a dúvida se não seriam os mesmos sujeitos a participar de ações sociais e das manifestações, não sendo estas relevantes em comparação àquelas. Os dados apontam um resultado positivo sobre a participação nas manifestações, mas esta questão merece um maior aprofundamento para ser conclusiva.

Influência da variável tipo de lazer no posicionamento dos jovens.

Realizar suas atividades de lazer em locais públicos é uma prática ainda pouco comum entre os jovens de classe média de Fortaleza, como indicam nossos participantes. Porém, este tipo de prática influenciou na variação de posicionamentos em todos os indicadores, obtendo

médias mais baixas em relação à prática de lazer privada. Descrevemos, a seguir, os detalhes da análise para cada um deles:

- Indicador 1: ($F(1, 194) = ; p < .05; M = 2,72 < M = 3,38$);
- Indicador 2: ($F(1, 194) = ; p < .05; M = 1,77 < M = 2,25$);
- Indicador 3: ($F(1, 194) = ; p < .05; M = 2,58 < M = 3,06$).

Conclui-se, desta forma, que o local de realização das atividades de lazer é um importante fator de ancoragem dos posicionamentos dos jovens sobre os conflitos urbanos, gerando uma maior adesão aos princípios do DC nos que preferem realizar atividades de lazer em locais públicos.

12. FLORES E FRUTOS: O QUE FICOU DA INDIGNAÇÃO?

Os jovens que levantaram a poeira das grandes avenidas e sacudiram o campo de representações sobre a cidade, pareciam querer tudo e nada. Foram, muitas vezes, questionados se realmente sabiam o que queriam. A árvore crescida do asfalto trouxe em galhos assuntos diversos, dispersos, porém intensos, lançando a gestores, à sociedade e aos pesquisadores a pergunta que nos fizemos neste estudo: o que restou da indignação? Dentre a sorte de flores que desabrocharam em 2013, quais renderam frutos, ainda em maturação, que norteiam a memória do passado, o julgamento do presente e o ideal do futuro da cidade para os jovens urbanos?

Em primeiro lugar, não se pode falar de cidades sem falar de **pessoas**. Afinal, foram seres humanos, de origens, idades e vontades distintas que uniram vozes em 2013 para clamar pela cidade. Pediam por si mesmos, por uma dignidade devida que não é mais sentida (GOHN, 2014), por uma cidade que tem como fim último fazer com que se sintam cidadãos, integrados e integrais em seus direitos, deveres e bem viver. No entanto, a quem está destinada a cidade tão desejada pela juventude das ruas? Que sujeitos merecem a (nada) simples alcunha de cidadão?

Os participantes desta pesquisa formulam seus conceitos de cidadão baseando-se na ideia de que este é primeiramente um sujeito político, constituído de direitos e deveres – direitos em primeiro lugar – e poder de voto. Um ser também de valores, que deve antes de tudo respeitar e quer acima de tudo ser respeitado, sendo responsável e consciente, consciência esta proveniente da educação. E, ainda, alguém que participa da cidade.

As opiniões se diversificam em torno de percepções do cidadão compostas por esferas do indivíduo-sociedade, do que apenas precisa de saúde e paz àquele marcado pela convivência; ou por esferas da sociedade-governo, desde o que tem bons valores, consciência

e atuação na sociedade ao que exerce a cidadania, participa das decisões e pensa na coletividade.

São pessoas assim que construirão e contribuirão com a cidade ideal, nas diferentes representações do que esta deve ser. Porém, ao se depararem com os sujeitos das cidades reais, os jovens precisaram julgar suas ações e se posicionar em conflitos de interesses, trazendo à tona o debate sobre as minorias sociais. Neste ponto vale lembrar as marcas de identidade do grupo estudado – de classe média, escolarizada, branca – e das “perdas de terreno” sofridas nos últimos anos, com a desvalorização do diploma universitário no mercado de trabalho, perdas econômicas da classe média e perda de espaço físico devido à insegurança gerada pelo extravasamento da violência das periferias às áreas centrais.

Os resultados mostram certa concordância com a proteção de vulneráveis e forte adesão ao princípio da igualdade e não discriminação dos habitantes da cidade e à busca de equidade social. Mas, em situações avaliadas que tratavam sobre estes direitos, representantes das minorias tiveram os participantes a seu favor desde que não invadissem “terrenos” já ameaçados, os campos minados sociais, como no caso de homossexuais, cujo afeto público foi bem aceito pelos jovens. Os mesmos direitos não foram dados aos cotistas de universidades públicas e adolescentes em conflito com a lei, ainda que estes sejam alguns dos principais públicos alvo de ações afirmativas e proteção legal, respectivamente. Há indícios de que o adolescente é tratado sem diferenciações para pessoas adultas: enquanto colocado em situação humilhante a partir de uma suspeita, foi protegido; mas ao cometer um “crime” (entre aspas por crimes legalmente não caberem a adolescentes), deve ser preso junto a adultos, o que nos orienta sobre a posição dos jovens em relação à polêmica redução da maioria penal.

Os limites de adesão aos princípios do direito à cidade e, em consequência, aos direitos humanos, nos remetem à reflexão B. S. Santos (2013), que afirma que “a hegemonia

dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável” (p. 42), mas convive, ainda segundo o autor, com a perturbadora realidade de que a maioria das pessoas são menos sujeitos e mais objetos do discurso sobre direitos humanos, sendo questionável se estes realmente atendem à luta dos oprimidos.

O contraste ideal-real nas relações entre os cidadãos parece, portanto, situar-se no contraste entre o cidadão ideal – respeitador, pacífico, participativo e coletivista; e o cidadão real – que prioritariamente defende direitos sociais, até que uma situação considerada ameaçadora faça prevalecer a defesa dos direitos individuais ou grupais, do respeito para si e, principalmente, da necessidade de manutenção da segurança.

Outra questão importante, um dos grandes temas das manifestações de 2013, é a sentida crise da **democracia** (GOHN, 2014), cujos ideais foram postos em pauta e abriram discussões sobre o real sentido deste modelo. Apesar das queixas, existe um certo consenso de que ela seja ainda a forma mais viável de organização e que, embora frágil, ainda não se chegou a nada melhor na prática (GOHN, 2014). B. S. Santos (2013) nos fala que o capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático, sendo a democracia representativa uma positividade e uma forma de emancipação. Como então, no Brasil e entre os jovens, ela tem perdido credibilidade? Que formas de organização estes desejam para suas cidades?

Uma palavra foi marcante entre os participantes do estudo, em conexão com as manifestações: **participação**. Nogueira relatou, no calor dos acontecimentos de junho, que

a polissêmica e vibrante voz das ruas [...] tem que ver com a emergência de um novo modo de vida e o esgotamento de um modo de fazer política. Associa-se a uma percepção social de que a sociedade está excluída da arena pública e quer nela ser reconhecida e dela participar. Há muita luta por identidade e reconhecimento [...], além de muito desejo de participação. (2013)

Nossos resultados apontaram para o desejo de uma cidade ideal construída coletivamente, com espaços físicos propícios ao convívio e participação da população nas

decisões sobre ela. Em torno de cada princípio organizador da cidade ideal surgiu um modelo baseado na participação (cidade democrática e cidade ouvida), e dois dos três princípios surgidos a partir da avaliação dos conflitos urbanos enfatizavam um modelo de cidade voltado para seus habitantes (fatores 2 e 3), gerando pouca divisão entre os posicionamentos nesta dimensão, apesar da “exceção” da Copa do Mundo. Esta participação também pode se dar em atos de protesto, prática difundida entre essa geração com as manifestações e largamente apoiada por ela nas situações avaliadas, contanto que não envolvessem violência.

Mas Nogueira (2013) também chama atenção para outra queixa ouvida das vozes das ruas, relacionada à desilusão e insegurança geradas por um modelo de crescimento e ascensão social sedimentado no país nas últimas décadas que prometeu muito e não conquistou o suficiente, pelo menos não dentro das expectativas da classe média, levando a muitas queixas diretas ao governo por parte deste público. Os conflitos em torno de programas de distribuição de renda, de acesso à educação superior e de contratação de médicos estrangeiros refletiram-se nas ruas, de maneira difusa, nos brados por “educação” e “saúde”, dois temas que se mantiveram latentes na memória dos jovens, sendo bastante citados. Misturam-se a eles a falta de estrutura urbana, problemas com a mobilidade, transporte público, poucas áreas verdes, e temos um cenário múltiplo de insatisfação com a direção dos investimentos públicos.

Os altos investimentos com a realização das **Copas do Mundo e das Confederações** agravaram a insatisfação e os conflitos. A transformação das cidades-sede para os eventos aprofundaram o modelo de cidade-mercadoria e explicitaram suas contradições, colocando a maioria dos jovens participantes em oposição à privatização dos usos da cidade, como pudemos ver em diversas situações avaliadas nas quais os investimentos urbanos e a relação público-privado estavam em questão.

Mas a adesão à democratização urbana não é tão simples, tornando-se mais fraca na medida em que a transformação avaliada esteja mais diretamente relacionada às suas

necessidades cotidianas da vivência urbana, como a menor contrariedade à derrubada de árvores para construção de viaduto que facilitaria o trânsito na área de circulação do público participante, ou ainda se as intervenções sejam justificadas pela ocorrência da Copa. A relação dos jovens com este evento é aparentemente controversa, colocando em pauta o tema dos investimentos públicos com muitas posições contrárias, mas abrindo exceções às situações pontuais ocorridas durante o evento.

A insatisfação inflada em 2013 voltou-se contra a **administração pública** em diversas ordens. Os jovens participantes de nosso estudo, assim como nas manifestações, enfatizam questões de ordem pública e política como pontos essenciais para a melhoria das cidades. Enxergam na organização do governo um problema a ser superado e cobram dele maior planejamento das ações. Aderem fortemente ao princípio de gestão íntegra e transparente da cidade, sendo bastante contrários à prática de políticos de não prestarem contas de todo o dinheiro recebido em campanha e colocando a corrupção como um dos principais pontos que dificultam a conquista de seus ideais de cidade.

A luta contra a **corrupção**, mensagem central de muitos dos cartazes que passaram pelas ruas, reflete uma mescla de posições políticas identificada por Singer (2013) nas manifestações. Segundo o analista político, o que mais se viu nos eventos foi o foco na Copa atuando como soma de bandeiras de esquerda e direita. Nos questionamos, como dito anteriormente, se esta não foi uma mudança de nível da discussão, de um mais ideológico, que oporia bandeiras, a outro mais prático e ligado ao período eleitoral, que opõe quem está no governo a quem está na oposição, aparentemente unida de forma controversa.

Esta oposição de centro vestiu a camisa de “uma sociedade moderna contra um Estado envelhecido” (p. 37), retirando o foco de conflitos dentro da sociedade e o colocando na luta de uma sociedade unificada e participativa contra um aparelho estatal opressor, que deve ser atualizado. O uso das redes sociais, segundo o mesmo autor, foi essencial nas manifestações

tanto como marca desta modernidade quanto para facilitar a participação. Vemos estas considerações refletidas nos posicionamentos dos participantes e em suas características culturais, sendo eles na maioria usuários frequentes de internet e redes sociais sem preferência política definida.

A **violência urbana**, um último tema de grande importância neste estudo, surgiu como massificador de posicionamentos, estando acima de oposições políticas ou de visões de cidade sempre que era colocada em pauta. Estando Fortaleza submetida a uma onda de insegurança, qualquer indício de violência influenciou o julgamento dos jovens em relação aos mais diversos temas, a busca de segurança relativizando o entendimento dos direitos sociais e agregando grupos que em outros momentos poderiam aparecer polarizados.

SEMENTES: CONCLUSÕES PARA NOVOS CICLOS

O **direito à cidade**, pano de fundo da pesquisa realizada, pauta-se em cinco eixos principais que podem ser resumidos em: 1) a cidade deve ser usufruída por todos os seus habitantes de maneira coletiva; 2) nenhum habitante da cidade pode sofrer discriminações de qualquer espécie; 3) a cidade deve preservar a memória e identidade de todos os seus habitantes, mantendo sua riqueza e diversidade cultural; 4) na vida urbana os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais têm igual valor, nenhum se sobrepondo a outro; e 5) todos os direitos – econômicos, sociais, culturais e ambientais – devem ser garantidos em seu mínimo essencial.

Do que foi trazido à tona pelas manifestações acerca deste tema, parecem ter sido mais relevantes e homogêneas entre os jovens de classe média urbana as ideias de coletividade e garantia de direitos. A não discriminação e o equilíbrio dos direitos são princípios também relevantes, porém mais polêmicos e com adesão relativizada a partir da situação em que apareçam. Apenas a questão da memória e identidade culturais não surgiu com importância, ficando em segundo plano em relação aos outros fundamentos do direito à cidade.

As **ancoragens** das RS de cidade ideal e dos conflitos urbanos nos ajudam a entender que valores, atitudes e opiniões individuais sobre o cidadão ideal e a cidade real e que pertencas sociais dos indivíduos parecem fomentar posturas mais alinhadas ao direito à cidade. Ainda que nossos resultados não sejam conclusivos sobre a influência direta das pertencas e práticas dos sujeitos sobre suas posturas, podendo esta influência ser inversa, preferimos nos abster desse debate e focar a atenção na pertinência da relação entre determinadas pertencas/práticas e posturas mais alinhadas ao DC entre os jovens da classe média urbana.

Partindo, portanto, do que é possível afirmar a partir dos resultados, percebemos que a prática da coletividade – aspecto importante do DC – através da participação direta em ações sociais e nas manifestações mostrou-se fortemente vinculada a um modelo ideal de cidade democrática, com a convivência como centro; uma maior defesa dos direitos das minorias e uma menor permissividade com as ações em torno de megaeventos. As ancoragens psicológicas deste modelo de cidade giram em torno de um ideal de cidadão pautado na convivência e na coletividade e na percepção da cidade real com problemas derivados de atitudes individualistas por parte da população e do governo.

Esta postura também foi favorecida pela educação superior no ensino público. A universidade pública e seu corpo docente e discente parecem ter um papel importante na formação de jovens alinhados ao direito à cidade, devendo ampliar sua atuação nos debates e espaços de construção criados a partir das manifestações, destacando-se a área de Arquitetura e Urbanismo, que se sobressaiu como estando mais conectada com as vozes das ruas, possivelmente pela discussão de cidade estar mais presente nesta formação do que em outras.

Encontram-se também fortemente relacionadas a posturas alinhadas ao DC as práticas de participação direta em ações sociais e atos de protesto e de lazer em locais públicos. Isto nos leva a crer que estratégias de fomento do direito à cidade entre jovens de classe média urbana devem passar pelo incentivo a ações sociais e políticas ou ainda pela mudança no foco dos investimentos, com menos incentivos à construção de *shoppings centers* e mais recursos voltados à melhoria dos espaços públicos de lazer.

Como **temas relevantes** que podem motivar debates visando uma maior aproximação dos jovens ao direito à cidade, nossos resultados sugerem: atitudes individualistas presenciadas na cidade real, como o preconceito, o egoísmo e a segregação presentes nas relações sociais e evidenciados no medo que contamina o cotidiano dos habitantes dos grandes centros urbanos, especialmente em Fortaleza. Podem constar ainda como alvos de

discussões a especulação imobiliária, que tem atingido níveis agressivos na cidade em questão, contrastada com a falta de espaços públicos para convívio dos cidadãos. Além disso, sugerimos que os espaços de debate valorizem entre a juventude o ideal de cidadão que preza pelo convívio e pela coletividade. Indicamos, ainda, alguns temas levantados nas ruas e que permanecem ativos na memória dos jovens como possíveis **panos de fundo** estimulantes para se pensar sobre a cidade ideal e fomentar as discussões que acabamos de propor. São eles: relações sociais na cidade, com foco nas minorias urbanas; democracia e participação social; consequências da realização das Copa do Mundo e das Confederações; relação entre sociedade e governo; corrupção e violência urbana.

Este estudo encontrou **limites** nas avaliações por não testar a influência das variáveis umas sobre outras, além de algumas terem sido construídas separadamente e testadas em conjunto. Portanto, não podemos garantir qual participação – em movimentos sociais organizados, em atividades de promoção sociais, ambientais ou da cidade ou apenas nas manifestações – foi mais relevante para os posicionamentos encontrados, ou mesmo se alguma delas encontra-se encoberta por outra, não sendo importante caso fosse estudada separadamente. Também não sabemos se a preferência política de esquerda, a única que se destacou nas posturas pró-direito à cidade, pode estar presente nos mesmos participantes que praticam ações sociais, sendo inconclusivo o que seria mais relevante: a ideologia, a prática ou o seu conjunto.

Além deste, destacamos um possível limite teórico a partir da crítica de Jodelet sobre o próprio trabalho de Doise (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011), que questiona se o foco de sua teoria sobre princípios organizadores e o privilégio dado às inserções sociais dos sujeitos não poderiam redundar em “certa desatenção aos sistemas de pensamento propriamente dito, à ação de certas representações sobre as outras e à eficácia social das representações” (p. 115). Ou seja, para ela, Doise não se debruça o suficiente sobre os

aspectos semânticos das RS. Compreendemos que estes aspectos não foram, de fato, o foco de nossa investigação, e deixamos tal aprofundamento como uma instigante tarefa a ser realizada a partir dos resultados encontrados, tomados como informações preliminares em um estudo de caráter essencialmente qualitativo.

Ressaltamos, ainda, que esta pesquisa se debruçou sobre um contexto extremamente novo e em transformação, não tendo, portanto, o intuito de chegar a conclusões aprofundadas, mesmo que parciais, sobre cada um dos muitos temas que dela emergiram. Pretendemos, com tudo o que foi colocado, lançar um primeiro olhar sobre um público e um objeto pouco abordados pelos estudos de Psicologia Social e que se fizeram ver de maneira explosiva nos últimos tempos. Seremos extremamente gratas aos pesquisadores desta área que queiram se deter com bastante atenção e cuidado sobre cada tema levantado neste frutífero campo de pesquisas que se aponta para a Psicologia. Como continuidade nossa, pretendemos nos aproximar da outra parcela bastante presente nas manifestações e que também se colocou com destaque em nossa construção de dados, embora não fosse o público inicial da pesquisa: os estudantes da nova classe média, que entraram com força no ensino superior a partir das políticas promovidas desde o início dos governos petistas e que agora começam a ingressar no mercado de trabalho.

Das **flores** da dignidade, da democracia e da cidade voltada aos habitantes surgidas entre o asfalto das ruas em 2013, parecem ter nascido **frutos** de uma maior atenção e respeito a diferenças culturais, da sensibilização para as minorias vulneráveis e para a necessidade de equilíbrio social, da democratização do espaço urbano e dos investimentos públicos e da pressão por uma gestão mais honesta e organizada. Para que estas mudanças amadureçam, entendemos que é preciso tirar o foco dos interesses individuais e do medo da violência para possibilitar lançar o olhar sobre o conjunto da sociedade. Será isto possível? Os jovens pós-manifestações mostraram-se motivados a construir uma cidade em que a coletividade, a

participação e o diálogo são importantes. Porém, em uma sociedade complexa moderna a elaboração de projetos individuais é feita no cruzamento de diferentes “mundos” da vida social, tornando a orientação do sujeito para esta vida contraditória e a construção de projetos sociais integrados um verdadeiro desafio do encontro de interesses num mundo cuja experiência individual não pode ser mais totalizada (VELHO, 2013). Resta-nos, portanto, aprofundar o conhecimento sobre os avanços conquistados, definir o destino concreto do movimento em curso, desenhar os possíveis caminhos que facilitem a superação das barreiras tão necessária às mudanças pretendidas e agir.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Soc. estado**, Brasília, v. 24, n. 3, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/01/2015.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOITO JR., A. O impacto das manifestações de junho na política nacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/15386>>. Acesso em: 26/01/2015.
- CAMINO, L.; TORRES, A.R.R\.. Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. In: CAMINO, L. [et. al.] (Org.). **Psicologia Social: temas e teoria**. Brasília: Technopolitik, 2013.
- CARVALHO, A. M. A. C. Etologia e Comportamento Social. **Psicologia e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 145-163, 1989.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COUTINHO, M. P. L.; NÓBREGA, S. M.; ARAÚJO, L. S. *Software Trideux – uma ferramenta metodológica aplicada ao campo de pesquisas em representações sociais*. In: COUTINHO, M. P. L. C.; SARAIVA, E. R. A. (Orgs.) **Métodos de pesquisa em Psicologia Social: perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- DAMASIO, B. F. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Aval. psicol.** [online]. 2012, vol.11, n.2, pp. 213-228. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-04712012000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 26/01/2015.
- DESCHAMPS, J.-C. Analyse des correspondances et variations des contenus des représentations sociales. In: **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Ramongville-Saint Agne: Erès, 2003.
- DOISE, W. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, jan.-abr. 2002a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/01/2015.
- _____. **Direitos do Homem e Força das Ideias**. Lisboa: Horizonte, 2002b.
- _____. Sistema e metassistema. In: ALMEIDA, A.M.O.; SANTOS, M.F.S.; TRINDADE, Z.A. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.

_____. New challenges for Social Psychology in Brazil. **Estudos de psicologia**. (Natal), Natal, v. 18, n. 1, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/01/2015.

DOISE, W.; CLÉMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. **Représentations sociales et analyses de données**. Grenoble: Presses universitaires de France, 1992.

DOISE, W.; MUGNY, G. Psicología social experimental: percepción intelectual de um proceso histórico: veinte años de Psicología Social em Ginebra. **Anthropos: Revista de Documentación Científica de La Cultura**, n. 124, set. 1991. Disponível em: <<http://archive-ouverte.unige.ch/unige:15763>>. Acesso em: 26/01/2015.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, mai./ago. 2000. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/143>>. Acesso em: 26/01/2015.

FERREIRA, M. C. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicol.: Teor. Pesq.**, Brasília, v. 26, n. spe, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/01/2015.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/01/2015.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>>. Acesso em: 26/01/2015.

FUNDO DAS POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA. **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011**: pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões. New York : Divisão de Informações e Relações Externas, 2011. Disponível em: <<http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/177>>. Acesso em: 26/01/2015.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HARVEY, D. Direito à Cidade. **Deriva**, Porto Alegre, 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.deriva.com.br/?p=46>>. Acesso em: 25/01/2015.

JUDT, T. **O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSTAFA, J.; ANDRADE, C. C. Situação dos jovens brasileiros: uma análise sobre os dados de educação e trabalho da PNAD 2008. In: COUTINHO, M. P. L. C.; SARAIVA E. R. A. (Orgs.). **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida 1**. Brasília: Ipea, 2011.

NERI, M. C. **Performance Social das 27 capitais brasileiras entre mandatos de prefeitos**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/olimp/Olimp_Fgv_Cps_Ranking_por_Capitais_FORMATADO_PA2.pdf>. Acesso em: 26/01/2015.

NÓBREGA, S. M.; COUTINHO, M. P. L. O teste de associação livre de palavras. In: COUTINHO, M. P. L. C.; SARAIVA, E. R. A. (Orgs.) **Métodos de pesquisa em Psicologia Social: perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

NOGUEIRA, M. A. A polissêmica voz das ruas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2013. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-polissemica-voz-das-ruas-imp-,1045479>>. Acesso em: 26/01/2015.

OLIVEIRA, P. R. A classe média vai ao protesto II. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 4 jul. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/04/a-classe-media-vai-ao-protesto-ii/>>. Acesso em: 26/01/2015.

PAIXÃO, D. L. L. **Direitos humanos e adolescência no contexto de uma sociedade violenta: um estudo de representações sociais**. 2008. 340 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília.

PASQUALI, L. Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. In: PASQUALI, L. (Org.). **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM, 1999.

PEREIRA, M. P. A cidade como mercadoria: influências do setor privado na produção do espaço urbano. **Rev. C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 446-460, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/sumario.php?id=23>>. Acesso em: 26/01/2015.

PORTO, M. S.. A violência urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, pp. 130-135, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400014>. Acesso em: 26/01/2015.

RIBEIRO, L. C. Q. Cidade-Mercadoria: a mixofobia no Paraíso Tropical: qual o lugar dos pobres no urbano brasileiro. **Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro, [2007]. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=183%3Acidade-mercadoria-a-mixofobia-no-paraíso-tropical-qual-o-lugar-dos-pobres-no-urbano-brasileiro&catid=36%3Aartigos-cientificos&Itemid=124&lang=pt>. Acesso em: 25/01/2015.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013a.

_____. Ocupe o Cocó: resistência em defesa do parque continua em Fortaleza. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 2 set. 2013b. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/tag/ocupe-o-coco/>>. Acesso em: 26/01/2015.

SANTOS, B. S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**: Boaventura de Sousa Santos e Marilena Chauí. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Orgs.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, M. F. S.; ALÉSSIO, R. L. S.; SILVA, J. M. Os Adolescentes e a Violência na Imprensa. **Psicol.: Teor. Pesq.**, 25, pp. 447-452, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000300020>. Acesso em: 26/01/2015.

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. **Soc. Estado**. Brasília, v. 27, n. 2, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/01/2015.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 97, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/01/2015.

TOOMELA, A. Quantitative methods in psychology: inevitable and useless. **Frontiers in Psychology**. Brussels, v.1, artigo 29, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.frontiersin.org/Journal/10.3389/fpsyg.2010.00029/full>>. Acesso em: 26/01/2015.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade**. Ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. R. de Janeiro: [s.n.], 2014.

ŽIŽEK, S. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa “Análise psicossociológica das representações sociais de cidade ideal no contexto pós Jornadas de Junho em Fortaleza/CE”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob responsabilidade da mestrandia Carolina Carneiro Rocha (telefones: (85)9759-0870, (85)8899-7807; e-mail: carolinarocha.psi@gmail.com) orientada pela Profa. Dra. Renata Lira dos Santos Aléssio, que pode ser contatada pelo telefone (81)2126-8271, da secretaria do Programa. Após a leitura do termo e se aceitar participar, assine este termo. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

Informações sobre a pesquisa

Os resultados desta pesquisa poderão facilitar a compreensão de dinâmicas relacionais urbanas e gerar conhecimentos importantes para o trabalho de profissionais que lidam com o tema. Ao responder, você também terá a oportunidade de refletir sobre a cidade em que vive e deseja viver. Como benefício decorrente de sua colaboração, você poderá receber o resultado final desta pesquisa, sinalizando seu interesse ao final do questionário.

Sua contribuição será feita por resposta ao questionário a seguir, sobre atuais temas relevantes à questão urbana, onde lhe serão solicitadas informações socioeconômicas e algumas opiniões. É pouco provável que esses procedimentos lhe causem alterações significativas, mas é possível que ao refletir sobre os questionamentos você sinta algum desconforto emocional. Se desejar, poderá tanto abandonar a tarefa quanto contatar a pesquisadora responsável pelos telefones ou e-mail listados acima.

Seus dados serão utilizados de forma anônima e apenas para análises estatísticas do conjunto, ficando armazenados no computador da pesquisadora por cinco anos. A interrupção de sua participação pode ser realizada a qualquer momento, basta abandonar a tarefa fechando a tela de respostas e nenhuma informação será salva. Caso deseje que seus dados já enviados sejam retirados de nosso banco, guarde a data e horário de sua resposta e os envie por e-mail para a pesquisadora responsável, expressando sua desistência, e seus dados serão retirados de imediato.

Em caso de dúvida sobre questões éticas, poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, através do endereço Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126-8588.

Por fim, a participação na pesquisa não implicará absolutamente nenhum custo nem recompensa financeira para os participantes.

Atenciosamente,

Carolina Carneiro Rocha
Mestranda em Psicologia pela UFPE
Pesquisadora Responsável

Fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos e procedimentos envolvidos na pesquisa, e concordo livremente em ceder meus dados para fins da pesquisa descrita acima.

Participante

APÊNDICE B – Instrumento de construção de dados.

Perfil do(a) Participante

Esses dados serão utilizados apenas para a finalidade de descrição dos participantes da pesquisa como um todo e contribuirão nas análises do conjunto. Seus dados individuais não serão divulgados, repassados ou utilizados para qualquer outra finalidade. Pedimos ainda que confirme os critérios iniciais para participação na pesquisa.

Idade: _____

Escolaridade (escolha o nível mais alto de sua formação)

- Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Superior Incompleto
 Ensino Superior Completo Pós-graduação

Você cursou algum período do ensino fundamental e/ou médio em escola pública?

- Sim Não

Você necessitou/necessita de financiamento ou bolsa de estudos para cursar a universidade?

- Sim Não Não cursei ensino Superior

Em que Regional/Bairro de Fortaleza você reside? (marque X e grife o bairro)

REGIONAL I (Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga ou Moura Brasil)

REGIONAL II (Aldeota, Cais do Porto, Cidade 2000, Cocó, De Lourdes, Dionísio Torres, Engenheiro Luciano Calvalcante, Guararapes, Joaquim Távora, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I e II, Salinas, São João do Tauape, Varjota ou Vicente Pinzon)

REGIONAL III (Amadeu Furtado, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Bonsucesso, Bela Vista, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Jóquei Clube, Olavo Oliveira, Padre Andrade, Parque Araxá, Pici, Parquelândia, Presidente Kennedy, Rodolfo Teófilo ou Quintino Cunha)

REGIONAL IV (São José Bonifácio, Benfica, Fátima, Jardim América, Damas, Parreão, Bom Futuro, Vila União, Montese, Couto Fernandes, Pan Americano, Demócrito Rocha, Itaoca, Parangaba, Serrinha, Aeroporto, Itaperi, Dendê ou Vila Pery)

REGIONAL V (Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança, Presidente Vargas, Planalto Ayrton Senna ou Novo Mondubim)

REGIONAL VI (Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista, Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras, Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajerú, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar, Messejana, Parque Dois Irmãos, Passaré, Paupina,

Parque Manibura, Parque Iracema, Parque Santa Maria, Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, São Bento ou Sapiranga)

() **REGIONAL DO CENTRO** (Centro)

Há quanto tempo mora nesta regional? () Menos de cinco anos () Cinco anos ou mais

OBS: caso tenha mudado de bairro dentro da mesma regional, some o tempo. Caso tenha se mudado e retornado em curto período de tempo, desconsidere a saída.

Antes deste período, onde morou? _____

Primeira Fase – Associações Livres

Esta fase consiste em fazer associações livres. Desde o ano passado, muitas manifestações têm acontecido pelas ruas de nossas cidades, o que atesta que sua realidade ainda está distante do ideal desejado por seus habitantes. Pensando na forma como você enxerga a realidade atual e como gostaria que fosse a cidade ideal, responda às perguntas a seguir com as **PRIMEIRAS PALAVRAS OU EXPRESSÕES** que lhe vem à mente. As respostas são abertas, não havendo respostas certas ou erradas, apenas a SUA OPINIÃO ESPONTÂNEA. Bom trabalho!

Pensando na palavra CIDADÃO, o que primeiro lhe vem à mente? Dê 3 respostas CURTAS.

1) _____

2) _____

3) _____

O que é preciso para se construir a cidade ideal? Dê 3 respostas CURTAS.

1) _____

2) _____

3) _____

Que fatores mais contribuem para NÃO vivermos na cidade ideal? Dê 3 respostas CURTAS.

a) _____

b) _____

c) _____

Qual a ordem de contribuição destes fatores para você? Ordene-os preenchendo as lacunas abaixo com a letra correspondente a cada fator escrito por você:

1º: ____ 2º: ____ 3º: ____

(NA PÁGINA SEGUINTE)

Segunda Fase – Opiniões e Posicionamentos sobre a Cidade Ideal

Obrigada por continuar respondendo! Agora que você já pensou um pouco sobre a sua cidade ideal, gostaríamos de conhecer sua opinião sobre algumas situações polêmicas da atualidade que abordam o dia-a-dia do ambiente urbano. Você irá responder assinalando apenas um número na escala que

acompanha cada afirmativa, de "1" (sou totalmente contra) a "6" (sou totalmente a favor). Também poderá escolher valores intermediários (2, 3, 4 e 5) a esses dois extremos, caso considere mais pertinente. É válido lembrar que não há respostas certas ou erradas, pois queremos apenas conhecer a sua opinião pessoal. Bom trabalho!

Leia atentamente as seguintes situações. Você é contrário ou favorável à ação realizada?

Aldeia indígena situada na região metropolitana de uma grande cidade é removida de seu lugar de origem para a duplicação de uma rodovia federal.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

A justiça fecha casa de candomblé acusada por vizinhos de matar animais para consumo dos frequentadores.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Dezenas de árvores são retiradas de parque ecológico para construção de um viaduto em ponto de grandes congestionamentos.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Candidatos a cargos políticos não prestam contas de todos os financiamentos que recebem de empresas privadas durante a campanha.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Profissionais são expulsos da Assembléia Legislativa no dia da votação de uma pauta importante para sua categoria por fazerem protestos no local.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Motoristas de ônibus em greve são hostilizados pela população revoltada pela falta de transporte público.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Moradores de uma antiga comunidade originada a partir da ocupação de terreno particular abandonado são removidos para realização de obras de mobilidade urbana recebendo baixas indenizações por não terem escrituras das casas.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

A prefeitura reveste a maior parte dos investimentos em mobilidade e estrutura urbana para as zonas de maior turismo e negócios da cidade.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

É decretado feriado municipal nos dias de jogos da Copa do Mundo de Futebol em cada cidade-sede, para facilitar o acesso aos estádios.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

A entrada no processo para conseguir casas no programa Minha Casa Minha Vida é recusada a moradores de rua por lhes faltarem documentos.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Gerente de barraca de praia expulsa do local cliente estrangeiro que tem uma adolescente como acompanhante.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Adolescentes frequentadores de uma praça adotada e reformada por uma associação de moradores são convidados a se retirar da praça por não seguirem o horário de uso regulamentado pela associação.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Moradores de um edifício vizinho a uma Igreja chamam a polícia para parar a celebração que passou das 22h, pois o barulho incomoda a vizinhança.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

O garçom de um restaurante orienta casal homossexual a não trocar carícias para não incomodar os outros clientes.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

A administração de um shopping center proíbe a entrada de moradores de rua no mesmo.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Campanha veiculada em metrô sugere que horários de lotação no transporte podem ser aproveitados pelos homens para “xavecar” as mulheres.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Os sistemas de cotas para acesso à universidade pública são extintos, voltando-se ao ingresso exclusivo por concorrência direta no vestibular.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

A única escola pública de um bairro com alta criminalidade foi fechada no meio do ano letivo por falta de segurança.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Rapaz de 17 anos é preso em cadeia comum por matar um cidadão.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Adolescente com perfil suspeito é amarrado a um poste por grupo que o acusa de assalto.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Um hospital não concede atendimento prioritário a uma mulher grávida que teve sangramento após usar crack.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

A Polícia Militar repreende fortemente protestos contra a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil que dificultam a chegada de torcedores ao estádio no dia do jogo da seleção brasileira.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Pessoas são presas em protestos acusadas de vandalismo.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

Jornais televisivos apresentam cobertura midiática de apoio a movimentos grevistas durante a Copa.

Sou totalmente contra	1	2	3	4	5	6	Sou totalmente a favor
-----------------------	---	---	---	---	---	---	------------------------

(NA PÁGINA SEGUINTE)

Terceira Fase – Inserções Sociais e Vivência Urbana

Parabéns! Você chegou à última fase do questionário. Neste momento, queremos saber um pouco mais sobre suas inserções sociais e sua vivência no ambiente urbano. Estas respostas são muito importantes para a análise do conjunto dos dados e não serão utilizadas individualmente nem com qualquer outro fim. Agradecemos mais uma vez sua participação até este momento e pedimos que conclua a tarefa com suas informações pessoais, respondendo conforme indicado em cada item.

Inserções Sociais

Identidade sexual	()Sexo masc. ()Sexo femin. ()outro
	()Heterossexual ()Não-heterossexual
Papel profissional	()Estudante ()Profissional iniciante ()Profissional experiente
	() Remunerado(a) / Empregado(a) ()Sem remuneração/Desempregado(a)
	()Satisfeito(a) com o trabalho/ocupação ()Insatisfeito(a) com o trabalho/ocupação
Ensino Superior (caso curse ou tenha cursado)	()Exclusivo em universidade pública
	()Experiência em universidade pública e privada
	()Exclusivo em universidade privada
	Qual sua área de formação principal? ()Saúde ()Humanas ()Tecnologia ()Outra
	Em qual curso? _____

Papel familiar	<input type="checkbox"/> Sou dependente <input type="checkbox"/> Sou independente e NÃO tenho dependentes <input type="checkbox"/> Sou independente e TENHO dependentes
Renda média do núcleo familiar	<input type="checkbox"/> Até 2 salários mínimos (1448 reais) <input type="checkbox"/> De 2 a 5 salários mínimos (1448 a 3620 reais) <input type="checkbox"/> De 5 a 10 salários mínimos (3620 a 7240 reais) <input type="checkbox"/> De 10 a 30 salários mínimos (7240 a 21720 reais) <input type="checkbox"/> Mais de 30 salários mínimos (21720 reais)
Acesso a informação	Como considera seu uso de internet? <input type="checkbox"/> Leve <input type="checkbox"/> Moderado <input type="checkbox"/> Frequente <input type="checkbox"/> Não utilizo
	Como classifica seu acesso a: Redes sociais: <input type="checkbox"/> Leve <input type="checkbox"/> Moderado <input type="checkbox"/> Frequente <input type="checkbox"/> Não acesso Sites de notícias: <input type="checkbox"/> Leve <input type="checkbox"/> Moderado <input type="checkbox"/> Frequente <input type="checkbox"/> Não acesso
Inserção religiosa	<input type="checkbox"/> Sou praticante de religião cristã <input type="checkbox"/> Sou praticante de religião não-cristã <input type="checkbox"/> Sou espiritualista, mas não sigo religião <input type="checkbox"/> Não acredito em religiões
Inserção política	Qual a sua preferência política? <input type="checkbox"/> Esquerda <input type="checkbox"/> Direita <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Sem preferência
	Você participa de partido político? <input type="checkbox"/> Participo <input type="checkbox"/> Sigo ideologia de um partido, mas não participo <input type="checkbox"/> Não tenho partido
Inserção social	Você participa de movimento social organizado? <input type="checkbox"/> Participo diretamente <input type="checkbox"/> Apoio <input type="checkbox"/> Acho interessante, mas não participo <input type="checkbox"/> Não me interesso por movimentos sociais
	Você participa de outras atividades de promoção social, ambiental ou da cidade? <input type="checkbox"/> Participo diretamente <input type="checkbox"/> Apoio <input type="checkbox"/> Acho interessante, mas não participo <input type="checkbox"/> Não me interesso por esas atividades
	Você participou de manifestações populares em junho de 2013? <input type="checkbox"/> Participei ativamente <input type="checkbox"/> Participei pontualmente <input type="checkbox"/> Não participei

Vivência Urbana

Moradia	Tipo: ()Casa isolada ()Casa em condomínio ()Apartamento ()Outro
	Situação: ()Alugada/emprestada ()Própria
Mobilidade	Que forma de transporte você mais utiliza? (marque somente uma) ()Carro/Taxi ()Ônibus/Topic/Trem/Metrô ()Outra () Moto () A pé/Bicicleta
	Depende exclusivamente de transporte público? ()Sim ()Não
Saúde	Possui plano de saúde há 10 anos ou mais? ()Sim ()Não
Histórico de cidades	Em que tipo de cidade viveu? ()Maior parte em metrópole ()Maior parte em cidade média, pequena ou na zona rural ()Vivência equilibrada
	Já morou em alguma cidade que considera mais organizada que Fortaleza? ()Sim ()Não
Lazer	Como são suas atividades de lazer na maioria? Marque uma opção por par: *()Em casa OU ()Fora de casa *()Diurnas OU ()Noturnas *() Locais Privados (ex: bar/shopping/casa) OU () Locais Públicos (ex: parque/prça/praias) *()Ao ar livre OU ()Em ambientes fechados *()Em Fortaleza OU ()Viajando
	Quando tira férias, onde mais costuma aproveitar? (marque apenas uma opção) ()Em Fortaleza ()Em casa de praia/serra/interior () Em viagens para outros estados () Em viagens internacionais

APÊNDICE C – Médias e desvios padrão das situações de conflito que compuseram a análise final.

As situações estão ordenadas da menor a maior média.

Situação de Conflito	Média e D.Padrão
Um hospital não concede atendimento prioritário a uma mulher grávida que teve sangramento após usar crack.	M=1,32 DP=0,73
A entrada no processo para conseguir casas no programa Minha Casa Minha Vida é recusada a moradores de rua por lhes faltarem documentos.	M=2,00 DP=1,37
Adolescente com perfil suspeito é amarrado a um poste por grupo que o acusa de assalto.	M=2,01 DP=1,43
O garçom de um restaurante orienta casal homossexual a não trocar carícias para não incomodar os outros clientes.	M=2,10 DP=1,57
Aldeia indígena situada na região metropolitana de uma grande cidade é removida de seu lugar de origem para a duplicação de uma rodovia federal.	M=2,11 DP=1,21
Moradores de uma antiga comunidade originada a partir da ocupação de terreno particular abandonado são removidos para realização de obras de mobilidade urbana recebendo baixas indenizações por não terem escrituras das casas.	M=2,30 DP=1,45
A única escola pública de um bairro com alta criminalidade foi fechada no meio do ano letivo por falta de segurança.	M=2,43 DP=1,77
A Polícia Militar repreende fortemente protestos contra a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil que dificultam a chegada de torcedores ao estádio no dia do jogo da seleção brasileira.	M=2,54 DP=1,68
A prefeitura reveste a maior parte dos investimentos em mobilidade e estrutura urbana para as zonas de maior turismo e negócios da cidade.	M=2,60 DP=1,40
Dezenas de árvores são retiradas de parque ecológico para construção de um viaduto em ponto de grandes congestionamentos.	M=2,63 DP=1,76
A justiça fecha casa de candomblé acusada por vizinhos de matar animais para consumo dos frequentadores.	M=3,69 DP=1,92
É decretado feriado municipal nos dias de jogos da Copa do Mundo de Futebol em cada cidade-sede, para facilitar o acesso aos estádios.	M=3,73 DP=1,78
Os sistemas de cotas para acesso à universidade pública são extintos, voltando-se ao ingresso exclusivo por concorrência direta no vestibular.	M=3,82 DP=1,88
Jornais televisivos apresentam cobertura midiática de apoio a movimentos grevistas durante a Copa.	M=3,93 DP=1,55
Rapaz de 17 anos é preso em cadeia comum por matar um cidadão.	M=3,96 DP=1,99
Gerente de barraca de praia expulsa do local cliente estrangeiro que tem uma adolescente como acompanhante.	M=3,98 DP=1,81

APÊNDICE D – Dicionário de rótulos e evocações.

Rótulos e evocações para o indutor CIDADE IDEAL

acao	Ação
acao	Ações afirmativas
acao	Ações educativas sobre trânsito, convivência comunitária, etc.
acessi	Acessibilidade
acessi	Melhoria de acessos
alimen	Partindo da ideia do ideal, alimentação para todos.
altrui	Altruísmo
ambien	Meio ambiente
ambien	Meio ambiente equilibrado
ambien	Qualidade ambiental
ambien	Controle ambiental
ambien	Integração com o meio ambiente
ambien	Pensar no meio ambiente
ambien	Sustantabilidade
ambien	Sustentabilidade ambiental
ambien	Ecologia
amor	Amor
amor	Amor ao próximo
amor	Confraternização, amabilidade.
aprend	Aprender
apropr	Se apropriar da mesma
apropr	Sentir-se como parte integrante
apropr	Viver a cidade
arever	Verde
arever	Áreas verdes
arever	Parque
arever	Parques urbanos
arever	Arborização
arever	Árvores
arever	Praças, parques
asupap	Assumir seu papel
autcon	Autoconhecimento
bonita	Bonita
capaci	Capacidade
carate	Caráter
cddnia	Cidadania
cddnia	Conceito de cidadania
ciddao	Cidadão

ciddao	Cidadão ideal
ciddao	Cidadãos conscientes
ciddao	Cidadãos exercerem seus deveres
codeac	Coerência entre debates e ações
cointe	Conciliar interesses
coleti	Coletividade
coleti	Senso de coletividade
coleti	Pensar no coletivo
coleti	Intervenções coletivas
comodi	Comodidade
compan	Companheirismo
compro	Comprometimento
compro	Comprometimento com a cidade e a população
compro	Comprometimento do cidadão
compro	Compromisso
compro	Compromisso governamental
comuni	Comunicação
comuni	Comunicação ideal
condic	Condição
confia	Confiança
confor	Conforto
conhec	Conhecer
consci	Consciência
consci	Consciência coletiva
consci	Conscientização social por meio de educação.
consci	Ensinar a consciência coletiva
consid	Consideração
conviv	Contruir espaços adequados de convivência
conviv	Convivência
conviv	Convívio harmônico e respeitoso entre os moradores
conviv	Educação para a convivência
cooper	Cooperação
cooper	Cooperatividade
coresp	Co-responsabilidade entre população e Estado
criati	Criatividade

criesp	Criar espaços que influencie jovens carentes a fazer coisas boas;
cuizel	Ter cuidado, zelar
cultur	Investir no patrimônio histórico-cultural
cultur	Abundância de espaços culturais
cultur	Preservação de prédios históricos e incentivo a cultura
deciso	Decisões
democr	Democracia
democr	Tomar as decisões sobre ela democráticas
desenv	Desenvolvimento econômico e social
dever	Dever cívico
dever	Deveres
dever	Deveres comuns
dialog	Diálogo
dialog	Diálogo com a população, principalmente em relação a decisões que afetam diretamente a vida dos habitantes da cidade.
dialog	Diálogo com diversos setores
dialog	Diálogo sincero
dialog	Gestão que promova o diálogo com a população
dinhei	Dinheiro
direca	Direção
direit	Direitos
direit	Prover os cidadãos de seus direitos básicos
disren	Distribuição de renda
divers	Diversidade
edtodo	Educação para todos
edtodo	Educação superior para todos
educac	Educação
educac	Educação / instrução
educac	Educação e conscientização
educac	Acesso à educação
educac	Investimento em educação, principalmente de base.
educac	Investimento maior e eficaz em educação.
educac	Investir em educação e cultura
educac	Educação familiar e colegial
eduqua	Educação de qualidade

eduqua	Escola de qualidade
eduqua	Educação pública de qualidade.
eduqua	Escolas públicas eficazes
eduqua	Escolaridade ideal
eduqua	Instrução ideal
eduqua	Melhorar a educação pública.
eduqua	Repensar o aspecto substancial da educação, pública e privada.
empati	Empatia
empenh	Empenho
empenh	Empenho da população
empenh	Dedicação
empenh	Disposição
empenh	Esforço
empenh	Determinação
empenh	Batalhar
empreg	Emprego para todos.
empreg	Oportunidade de emprego
empreg	Oportunidades
esclar	Esclarecimento
espaco	Espaço físico adequado
espaco	Espaço livre
espaco	Espaço público de qualidade
espaco	Espaços de encontro
espaco	Espaços ideais
espaco	Espaços públicos de boa qualidade que integre e ao mesmo tempo sirva aos mais diversos segmentos da sociedade
espaco	Mais espaços públicos
espaco	Ocupação de espaços públicos
etimor	Ética
etimor	Atitudes éticas
etimor	Valores éticos e morais
etimor	Moralidade
etimor	Moral judaico-cristã
fiscal	Regras e fiscalização
fiscal	Fiscalização da população
fiscal	Rigidez na fiscalização dos recursos públicos
flutra	Fluidez do trânsito
frater	Fraternidade
gespol	Gestão política
govern	Governantes
govern	Governo

govern	Governo comprometido com ideais coletivos
govern	Governo para todos
govern	Boas propostas de governo
govern	Bons governantes
govern	Apoio governamental
govern	Boa administração
govern	Boa vontade dos governantes
habita	Habitantes
harmon	Harmonia
honest	Honestidade
humani	Humanização
idealt	Mente aberta
idealt	Aceitação de ideias alternativas.
iguald	Igualdade
iguald	Igualdade / justiça social
iguald	Igualdade social
iguald	Equidade social
iguald	Direitos iguais
iguald	Direitos urbanos iguais a todas as regiões da cidade
incon	Incentivar as pessoas a conhecer melhor a cidade, como visitas ou concursos culturais.
inform	Informação
infrac	Infraestrutura
infrac	Infraestrutura de qualidade
infrac	Infraestrutura dos serviços
infrac	Infra-estrutura urbana
infrac	Estrutura
infrac	Investimentos em infraestrutura.
invest	Investimento
invest	Dinheiro de impostos bem investido.
invest	Financiamento
invest	Mais investimento
jeibra	Sem o "jeitinho brasileiro"
justic	Justiça
justic	Justiça célere
justic	Justiça social
lazer	Lazer
lazer	Lazer / estudo
lazer	Lazer em espaço públicos
lazer	Áreas de lazer
lazer	Investimento em áreas de lazer

leis	A lei ser ACESSÍVEL a todos
leis	Legislação
leis	Legislação adequada
leis	Leis
libeco	Liberdade econômica
liberd	Liberdade
lidera	Liderança
limp	Limpa
limp	Limpeza
limp	Limpeza urbana
locomo	Locomoção
mcarro	Menos carros
mcarro	Menos carros
mcarro	Implantar rodízio de veículos e campanhas de carona.
mcarro	Ciclovias
mcarro	Bicicletas
mdesig	Menos desigualdade
mdesig	Menos desigualdade socio-econômica
mdesig	Menor índice de desigualdade social
mdesig	Redução das desigualdades
melpol	Melhorar os recursos e o piso salarial da polícia
menass	Menos assistencialismo estatal
mencap	Menos capital financeiro
menpre	Menos prédios
menrou	Menos roubo
mobili	Mobilidade
mobili	Pensar em mobilidade em todos os níveis
mobili	Mobilidade no tráfego
mobili	Mobilidade urbana
mordig	Moradia
mordig	Moradia digna
mordig	Moradia digna para todos os habitantes
mordig	Boa moradia
mudhab	Mudança de hábitos
observ	Observação
ordem	Ordem
organi	Organização
organi	Organizada
partic	Participação

partic	Participação ativa dos cidadãos.
partic	Participação cidadã
partic	Participação comunitária
partic	Participação de todos
partic	Participação nas decisões dos rumos da cidade
partic	Participação popular
partic	Participação popular ativa.
partic	Participação popular nas decisões
partic	Participação social
partic	Participação social para lutar pelo que se quer
partic	Processo participativo
paz	Paz
penpes	Foco nas pessoas
penpes	Foco nas pessoas e no meio ambiente
penpes	Obras voltadas para a população
penpes	Pensar alternativas voltadas para os próprios cidadãos e não apenas para compromissos de campanha eleitoral
penpes	Pensar nas necessidades de todos
penpes	Privilegiar a sociedade
perfec	Perfeccionismo
pesoas	Pessoas
pesoas	Pessoas educadas
pesoas	Pessoas honestas
pesqui	Pesquisa
planej	Planejamento
planej	Planejamento de ações
planej	Bom planejamento
planej	Planejamento e gestão socialmente justos
planej	Planejamento urbano
planej	Planejamento urbano para longo prazo
planej	Planejamento urbano sério e comprometido
poliho	Políticos honestos
poliho	Políticos que não visem somente o dinheiro
poliho	Políticos sérios
poliho	Bons políticos
politi	Política

politi	Política de qualidade
politi	Políticas públicas eficazes
politi	Avanços políticos
politi	Vontade política
prifam	Princípios familiares
proble	Problematização
recipr	Reciprocidade de todos
respei	Respeito
respei	Respeito ao próximo
respei	Respeito às pessoas e suas opiniões.
respei	Respeito entre moradores e autoridades
respon	Responsabilidade
rigleg	Rigidez na legislação eleitoral
sabouv	Saber ouvir
saneam	Saneamento básico
saude	Saude
saude	Saúde preventiva e emergencial
saude	Investimento maior e eficaz em saúde.
saude	Mais saúde, educação e moradia
sauqua	Saúde de qualidade
sauqua	Serviço de saúde adequado
sauqua	Saúde e educação de qualidade
sauqua	Saúde pública de qualidade.
sauqua	Melhorar a saúde pública.
sauqua	Qualidade na saúde pública
segura	Segurança
segura	Segurança pública
segura	Garantir a segurança dos cidadãos
segura	Investimento maior e eficaz na segurança pública (estrutura e pessoal)
segura	Mais segurança
sencri	Senso crítico
sensib	Sensibilidade
servic	Serviços
servic	Serviços de boa qualidade para todos
sisjud	Melhorar o sistema judiciário e prisional
social	Social
social	Socialismo
social	Preocupação social

solida	Solidariedade
tecnol	Tecnologia
tolera	Tolerância
transp	Transporte
transp	Transporte de qualidade
transp	Transporte público
transp	Investimento em transporte público
transp	Transporte público eficaz
transp	Bom espaço e transporte público
transp	Meio de transporte público
uniao	União
uniao	União das pessoas
urban	Urbanidade
urban	Urbanismo.
urban	Urbanização
urban	Qualidade urbana
urban	Qualificação do ambiente urbano
urban	Bom urbanismo

veraci	Veracidade (ver a cidade)
vidurb	Vida urbana
violen	Sem violência
violen	Combate à violência
violen	Punir atos de violência
violen	Devido tratamento à complexidade da questão da violência na cidade, não apenas como uma questão de polícia, mas como um problema de diversas causas (aspectos sociais, políticos, econômicos).
vivcom	Viver em comunidade
vontad	Vontade
vontad	Boa vontade
vontad	Desejo
vontad	Interesse
vontad	Vontade pública
vontad	População interessada.

Rótulos e evocações para o indutor CIDADÃO

acomod	Acomodados
ajuda	Ajuda mútua
ajuda	Ajudar ao próximo
ajuda	Ajudar os outros
ajuda	Ajudar quem mais precisa
altrui	Altruísmo
ambien	Ambiente
amizad	Amizade
atenc	Atenção
atenc	Atencioso
ativid	Ação
ativid	Ação popular
ativid	Pró-atividade
ativid	Atividade política
atuant	Atuante
bestar	Bem comum
bestar	Bem-estar
bestar	Colaboram com o bem estar social
bobos	Bobos
brasil	Brasil
carism	Carisma.
cddnia	Cidadania

cddnia	Cidadania, associação com os deveres cívicos de cada um.
cidade	Cidade
cidade	Cidade (urbano)
coleti	Coletividade
coleti	Coletivo
coleti	Senso de coletividade
coleti	Pensar no coletivo
coleti	Deveres coletivos
compan	Companheirismo
compat	Compatriota
compro	Comprometimento
compro	Compromisso
compro	Compromisso social
comuni	Comunidade
comuni	Fazer parte de uma comunidade.
confor	Conforto
consci	Consciência
consci	Consciente
consci	Conscientização
consci	Consciência política
consci	Consciência ambiental
consci	Consciência social

contri	Contribuir
conviv	Convivência
conviv	Conviver
conviv	Convívio
cooper	Cooperação
cooper	Deveres de cooperação
cuidad	Cuidado
cuidad	Quem cuida
decisa	Decisão
dedica	Dedicado
democr	Democracia
democr	Democracia, relativo à ideia de igualdade, já que todos estão na mesma posição social de cidadão.
desigu	Desigualdade
desmer	Desmerecido
dever	Dever
dever	Deveres
dever	Cumprir seus deveres
dever	Ser humano com deveres perante a sociedade
difcon	Difícil de se concretizar
dignid	Dignidade
dignid	Dignidade
dirdev	Direitos e deveres
dirdev	Ter direitos e deveres
dirdev	Deveres e direitos
dirdev	Pessoa que exerce seus direitos e deveres.
direit	Direito
direit	Direitos
direit	Tem direitos básicos garantidos
direit	Pessoa provida de direitos
direit	Direito à liberdade
direit	Buscar pelos seus direitos
direit	Direito à cidade
dirpol	Gozo direitos políticos
dirpol	Direitos políticos
dirpol	Exercício de direitos políticos
educac	Educação
educac	Educação de qualidade
educac	Estudo
educac	Direito à educação de qualidade
educac	Direito ao estudo
educad	Educado
eleica	Eleição

eleica	Eleições
empati	Empatia
engaja	Engajado
engaja	Engajamento
estado	Estado
etica	Ética
etica	Detentor de ética e moral
exclus	Exclusão
faldir	Falta de direitos
famili	Família
fazpar	Fazer sua parte
govern	Governo
habito	Hábito
harmon	Harmonia
homaut	Homem autônomo
honest	Honestidade
honest	Honesto
honest	Honestos
honest	Pessoas honestas
human	Humanização
human	Humano
human	Ser humano
iguald	Igualdade
iguald	Igualdade entre os seres humanos
impost	Impostos
impost	Pagar imposto
indepe	Independente
inform	Informado
inform	Acesso à informação da cidade
injust	Injustiça
insegu	Insegurança
intdep	Interdependência
isonom	Isonomia
justic	Justiça
lazer	Lazer
leis	Leis
leis	Conhecer e respeitar as leis
liberd	Liberdade
liberd	Liberdade de expressão
liberd	Livre arbítrio
liberd	Livre convicção
liberd	Livre manifestação
luta	Luta
luta	Luta
maledu	Mal educado

mclimp	Manter a cidade limpa
moradi	Ter condições de moradia.
moradi	Moradia
morado	Morador
morado	Moradores da cidade
morado	Quem mora
morado	Quem mora na cidade
morado	Habitante
moral	Moral
mudar	Mudar a cidade
nacion	Nacionalidade
nacion	Natural da região
obriga	Obrigaçã
obriga	Obrigaçõ
obriga	Cumprir com suas obrigaçõ
pais	País
parcer	Parceria
partic	Participaçã
partic	Participante
partic	Participar
partic	Participativo
partic	Quem participa das decisõ
partic	Participar das decisõ
partic	Participaçã no funcionamento da cidade
partic	Participaçã ativa na realidade urbana
partic	Participaçã social
partic	Aquele que participa da cidade
partic	Acesso a meios de participaçã
pencid	Pensar na cidade
pesboa	Pessoa de boa índole
pesboa	Pessoas de bem
pesboa	Trabalhador ou desempregado de bom carater
pesboa	Bom
pessoa	Pessoa
pessoa	Pessoas
pessoa	Pessoa desconhecida
pladir	Plano diretor.
plural	Plural

pobrez	Pobreza
pobrez	Pobreza
polici	Polícia
polici	Polícia
politi	Política
poscid	Possuidor da cidade
povo	Populaçã
povo	Povo
prefei	Prefeito
prupal	Principal
public	Público
public	Espaço público
qobreg	Quem obedece as regras
reivin	Reinvidicaçã
relaca	Relaçã
respei	Respeito
respei	Respeita as leis
respei	Respeitar prioridade nas filas
respei	Respeito ao próximo.
respei	Respeito, para si e pelos outros
respei	Educaçã e respeito com o próximo
respon	Reponsabilidade
respon	Responsabilidades
respon	Responsável
respro	Resolver os problemas da cidade
rua	Rua
saude	Saúde
saude	Direito à saúde de qualidade
segura	Direito à segurança pública
segura	Segurança
segura	Ter direito à segurança.
ser	Ser
servir	Servir
socied	Sociedade
socied	Membro da sociedade
solida	Solidariedade
tbldor	Trabalhador
tbldor	Trabalhador
tbldor	Trabalhador / estudante
tbldor	Trabalhadoras
terorg	Ter orgulho da sua cidade/região/país
total	Todos
total	Totalidade

tranpu	Transporte público
tranqu	Tranquilidade
trblho	Trabalho
uniao	União
uniao	União, em espaços que essa igualdade seja percebida no ato de convivência social.
urbani	Urbanismo
utopia	Utopia
vivcid	Viver a cidade

vot	Votar
vot	Voto
vot	Quem vota
vot	Direito ao voto
voz	Voz
voz	Voto, escolha, voz
voz	Direito de voz

Rótulos e evocações para o indutor FATORES CONTRA

admini	Administração ruim por parte dos governantes
admini	Administração totalitária
admini	Péssa administração
admini	Ma administracao
aliena	Alienação
aliena	Alienação social
ambien	Arborização insuficiente
ambien	Desequilíbrio com o ambiente construído e natural
ambien	Falta de sustentabilidade
ambien	Falta de áreas verdes
ambien	Legislação ambiental + plano diretor urbano
analfa	Analfabetismo
arroga	Arrogância
asest	Assistencialismo estatal
atsoec	Atraso socioeconômico
auside	Ausência de identidade das pessoas com a cidade
ausres	Ausência de respeito aos deveres pelos cidadãos
burocr	Burocracia
carro	Uso exacerbado do carro
carro	Carros demais
carro	Incentivo ao transporte individual (carro)
carro	Prioridade do carro sobre outros meios de transportes
clima	Clima desagradável
clima	Calor
comodi	Comodismo / aceitação da situação

comodi	Falta de motivação
comodi	Apatia social
comodi	Inércia
consum	Alto consumo
corrup	Corrupção
corrup	Corrupção social
cultur	Cultura
cultur	Falta de equipamentos culturais
cultur	Ausência de arte
cultur	Produção cultural
custo	Custo
depend	Dependência
descas	Descaso
descas	Descaso com a cultura e políticas que estimulem o lazer e o esporte
descas	Descaso do governo
descas	Descaso dos governantes
descas	Descaso pela opinião da população
descas	Descaso pelo sofrimento da população
descas	Desleixo
descre	Descrença
descre	Descrença da população nas mudanças sociais e no papel da política
descre	Descrédito das instituições públicas
descre	Desconfiança
descri	Desprezo ao cristianismo
deshis	Destruição da história da cidade
desigu	Desigualdade
desigu	Desigualdade entre pessoas

desigu	Desigualdade social
desigu	Desigualdade socioeconômica
desigu	Desigualdades
desigu	Diferença de classes sociais
desone	Desonestidade
desorg	Desorganização
desorg	Desordem
desorg	Organização
desvio	Desvio de dinheiro público
desvio	Desvio de verbas
desvio	Desvio de verbas públicas
dinhei	Dinheiro
disren	Má distribuição de renda
disren	Má distribuição de renda
disren	Errônea distribuição de renda
disren	Alta concentração de renda.
disren	Concentração de terras / renda
drogas	Drogas
drogas	Uso de drogas
egoism	Egoísmo
egoism	Egocentrismo
egoism	Mentalidade egoísta
egoism	Não pensar no outro
especu	Especulação imobiliária
especu	Mercado imobiliário
especu	Gentrificação
exager	Exagero
exinte	Excesso de intervenção do estado na economia e na vida das pessoas
explor	Exploração
exshop	Excesso de shoppings
facomp	Falta de comprometimento
facomp	Falta de comprometimento dos governantes com a população
facomp	Falta de compromisso
facons	Falta de consciência da população
facons	Falta de consciência do cidadão com a "coisa pública".
facons	Falta de consciência política
facons	Falta de conscientização
facons	Falta de conscientização da população do que acontece na cidade
facons	Consciência
fadial	Falta de diálogo

faeduc	Falta de educação
faeduc	Falta de educação básica
faeduc	Falta de educação da população.
faeduc	Falta de educação das pessoas
faeduc	Pouca educação
faeduc	Pouca educacao da populacao
faeduc	Falta de investimento em educação
faeduc	Fata investir mais em educação
faeduc	Baixa escolaridade
faestr	Falta de infraestrutura
faestr	Ineficiência dos serviços mínimos de infraestrutura
faestr	Falta de estrutura
faestr	Pouca infraestrutura
faestr	Estrutura
faestr	Desestruturação do espaço urbano.
faestr	Buracos
fafisc	Falta de fiscalização da população
fagent	Falta de gentileza
fainfo	Falta de informação
fainfo	Falta de informação e criticidade dos cidadãos
fainfo	Desconhecimento
fainfo	Desinformação
fainte	Falta de interesse
fainte	Falta de interesse dos "poderosos" na igualdade social
fainte	Falta de interesse pela política
faltam	Falta de amor
faltam	Falta de amor ao próximo
faltam	Amor
faopor	Falta de oportunidade dos mais carentes
faopor	Baixas oportunidades
fapaci	Impaciência
fapaci	Falta de paciência das pessoas
fapart	Falta de participação
fapart	Falta de participação política da população
fapart	Falta de participação social
fapart	Não participação dos cidadãos
fapart	Pouca participação da população
fapart	Pouca participação popular na vida política
fapart	Falta de mecanismos de participação

	nas decisões
fapart	Dificuldade de participação popular nas decisões políticas.
faplan	Falta de planejamento
faplan	Falta de planejamento (urbanismo e engenharia de trânsito)
faplan	Não planejamento
faplan	Não seguir o planejado
faresp	Falta de respeito
faresp	Falta de respeito e ignorancia com o próximo
faresp	Desrespeito
faresp	Desrespeito às leis
faresp	Desrespeito com a natureza
faresp	Desrespeito com o outro
faresp	Pouco respeito
faresp	Ausência de respeito aos direitos dos cidadãos
fasane	Falta de saneamento básico
fasane	Falta de acesso a itens básicos como saneamento para algumas comunidades
fasaud	Falta de saúde
fasaud	Falta de saúde pública
fasaud	Falta de serviços de saúde
fasaud	Saúde
fasaud	Saúde de baixa qualidade
fasaud	Saúde precária
fazelo	Falta de zelo pelo local
fbateo	Falta de base teórica
fdemdi	Falta de democracia direta
fespub	Falta de espaços públicos agradáveis.
fespub	Falta de espaços públicos livres
fespub	Falta de praças
fespub	Inexistencia de espaços publicos para convivio
fespub	Poucos espaços livres
fespub	Espaço público ruim
fespub	Depredação e desocupação dos espaços publicos de convivência
fespub	Falta de ambientes de socializacao
fespub	Falta de áreas de lazer públicas seguras e de qualidade
fsomor	Falso moralismo
futili	Futilidades

gananc	Ganância
gananc	Ganância por mais (capitalismo)
gananc	Falta de um governo que vença essa ganância individual
gananc	Ambição
govern	Governo
govern	Governo ruim
govern	Falta de governo
ignora	Ignorância
ignora	Ignorância (falta de educação)
improb	Improbidade
impuni	Impunidade
impuni	Pouca repreensão
indivi	Individualismo
indivi	Falta de senso de coletividade
inefic	Ineficácia
injust	Injustiça
injust	Injustiças
insegu	Insegurança
insegu	Insegurança / criminalidade
insegu	Falta de segurança
insegu	Falta de segurança (violência)
insegu	Pouca seguranca
intere	Interesse político
intere	Interesses individuais
intere	Jogo de interesses
intole	Intolerancia
inveja	Inveja
irresp	Irresponsabilidade
irresp	Responsabilidade
jeitin	Jeitinho brasileiro para solucionar situações conflituosas
jeitin	Jeito brasileiro de agir
ladrao	Ladrão
macond	Má conduta
maeduc	Ferramentas desqualificadas de educação
maeduc	Educação precária
maeduc	Educação precária
maeduc	Má educação
maeduc	Má educação da população
maeduc	Má qualidade no ensino, pois considero como a raiz do problema.
maeduc	Mal-educação
magest	Má gestão

magest	Má gestão das verbas públicas
magest	Má gestão do dinheiro público
magest	Gestão municipal com foco em agradar o empresariado e não na população
magest	Gestão pública
medo	Medo
mobili	Mobilidade
mobili	Mobilidade urbana ruim
mobili	Falta de mobilidade
modexa	Predominância de modais exagerado
monofu	Monofuncionalidade de usos
moradi	Falta de moradia
muiasf	Muito asfalto
ndepen	Achar que não depende de você
necbas	Maior parte da população desassistida das necessidades básicas.
neglig	Negligencia
oportu	Oportunismo
opress	Opressão
person	Personalidade
pibeco	Poucas iniciativas para o bem coletivo.
pltcos	Corrupção dos políticos
pltcos	Políticos corruptos
pltcos	Políticos desinteressados
pltcos	Políticos que atuam na contramão dessa construção da cidade ideal
pltcos	Governantes corruptos
pltica	Política
pltica	Corrupção política
pltica	Falta de ética na política
pltpub	Políticas públicas inadequadas
pltpub	Políticas públicas defasadas
pltpub	Falta de políticas públicas
pltpub	Falta de articulação entre políticas públicas
pobrez	Pobreza
poder	Abuso de poder
poder	Disputa de poder
poluic	Poluição
poprot	Pouco protesto
precon	Preconceito
precon	Machismo / homofobia / racismo

priori	Prioridade do lucro
priori	Prioridades invertidas
privil	Privilégios
recsal	Baixo reconhecimento salarial
segreg	Segregação
segreg	Segregação espacial
segreg	Segregação espacial, infraestrutura desigual.
segreg	Segregação social
segura	Segurança
servic	Falta de serviços públicos de qualidade.
servic	Serviços públicos falhos
servic	Falta de atendimento (burocratização) nos CAPS
servic	Sistema precário
servic	Sucateamento da estratégia da saúde da família
sujeir	Sujeira
sujeir	Limpeza pública
sujeir	Lixo
tempo	Tempo
trabalh	Trabalho
transi	Trânsito
transi	Trânsito caótico
transi	Trânsito congestionado
transi	Trânsito pesado
transi	Tráfego
transi	Engarrafamento
transi	Congestionamento
trinef	Não investir em um bom transporte público
trinef	Meios de transporte públicos ineficientes
trinef	Pouca qualidade no transporte público
trinef	Transporte
trinef	Transporte adequado
valpri	Supervalorização do privado
vandal	Vandalismo
violen	Violência
violen	Violência urbana
violen	Alto índice de violência
violen	Roubo
violen	Crime

ANEXO A – CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE

Carta Mundial pelo Direito à Cidade

Publicado em: 12/06/2006

Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006

Carta Mundial pelo Direito à Cidade

Fórum Social das Américas – Quito – Julho 2004

Fórum Mundial Urbano – Barcelona – Setembro 2004

V Fórum Social Mundial – Porto Alegre – Janeiro 2005

PREÂMBULO

Iniciamos este novo milênio com a metade da população vivendo nas cidades. Segundo as previsões, em 2050 a taxa de urbanização no mundo chegará a 65%. As cidades são, potencialmente, territórios com grande riqueza e diversidade econômica, ambiental, política e cultural. O modo de vida urbano interfere diretamente sobre o modo em que estabelecemos vínculos com nossos semelhantes e com o território.

Entretanto, no sentido contrário a tais potenciais, os modelos de desenvolvimento implementados na maioria dos países empobrecidos se caracterizam por estabelecer níveis de concentração de renda e poder que geram pobreza e exclusão, contribuem para a depredação do meio ambiente, aceleram os processos migratórios e de urbanização, a segregação social e espacial e a privatização dos bens comuns e do espaço público. Esses processos favorecem a proliferação de grandes áreas urbanas em condições de pobreza, precariedade e vulnerabilidade diante dos riscos naturais.

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada – em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas. Contribuem para isso as políticas públicas que, ao desconhecer os aportes dos processos de produção popular para a construção das cidades e da cidadania, violentam a vida urbana. Graves consequências resultam desse processo, como os despejos massivos, a segregação e a conseqüente deterioração da convivência social. Este contexto favorece o surgimento de lutas urbanas que, devido a seu significado social e político, ainda são fragmentadas e incapazes de produzir mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente.

Frente a essa realidade e à necessidade de fazer frente a essas tendências, organizações e movimentos articulados desde o Fórum Social Mundial de 2001, tem discutido e assumido o desafio de construir um modelo sustentável de sociedade e vida urbana, baseado nos princípios da solidariedade, liberdade, igualdade, dignidade e justiça social, e fundamentado no respeito às diferenças culturais urbanas e o equilíbrio entre o urbano e o rural. Desde então, um conjunto de movimentos populares, organizações não governamentais, associações de profissionais, fóruns e redes nacionais e internacionais da sociedade civil comprometidas com as lutas sociais por cidades mais justas, democráticas, humanas e sustentáveis vêm construindo uma Carta Mundial pelo Direito à Cidade que estabeleça os compromissos e medidas que devem ser assumidos pela sociedade civil, pelos governos locais e nacionais, parlamentares e pelos organismos internacionais para que todas as pessoas vivam com dignidade em nossas cidades.

O Direito à Cidade amplia o tradicional enfoque sobre a melhora da qualidade de vida das pessoas centrado na moradia e no bairro até abarcar a qualidade de vida à escala da cidade e de seu entorno rural, como um mecanismo de proteção da população que vive nas cidades ou regiões em acelerado processo de urbanização. Isso implica em enfatizar uma nova maneira de promoção, respeito, defesa e realização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais garantidos nos instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos.

Na cidade e seu entorno rural, a correlação entre esses direitos e a necessária contrapartida de deveres é exigível de acordo com as diferentes responsabilidades e situações sócio-econômicas de seus habitantes, como forma de promover a justa distribuição dos benefícios e responsabilidades resultantes do processo de urbanização; o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade; a distribuição da renda urbana; a democratização do acesso à terra e aos serviços públicos para todos os cidadãos, especialmente àqueles com menos recursos econômicos ou em situação de vulnerabilidade.

Por sua origem e significado social, a Carta Mundial do Direito à Cidade é, antes de tudo, um instrumento dirigido ao fortalecimento dos processos, reivindicações e lutas urbanas. Está chamado a constituir-se em plataforma capaz de articular os esforços de todos aqueles atores – públicos, sociais e privados – interessados em dar plena vigência e efetividade a esse novo direito humano mediante sua promoção,

reconhecimento legal, implementação, regulação e prática.

Parte I. Disposições Gerais

ARTIGO I. DIREITO À CIDADE

1. Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, assim como preservar a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas estabelecidos nessa Carta.
2. O Direito a Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos. Este supõe a inclusão do direito ao trabalho em condições equitativas e satisfatórias; de fundar e afiliar-se a sindicatos; de acesso à seguridade social e à saúde pública; de alimentação, vestuário e moradia adequados; de acesso à água potável, à energia elétrica, o transporte e outros serviços sociais; a uma educação pública de qualidade; o direito à cultura e à informação; à participação política e ao acesso à justiça; o reconhecimento do direito de organização, reunião e manifestação; à segurança pública e à convivência pacífica. Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes. O território das cidades e seu entorno rural também é espaço e lugar de exercício e cumprimento de direitos coletivos como forma de assegurar a distribuição e o desfrute equitativo, universal, justo, democrático e sustentável dos recursos, riquezas, serviços, bens e oportunidades que brindam as cidades. Por isso o Direito à Cidade inclui também o direito ao desenvolvimento, a um meio ambiente sadio, ao desfrute e preservação dos recursos naturais, à participação no planejamento e gestão urbanos e à herança histórica e cultural.
3. A cidade é um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os seus habitantes.

4. Para os efeitos dessa Carta, o conceito de cidade possui duas acepções. Por seu caráter físico, a cidade é toda metrópole, urbe, vila ou povoado que esteja organizado institucionalmente como unidade local de governo de caráter municipal ou metropolitano. Inclui tanto o espaço urbano como o entorno rural ou semi-rural que forma parte de seu território. Como espaço político, a cidade é o conjunto de instituições e atores que intervêm na sua gestão, como as autoridades governamentais, legislativas e judiciárias, as instâncias de participação social institucionalizadas, os movimentos e organizações sociais e a comunidade em geral.

5. Para os efeitos desta carta se consideram cidadãos(ãs) todas as pessoas que habitam de forma permanente ou transitória as cidades.

6. As cidades, em co-responsabilidade com as autoridades nacionais, devem adotar todas as medidas necessárias, até o máximo de recursos de que disponha, para alcançar progressivamente, por todos os meios apropriados e com a adoção de medidas legislativas e normativas, a plena efetividade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Assim as cidades, mediante o ajuste de seu marco legislativo aos tratados internacionais, devem ditar as disposições legislativas o de outro caráter para tornar efetivos os direitos civis e políticos previstos nessa Carta.

ARTIGO II. PRINCIPIOS E FUNDAMENTOS ESTRATÉGICOS DO DIREITO À CIDADE

1. EXERCÍCIO PLENO DA CIDADANIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE:

1.1 As cidades devem ser um espaço de realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, assegurando a dignidade e o bem estar coletivo de todas as pessoas, em condições de igualdade, equidade e justiça, assim como o pleno respeito a produção social do habitat. Todas as pessoas têm direito de encontrar nas cidades as condições necessárias para a sua realização política, econômica, cultural, social e ecológica, assumindo o dever de solidariedade .

1.2 Todas as pessoas têm direito a participar através de formas diretas e representativas na elaboração, definição, implementação e fiscalização das políticas públicas e do orçamento municipal das cidades, para fortalecer a transparência, eficácia e autonomia das administrações públicas locais e das organizações populares.

2. FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE URBANA:

2.1 Como fim principal, a cidade deve exercer uma função social, garantindo a todos seus habitantes o usufruto pleno dos recursos que a mesma oferece. Isso significa que deve assumir a realização de projetos e investimentos em benefício da comunidade urbana no seu conjunto, dentro de critérios de equidade distributiva, complementaridade econômica, respeito à cultura e sustentabilidade ecológica para

garantir o bem estar de todos os habitantes, em harmonia com a natureza, para hoje e para as futuras gerações.

2.2. Os espaços e bens públicos e privados da cidade e dos cidadãos(ãs) devem ser utilizados priorizando o interesse social, cultural e ambiental. Todos os cidadãos(ãs) têm direito a participar da propriedade do território urbano dentro de parâmetros democráticos, de justiça social e de condições ambientais sustentáveis. Na formulação e implementação de políticas urbanas deve ser promovido o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço e do solo urbano, em condições seguras e com equidade entre os gêneros.

2.3. As cidades devem promulgar legislação adequada e estabelecer mecanismos e sanções destinados a garantir o pleno aproveitamento de solo urbano e de imóveis públicos e privados não edificadas, não utilizados, subutilizados ou não ocupados, para o cumprimento da função social da propriedade.

2.4. Na formulação e implementação das políticas urbanas deve prevalecer o interesse social e cultural coletivo sobre o direito individual de propriedade e sobre os interesses especulativos.

2.5. As cidades devem inibir a especulação imobiliária mediante a adoção de normas urbanas para uma justa distribuição dos ônus e benefícios gerados pelo processo de urbanização e a adequação de todos os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano equitativo e sustentável. As rendas extraordinárias (mais-valias) geradas pelo investimento público – atualmente capturadas por empresas imobiliárias e por particulares – devem ser gerenciadas em favor de programas sociais que garantam o direito à moradia e a uma vida digna aos setores em condições precárias e em situação de risco.

3. IGUALDADE, NÃO DISCRIMINAÇÃO:

3.1. Os direitos enunciados nesta Carta devem ser garantidos a todas as pessoas que habitem de forma permanente ou transitória as cidades sem nenhuma discriminação.

3.2. As cidades devem assumir os compromissos adquiridos com respeito à implementação de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades para as mulheres nas cidades, expressas na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), e nas Conferências de Meio Ambiente (1992), Beijing (1995) e Habitat II (1996), dentre outras. Para isso, se deve fixar os recursos necessários nos orçamentos governamentais para a efetivação destas políticas e para estabelecer mecanismos e indicadores qualitativos e quantitativos para o monitoramento de seu cumprimento no tempo.

4. PROTEÇÃO ESPECIAL DE GRUPOS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE:

4.1. Os grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade têm direito a medidas especiais de proteção e integração, de distribuição de recursos, de acesso aos serviços essenciais e de não-discriminação. Para os efeitos dessa Carta se consideram vulneráveis as pessoas e grupos em situação de pobreza, em risco ambiental (ameaçados por desastres naturais), vítimas de violência, com incapacidades, migrantes forçados, refugiados e todo grupo que, segundo a realidade de cada cidade, esteja em situação de desvantagem em relação aos demais habitantes. Nestes grupos, por sua vez, serão objeto prioritário de atenção os idosos, as mulheres, em especial as chefes de família, e as crianças.

4.2. As cidades, mediante políticas de afirmação positiva dos grupos vulneráveis devem suprimir os obstáculos de ordem política, econômica, social e cultural que limitem a liberdade, equidade e igualdade dos cidadãos(ãs) e que impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e sua efetiva participação política, econômica, cultural e social da cidade.

5. COMPROMISSO SOCIAL DO SETOR PRIVADO

As cidades devem promover que os agentes do setor privado participem em programas sociais e empreendimentos econômicos com a finalidade de desenvolver a solidariedade e a plena igualdade entre os habitantes de acordo com os princípios previstos nesta Carta.

6. Impulso a economia solidaria e a POLÍTICAS impositivas e PROGRESIVAS.

As cidades devem promover e valorizar as condições políticas e econômicas necessárias para garantir programas de economia solidária e sistemas impositivos progressivos que assegurem uma justa distribuição dos recursos e fundos necessários para a implementação de políticas sociais.

Parte II. Direitos relativos ao Exercício da Cidadania e da Participação no Planejamento, Produção e Gestão da Cidade

ARTIGO III. PLANEJAMENTO E GESTÃO DA CIDADE

1. As cidades se comprometem a constituir espaços institucionalizados para a participação ampla, direta, equitativa e democrática dos cidadãos(ãs) no processo de planejamento, elaboração, aprovação, gestão e avaliação de políticas e orçamentos públicos. Deve ser garantido o funcionamento de órgãos colegiados, audiências, conferências, consultas e debates públicos, assim como permitir e reconhecer os

processos de iniciativa popular na proposição de projetos de lei e de planos de desenvolvimento urbano.

2. As cidades, de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, devem formular e aplicar políticas coordenadas e eficazes contra a corrupção, que promovam a participação da sociedade e reflitam os princípios do império da lei, da devida gestão dos assuntos e bens públicos, a integridade, transparência e a obrigação de prestar contas.

3. As cidades, para salvaguardar o princípio da transparência, devem organizar a estrutura administrativa de modo que garanta a efetiva responsabilidade de seus governantes frente aos(às) cidadãos(ãs), assim como a responsabilidade da administração municipal perante os demais níveis de governo e os organismos e instâncias regionais e internacionais de direitos humanos.

ARTIGO IV. PRODUÇÃO SOCIAL DO HABITAT

As cidades devem estabelecer mecanismos institucionais e desenvolver os instrumentos jurídicos, financeiros, administrativos, programáticos, fiscais, tecnológicos e de capacitação necessários para apoiar as diversas modalidades de produção social do habitat e da habitação, com especial atenção aos processos autogestionários, tanto individuais e familiares quanto coletivamente organizados.

ARTIGO V. DESENVOLVIMENTO URBANO EQUITATIVO E SUSTENTÁVEL

1. As cidades devem desenvolver um planejamento, regulação e gestão urbanoambiental que garantam o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a proteção do patrimônio natural, histórico, arquitetônico, cultural e artístico; que impeça a segregação e a exclusão territorial; que priorize a produção social do hábitat e a função social da cidade e da propriedade. Para tanto, as cidades devem adotar medidas que conduzam a uma cidade integrada e equitativa.

2. O Planejamento da cidade e os programas e projetos setoriais deverão integrar o tema da seguridade urbana como um atributo do espaço público.

ARTIGO VI. DIREITO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

1. Toda pessoa tem direito de solicitar e receber informação completa, veraz, adequada e oportuna com relação à atividade administrativa e financeira de qualquer órgão pertencente à administração da cidade, ao Poder Legislativo ou Judicial, e das empresas e sociedades privadas ou mistas que prestem serviços públicos.

2. Os funcionários do governo da cidade ou do setor privado devem gerar ou produzir a informação requerida quanto à sua área de competência em um tempo mínimo

mesmo que não disponham das mesmas no momento do pedido. O único limite ao acesso à informação pública é o respeito ao direito de intimidade das pessoas.

3. As cidades devem garantir mecanismos para que todas as pessoas acessem a uma informação pública eficaz e transparente. Para tanto devem promover o acesso de todos os setores da população às novas tecnologias de informação, sua aprendizagem e atualização periódica.

4. Toda a pessoa ou grupo organizado, em especial os que auto produzem sua moradia e outros componentes do habitat, têm direito a obter informações sobre a disponibilidade e localização de solo adequado, sobre programas habitacionais que se desenvolvem na cidade e sobre os instrumentos de apoio disponíveis.

ARTIGO VII. LIBERDADE E INTEGRIDADE

Todas as pessoas têm o direito à liberdade e à integridade, tanto física como espiritual. As cidades se comprometem a estabelecer garantias de proteção que assegurem que esses direitos não sejam violados por indivíduos ou instituições de qualquer natureza.

ARTIGO VIII. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1. Todos(as) os(as) cidadãos(ãs) têm direito à participação na vida política local mediante a eleição livre e democrática dos representantes locais, assim como em todas as decisões que afetem as políticas locais de planejamento, produção, renovação, melhoramento e gestão da cidade.

2. As cidades deverão garantir o direito a eleições livres e democráticas dos representantes locais, a realização de plebiscitos e iniciativas legislativas populares e o acesso equitativo aos debates e audiências públicas nos temas relativos à cidade.

3. As cidades devem implementar políticas afirmativas de cotas para representação e participação política das mulheres e minorias em todas as instancias locais eletivas e de definição de suas políticas públicas, orçamentos e programas.

ARTIGO IX. DIREITO DE ASSOCIAÇÃO, REUNIÃO, MANIFESTAÇÃO E USO DEMOCRÁTICO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO.

Todas as pessoas têm direito de associação, reunião e manifestação. As cidades devem dispor e garantir espaços públicos para esse efeito.

ARTIGO X. DIREITO À JUSTIÇA

1. As cidades devem adotar medidas destinadas a melhorar o acesso de todas as pessoas ao direito e a justiça.

2. As cidades devem fomentar a resolução dos conflitos civis, penais, administrativos e trabalhistas mediante a implementação de mecanismos públicos de conciliação, transação, mediação e arbitragem.
3. As cidades devem garantir o acesso ao serviço de justiça estabelecendo políticas especiais em favor dos grupos vulneráveis da população e fortalecendo os sistemas de defesa pública gratuita.

ARTIGO XI. DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E À CONVIVÊNCIA PACÍFICA SOLIDÁRIA E MULTICULTURAL

1. As cidades devem criar condições para a segurança pública, a convivência pacífica, o desenvolvimento coletivo e o exercício da solidariedade. Para tanto devem garantir o pleno usufruto da cidade, respeitando a diversidade e preservando a memória e a identidade cultural de todos(as) os(as) cidadãos(ãs) sem discriminação alguma.
2. As forças de segurança têm entre suas principais missões o respeito e proteção dos direitos dos(as) cidadãos(ãs). As cidades devem garantir que as forças de segurança pública sob suas ordens somente exerçam o uso da força estritamente de acordo com as previsões legais e com controle democrático.
3. As cidades devem garantir a participação de todos os cidadãos(ãs) no controle e avaliação das forças de segurança.

Parte III. Direito ao Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural e Ambiental das Cidades

ARTIGO XII. DIREITO À ÁGUA, AO ACESSO E À ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DOMICIARES E URBANOS

1. As cidades devem garantir a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) o acesso permanente aos serviços públicos de água potável, saneamento, coleta de lixo, fontes de energia e telecomunicações, assim como aos equipamentos de saúde, educação e recreação, em co-responsabilidade com outros organismos públicos ou privados de acordo com o marco jurídico do direito internacional e de cada país.
2. As cidades devem garantir – ainda quando se tenha privatizado a gestão dos serviços públicos anteriormente à subscrição dessa Carta – tarifas sociais acessíveis e a prestação de um serviço adequado a todos, especialmente para as pessoas e grupos vulneráveis ou desempregados.
3. As cidades se comprometem a garantir que os serviços públicos dependam do nível administrativo mais próximo da população com a participação dos(as) cidadãos(ãs) na sua gestão e fiscalização. Estes devem ter um regime jurídico de bens públicos,

impedindo sua privatização.

4. As cidades estabelecerão sistemas de controle social da qualidade dos serviços das empresas prestadoras de serviços, públicas ou privadas, em especial em relação ao controle de qualidade, à determinação das tarifas e a atenção ao público.

ARTIGO XIII. DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO E À MOBILIDADE URBANA

1. As cidades devem garantir a todas as pessoas o direito à mobilidade e circulação na cidade através um sistema de transporte público acessível e a preços razoáveis, segundo um plano de deslocamento urbano e interurbano, através de meios de transportes adequados às diferentes necessidades ambientais e sociais (de gênero, idade, incapacidades).

2. Será estimulado o uso de veículos não contaminantes e serão estabelecidas áreas reservadas aos pedestres de maneira permanente ou para certos momentos do dia.

3. As cidades deverão promover a remoção de barreiras arquitetônicas para a implantação dos equipamentos necessários ao sistema de mobilidade e circulação e a adaptação de todas as edificações públicas ou de uso público e dos locais de trabalho e lazer, para garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais.

ARTIGO XIV. DIREITO À MORADIA

1. As cidades, no marco de suas competências, devem adotar medidas para garantir a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) que os gastos com habitação sejam suportáveis de acordo com sua renda; que as habitações reúnam condições de habitabilidade; que estejam localizadas em lugar adequado e que se adaptem às características culturais de quem as habite.

2. As cidades devem facilitar uma oferta adequada de habitação e equipamentos urbanos para todos(as) os(as) cidadãos(ãs) e estabelecer programas de subsídio e financiamento para a aquisição de terras e imóveis, de regularização fundiária e de melhoramento de bairros precários e ocupações informais.

3. As cidades devem garantir a todos os grupos vulneráveis prioridade nas leis, políticas e programas de habitação e assegurar financiamento e serviços destinados à infância e à velhice.

4. As cidades devem incluir as mulheres nos documentos de posse ou propriedade expedidos e registrados, independentemente de seu estado civil, em todas as políticas públicas de distribuição e titulação de que terras, e de habitação que se desenvolvam.

5. As cidades devem promover a instalação de albergues e moradias de aluguel social para as mulheres vítimas de violência familiar.

6. Todos(as) os(as) cidadãos(ãs), em forma individual, casais ou grupos familiares sem

lar tem o direito de exigir das autoridades locais a efetiva implementação do direito à moradia adequada de forma progressiva e mediante a alocação de todos os recursos disponíveis. Os albergues, os refúgios e os alojamentos com cama e café da manhã poderão ser adotados com medidas provisórias de emergência, sem prejuízo da obrigação de promover uma solução definitiva de habitação.

7. Toda pessoa tem o direito à segurança da posse sobre sua habitação por meio de instrumentos jurídicos que lhes garantam o direito à proteção contra despejos, expropriações e deslocamentos forçados ou arbitrários. As cidades devem proteger os inquilinos da usura e dos despejos arbitrários, regulando os aluguéis de imóveis para moradia, de acordo com o Comentário Geral No 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.

8. As cidades devem reconhecer como interlocutores diretos das organizações e movimentos sociais que reivindicam e trabalham para tornar efetivos os direitos vinculados à moradia contidos nessa carta. Atenção muito especial, impulso e apoio deverão ser dados às organizações de pessoas vulneráveis em situação de exclusão, garantindo em todos os casos a preservação de sua autonomia.

9. O presente artigo será aplicável a todas as pessoas, incluindo famílias, grupos, ocupantes sem títulos, sem tetos e aquelas pessoas ou grupo de pessoas cujas circunstâncias de moradia variam, em particular os nômades, os viajantes e os ciganos.

ARTIGO XV. DIREITO AO TRABALHO

1. As cidades, em co-responsabilidade com as autoridades nacionais devem contribuir, na medida de suas possibilidades, na consecução do pleno emprego na cidade. Para tanto, devem promover a atualização e a requalificação dos trabalhadores, empregados ou não, através da formação permanente.

2. As cidades devem promover a criação de condições para combater o trabalho infantil para que as crianças possam desfrutar da infância e ter acesso à educação.

3. As cidades, em colaboração com os demais entes da administração pública e as empresas, devem desenvolver mecanismos para assegurar a igualdade de todos ao trabalho, impedindo qualquer discriminação.

4. As cidades devem promover igual acesso das mulheres ao trabalho mediante a criação de creches e outras medidas, e para as pessoas portadoras de necessidades especiais mediante a implementação de equipamentos apropriados. Para melhorar as condições de emprego, as cidades devem estabelecer programas de melhoria de moradias urbanas utilizadas por mulheres chefes de família e grupos vulneráveis como espaços de trabalho.

5. As cidades devem promover a integração progressiva do comércio informal que

realizam as pessoas de baixa renda ou desempregadas, evitando sua eliminação e repressão. Também se disponibilizarão espaços destinados para o comércio informal e políticas adequadas para sua incorporação à economia urbana.

ARTIGO XVI. DIREITO AO MEIO AMBIENTE SADIO E SUSTENTÁVEL

1. As cidades devem adotar medidas de prevenção frente à contaminação e ocupação desordenada do território e das áreas de proteção ambiental, incluindo a economia energética, a gestão e a reutilização dos resíduos, reciclagem, recuperação de vertentes e ampliação e proteção dos espaços verdes.
2. As cidades devem respeitar o patrimônio natural, histórico, arquitetônico, cultural e artístico e promover a recuperação e revitalização das áreas degradadas e dos equipamentos urbanos.

Parte IV. Disposições Finais

ARTIGO XVII. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ESTADO NA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

1. Os organismos internacionais, governos nacionais, estaduais, regionais, metropolitanos, municipal e locais são atores responsáveis pela efetiva aplicação e defesa dos direitos previstos nesta Carta, assim como dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais para todos(as) os(as) habitantes das cidades, com base no sistema internacional de direitos humanos e o sistema de competências vigente no respectivo país.
2. A não implementação dos direitos previstos nesta Carta, ou sua aplicação em desacordo com os princípios e diretrizes e as normas internacionais e nacionais de direitos humanos vigentes no País, pelos governos responsáveis, acarretará em violação ao Direito à Cidade que somente se poderá corrigir mediante a implementação de medidas necessárias para a reparação ou reversão do ato ou da omissão que lhe deram causa. Essas medidas deverão assegurar que os efeitos negativos ou danos derivados sejam reparados ou revertidos de tal forma que se garanta aos cidadãos(ãs) a efetiva promoção, respeito, proteção e realização dos direitos humanos previstos nessa Carta.

ARTIGO XVIII. MEDIDAS DE IMPLEMENTAÇÃO E SUPERVISÃO DO DIREITO À CIDADE

1. As cidades devem adotar todas as medidas necessárias, de forma adequada e imediata, para assegurar o Direito à Cidade para todas as pessoas, conforme o

disposto nesta Carta. As cidades devem garantir a participação dos(as) cidadãos(ãs) e das organizações da sociedade civil nos processos de revisão normativa. As cidades estão obrigadas a utilizar o máximo de seus recursos disponíveis para cumprir as obrigações jurídicas estabelecidas nesta Carta.

2. As cidades devem proporcionar a capacitação e educação em direitos humanos a todos os agentes públicos relacionados com a implementação do Direito à Cidade e com as obrigações correspondentes, em especial aos funcionários públicos empregados por órgãos públicos cujas as políticas influam de alguma maneira na plena realização do Direito à Cidade.

3. As cidades devem promover o aprendizado do Direito à Cidade nos centros educativos, universidades e meios de comunicação.

4. Os(as) cidadãos(ãs) supervisionarão e avaliarão com regularidade e globalmente o grau de respeito as obrigações e aos direitos presentes nesta Carta.

5. As cidades devem estabelecer, conjuntamente com seus habitantes, mecanismos de avaliação e monitoramento mediante um sistema eficaz de indicadores do Direito à Cidade, com diferenciação de gêneros para assegurar o Direito à Cidade com base nos princípios e normas contidas nessa Carta.

ARTIGO XIX. LESÃO AO DIREITO À CIDADE

1. Constituem lesão ao Direito à Cidade as ações e omissões, medidas legislativas, administrativas e judiciais, e práticas sociais que resultem no impedimento, em recusa, em dificuldade ou impossibilidade de:

-realização dos direitos estabelecidos nesta Carta;

-participação política coletiva de habitantes, mulheres e grupo sociais na gestão da cidade;

-cumprimento das decisões e prioridades definidas nos processos participativos que integram a gestão da cidade;

-manutenção de identidades culturais, formas de convivência pacífica, produção social de habitação, assim como as formas de manifestação e ação de grupos sociais e cidadãos(ãs), em especial os vulneráveis e desfavorecidos, com base em seus usos e costumes.

2. As ações e omissões podem expressar-se no campo administrativo, por elaboração e execução de projetos, programas e planos; na esfera legislativa, através da edição de leis, controle de recursos públicos e ações de governo; na esfera judicial, nos julgamentos e decisões judiciais sobre conflitos coletivos e difusos referente a temas de interesse urbano.

ARTIGO XX. EXIGIBILIDADE DO DIREITO À CIDADE

Toda pessoa tem direito de acesso a recursos administrativos e judiciais eficazes e completos relacionados com os direitos e deveres enunciados na presente Carta, incluindo o não desfrute destes direitos.

ARTIGO XXI. COMPROMISSOS COM A CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE

I – As redes e organizações sociais se comprometem a:

1. Difundir amplamente esta Carta e potencializar a articulação internacional pelo Direito à Cidade no contexto do Foro Social Mundial, assim como em outras conferências e foros internacionais, com o objetivo de contribuir para a luta dos movimentos sociais e das redes de ONGs na construção de uma vida digna nas cidades;
2. Construir plataformas de exigibilidade do Direito à Cidade; documentar e disseminar experiências nacionais e locais que apontem para a construção deste direito;
3. Apresentar esta Carta Mundial pelo Direito à Cidade aos distintos organismos e agências do Sistema das Nações Unidas e dos Organismos Internacionais Regionais, para iniciar um processo que tenha como objetivo o reconhecimento do Direito à Cidade como um direito humano.

II – Os Governos nacionais e locais se comprometem a:

1. Elaborar e promover marcos institucionais que consagrem o Direito à Cidade, assim como formular, com caráter de urgência, planos de ação para um modelo de desenvolvimento sustentável aplicado às cidades, em concordância com os princípios enunciados nessa Carta;
2. Construir plataformas associativas, com ampla participação da sociedade civil, para promover o desenvolvimento sustentável nas cidades;
3. Promover a ratificação e aplicação dos pactos de direitos humanos e outros instrumentos internacionais que contribuam na construção do direito à cidade.

III – Os Parlamentares se comprometem a:

1. Promover consultas cidadãs e realizar atividades parlamentares com o objetivo de enriquecer os conteúdos do direito à cidade e impulsionar seu reconhecimento e adoção pelas instâncias internacionais e regionais de direitos humanos e pelos governos nacionais e locais;
2. Elaborar e aprovar leis que reconheçam e consagrem o direito humano à cidade, em concordância com o enunciado nessa Carta e com os instrumentos internacionais de direitos humanos.
3. Adequar o marco legal nacional e local, incorporando as obrigações internacionais

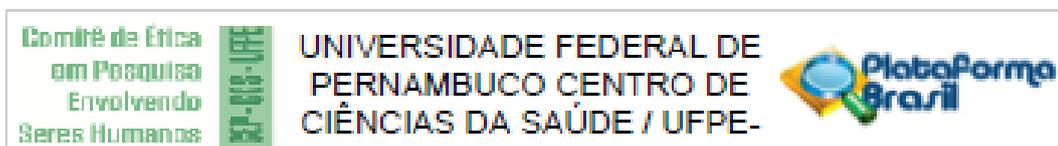
assumidas pelos Estados em matéria de direitos humanos, com especial atenção para os conteúdos dessa Carta.

IV – Os Organismos Internacionais se comprometem a:

1. Empreender todos os esforços para sensibilizar, estimular e apoiar os governos na promoção de campanhas, seminários e conferências, e facilitar publicações técnicas apropriadas que conduzam a sua adesão aos compromissos dessa Carta;
2. Monitorar e promover a aplicação dos pactos de direitos humanos e outros instrumentos internacionais que contribuam para a construção do Direito à Cidade;
3. Abrir espaços de participação nos organismos consultivos e decisórios do sistema das Nações Unidas que facilitem a discussão desta iniciativa.

Convida-se a todas as pessoas, organizações da sociedade civil, governos locais, parlamentares e organismos internacionais a participar ativamente em âmbito local, nacional, regional e global do processo de integração, adoção, difusão e implementação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade como um dos paradigmas de que um mundo melhor é possível nesse milênio.

ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DA PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise psicossociológica das representações sociais de cidade ideal no contexto pós-Jornadas de Junho em Fortaleza/CE

Pesquisador: Carolina Carneiro Rocha

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 27146414.7.0000.5208

Instituição Proponente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 642.747

Data da Relatoria: 16/05/2014

Apresentação do Projeto:

Indicado na relatoria inicial.

Objetivo da Pesquisa:

Indicado na relatoria inicial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Indicado na relatoria inicial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Indicado na relatoria inicial.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Indicado na relatoria inicial.

Recomendações:

Sem recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **Fax:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepcos@ufpe.br

Comitê de Ética
em Pesquisa
Envolvendo
Serres Humanos

CEP/COE-UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-



Continuação do Parecer: 842.747

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de "Notificação" e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado.

RECIFE, 10 de Maio de 2014

Assinador por:

GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 50.740-800

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2126-8588

Fax: (81)2126-8588

E-mail: cepcos@ufpe.br